



Copel Geração e Transmissão S.A.

CNPJ/MF 04.370.282/0001-70

Inscrição Estadual 90.233.068-21

Subsidiária Integral da Companhia Paranaense de Energia – Copel

www.copel.com copel@copel.com

Rua José Izidoro Biazetto, 158 - Bloco A - Mossunguê - Curitiba - PR

CEP 81200-240

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2010



SUMÁRIO

MENSAGEM DO DIRETOR PRESIDENTE	3
1.PERFIL ORGANIZACIONAL	5
1.1.Participação no mercado	5
1.2.Copel GeT em números.....	6
2.DESTAQUES	7
2.1.Leilão de Transmissão.....	7
2.2.Leilões de Geração.....	7
2.3.Modernização Tecnológica.....	8
2.4.Incorporação da Copel Empreendimentos.....	9
2.5.Principais Certificações e Prêmios.....	9
3.GOVERNANÇA CORPORATIVA.....	10
3.1.Estrutura e Boas Práticas de Governança	10
3.2.Política de Sustentabilidade e Cidadania Corporativa.....	13
3.3.Estratégia e Gestão	14
3.4.Referencial Estratégico.....	14
3.5.Partes Interessadas.....	15
4.DESEMPENHO OPERACIONAL	17
4.1.Cenários	17
4.2.Segmentos de Negócios.....	18
4.3.Pesquisa & Desenvolvimento + Inovação (P&D +I).....	21
5.DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO	23
5.1.Receita Operacional Líquida.....	23
5.2.Custos e Despesas Operacionais	23
5.3.EBITDA ou LAJIDA.....	24
5.4.Resultado Financeiro.....	24
5.5.Endividamento.....	25
5.6.Lucro Líquido.....	25
5.7.Valor Adicionado	26
5.8.Investimentos na Concessão.....	26
5.9.Demonstrações Regulatórias e Conciliações.....	27
6.DESEMPENHO SOCIOAMBIENTAL	33
6.1.Força de trabalho	33
6.2.Clientes e comunidade	36
6.3.Apoio a Políticas Públicas.....	38
6.4.Projetos e Programas Corporativos	39
6.5.Meio ambiente.....	41
7.BALANÇO SOCIAL	57
8.GRUPOS RESPONSÁVEIS PELA GOVERNANÇA	60



COPEL Copel Geração e Transmissão S.A.



MENSAGEM DO DIRETOR PRESIDENTE

Temos a satisfação de apresentar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Copel Geração e Transmissão S.A., subsidiária integral da Copel, referentes ao exercício de 2010. No ano, a Companhia realizou investimentos de R\$ 275,6 milhões e registrou lucro de R\$ 529,1 milhões.

Em resposta ao permanente desafio de adequar o seu sistema de geração e de transmissão de energia ao contínuo crescimento de carga no Paraná, a Companhia deu continuidade ao desenvolvimento, em 2010, de robusto programa de obras, destinadas a aumentar a disponibilidade e a confiabilidade de importantes usinas geradoras e a ampliar seu sistema de transmissão.

Paralelamente, teve seguimento a construção da Usina Hidrelétrica Mauá, no rio Tibagi, entre os municípios de Telêmaco Borba e Ortigueira, empreendimento desenvolvido em parceria com a Eletrosul, que deverá entrar em operação em 2011.

Também, estão em andamento os procedimentos para construção e operação da Usina Colíder, empreendimento com 300 MW de potência, no Mato Grosso, suficiente para atender o consumo de uma cidade com 850 mil habitantes e que deverá começar a produzir energia em 2014.

Além das iniciativas relacionadas ao sistema de geração, são destaques no segmento de transmissão, o reforço do suprimento à região oeste do estado, através de uma linha de transmissão 500 kV (115 km), que interliga o sistema COPEL com os de Furnas e Itaipu, aumentando a confiabilidade energética da região, e o início da implantação da linha de transmissão Araraquara – Taubaté 525 kV e Subestação Cerquilha, ambas no estado de São Paulo, as quais permitirão a chegada da energia gerada pelas usinas hidrelétricas do rio Madeira, aos sistemas sudeste e Sul.

Rentabilidade adequada em projetos será meta de destaque em 2011, que agregará valor à Companhia, conduzindo-a, com solidez, ao futuro. A Copel está retornando ao ambiente dos grandes empreendimentos de geração e de transmissão de energia elétrica, participando competitivamente de leilões promovidos pela Aneel, num claro sinal de expansão de mercados.

Comungando dos princípios em favor da sustentabilidade abraçados pela Copel, a Companhia também atua fortemente nos contextos social e ambiental, desenvolvendo ações destinadas a privilegiar o uso responsável dos recursos naturais e preservar o equilíbrio do ecossistema.



COPEL Copel Geração e Transmissão S.A.



O programa Florestas Ciliares é exemplo sólido desse comprometimento, que tem como objetivo a recuperação dos ambientes naturais no entorno dos reservatórios das usinas, a fim de retomar sua funcionalidade ecológica – sobretudo no que se refere à proteção do solo e da água, além da conformação do habitat para a fauna. A partir de projetos específicos, a Copel está estimulando – com o repasse de material para cercamento, como arames e mourões – a recuperação das áreas de preservação permanente em propriedades de terceiros, no entorno dos reservatórios e rios afluentes.

Além dessas, a Companhia desenvolve outras ações em favor da sustentabilidade, como o Programa de Gestão Socioambiental de Reservatórios e os Centros de Referência para a Sustentabilidade.

Ao término desta mensagem, queremos registrar nosso respeitoso agradecimento ao governador do Paraná que, na condição de representante do acionista controlador da Copel, vem orientando, com zelo, sensibilidade social e atenção ao interesse público, as atividades da Companhia, conciliando sustentabilidade com responsabilidade corporativa, mas sem deixar de lado os resultados empresariais.

Em nome de toda a Diretoria, por fim, consignamos nosso melhor agradecimento aos empregados pelo comprometimento com os ideais e princípios defendidos pela Companhia e, ainda, pelo empenho na concretização de todas as conquistas e feitos aqui relatados.

Curitiba, 20 de abril de 2011

Jaime de Oliveira Kuhn

Diretor Presidente



1. PERFIL ORGANIZACIONAL

A Copel Geração e Transmissão S.A. (Copel GeT, Copel Geração e Transmissão ou Companhia), é uma sociedade anônima de capital fechado, subsidiária integral da Companhia Paranaense de Energia – Copel (Copel ou Controladora), tendo como atividades principais a exploração do serviço de geração de energia e o serviço de transmissão, segmento que tem como atribuição prover os serviços de transporte e transformação da energia elétrica, sendo responsável pela construção, operação e manutenção de subestações, bem como pelas linhas destinadas a transmissão de energia através de subestações com tensões iguais ou superiores a 230kV. Informações detalhadas na Nota Explicativa - NE nº 01.

1.1. Participação no mercado

Principais produtos (%)	Brasil	Região Sul	Paraná
Geração de energia elétrica	5,3	⁽¹⁾ 29,0	⁽¹⁾ ⁽²⁾ 58,7
Transmissão de energia elétrica ⁽³⁾	2,5	14,2	46,2

⁽¹⁾ Não incluída a Usina de Itaipu

⁽²⁾ Não inclui as usinas do Rio Paranapanema

⁽³⁾ Refere-se à Receita Anual Permitida - RAP



1.2. Copel GeT em números

Em R\$ mil (exceto quando indicado de outra forma)	2010	2009	variação % 2010-2009
Indicadores Contábeis			
Receita operacional ou vendas brutas	1.991.663	1.981.999	0,5
Deduções da receita	270.107	273.074	(1,1)
Receita operacional líquida ou vendas líquidas	1.721.556	1.708.925	0,7
Custos e despesas operacionais do serviço	1.094.516	1.041.990	5,0
Resultado das atividades	627.040	666.935	(6,0)
EBITDA ou LAJIDA	889.842	936.049	(4,9)
Resultado financeiro	62.311	73.762	(15,5)
IRPJ/CSLL	156.884	174.587	(10,1)
Lucro líquido	529.122	561.304	(5,7)
Patrimônio líquido	5.726.083	5.783.192	(1,0)
Juros sobre o capital próprio	219.702	222.263	(1,2)
Dividendos distribuídos	282.962	399.784	(29,2)
Indicadores Econômico-Financeiros			
Liquidez corrente (índice)	1,8	2,6	(30,8)
Liquidez geral (índice)	1,0	1,0	-
Margem do EBITDA ou LAJIDA (%)	0,5	0,5	-
Lucro por ação - R\$	1,9	2,1	(9,5)
Valor patrimonial por ação - R\$	20,9	21,1	(0,9)
Dívida sobre o patrimônio líquido (%)	8,2	6,1	34,4
Margem líquida (lucro líquido/receita operacional líquida) (%)	30,7	32,8	(6,4)
Rentabilidade do patrimônio líquido (%)	10,2	10,7	(4,7)



2. DESTAQUES

2.1. Leilão de Transmissão

A Copel GeT por meio de sua Controladora, participou do leilão da Aneel realizado em 11 de junho na Bolsa de Valores de São Paulo, para a concessão de novas obras de transmissão de energia, onde arrematou a concessão de dois empreendimentos: a construção e operação de uma linha de transmissão em 500 mil volts e 356 km de extensão entre as subestações Araraquara II e Taubaté e a construção da subestação Cerquilho III, em 230/138 KV. Ambas localizam-se no interior do estado, são integrantes do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC e reforçarão a rede básica do Sistema Interligado Nacional.

Essa linha de transmissão, segundo a Aneel, vai possibilitar o escoamento pleno da energia proveniente das usinas do rio Madeira (Jirau e Santo Antônio) até os principais centros de carga da região Sudeste. A cidade paulista de Cerquilho tem aproximadamente 40 mil habitantes e está localizada nas proximidades de Piracicaba, Sorocaba e Campinas, região que vem registrando forte crescimento nos níveis de consumo de energia elétrica. Onde já operam duas subestações, a Copel GeT irá construir a terceira, na tensão de 230 mil volts e com 300 MVA de potência de transformação, adicionando mais eletricidade para o suprimento de toda a região.

2.2. Leilões de Geração

- **Colíder**

No leilão para contratação de energia elétrica proveniente de novos empreendimentos de geração realizado em 30.07.2010 pela Aneel, a Copel GeT arrematou a concessão para construir e operar a Usina Colíder, empreendimento com 300 MW de potência, no Mato Grosso, próximo à cidade de Colíder, a 700 km de Cuiabá.

A Usina Colíder será o primeiro de quatro aproveitamentos hidrelétricos previstos para serem executados no curso do rio Teles Pires, no norte do Mato Grosso. O empreendimento terá potência instalada suficiente para atender ao consumo de uma cidade com 850 mil habitantes e deverá começar a produzir energia em 2014. Seu sistema de transmissão será formado por uma



subestação e uma linha de transmissão com 130 km de extensão, ambas na classe de tensão de 500 mil volts.

- **PCH Cavernoso 2**

A Copel GeT deve iniciar em breve as obras de construção da Pequena Central Hidrelétrica - PCH Cavernoso 2, na região central do Paraná, entre os municípios de Cândói e Virmond. O empreendimento, com 19 MW potência terá capacidade para suprir o consumo de uma comunidade com 50 mil habitantes. O início de produção de eletricidade está previsto para 2012.

A viabilização do empreendimento foi decorrência da participação da Copel GeT no leilão de fontes renováveis de energia realizado pela Aneel, ocasião que a Companhia negociou a eletricidade a ser produzida na futura PCH em contratos de longo prazo, com 30 anos de duração. Cada megawatt-hora da PCH Cavernoso 2 foi comercializado ao preço de R\$ 146,99.

O empreendimento pertencerá integralmente à Copel GeT e será instalado onde opera desde a década de 50 a PCH Cavernoso, construída na década de 50 e que tem 1,3 megawatt de potência. Esta antiga central — que será preservada como patrimônio histórico e cultural da região — ficará entre a barragem e a casa de força da nova PCH, devendo prosseguir operando com a vazão sanitária que será mantida entre as duas estruturas.

2.3. Modernização Tecnológica

Os esforços iniciados em anos anteriores no sentido de modernizar os sistemas da Companhia foram intensificados em 2010, através da Controladora, com o desenvolvimento de um novo programa que entra em operação em 2011: o Sistema Integrado de Gestão Empresarial – ERP. Esse sistema será uma poderosa ferramenta de gestão e controle de todos os processos administrativos, financeiros e comerciais, considerando todos os demais processos a eles relacionados, o que propiciará ganhos na otimização e agilidade de seus processos internos, garantindo, assim, o atendimento à regulação do Setor Elétrico.



COPEL Copel Geração e Transmissão S.A.



2.4. Incorporação da Copel Empreendimentos

O valor contábil do acervo líquido da Copel Empreendimentos Ltda. foi incorporado à Copel Geração e Transmissão em 30.06.2010, conforme NE nº 14.

2.5. Principais Certificações e Prêmios

Dentre as principais certificações e prêmios conquistados pela Copel GeT em 2010, destaca-se:

Prêmio / Conquista / Certificação	Certificador
Empresa Cidadã - 2010, a Copel Geração e Transmissão S.A. recebeu este certificado pelas informações apresentadas em seu Relatório Social - ano base 2009	Conferido pelo Conselho Regional de Contabilidade do Rio de Janeiro, Federação das Indústrias do Rio de Janeiro e Federação do Comércio do Rio de Janeiro



COPEL Copel Geração e Transmissão S.A.



3. GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Copel GeT, através de sua Controladora, busca constantemente aprimorar a aplicação de boas práticas de governança e utiliza, como parâmetro, o modelo proposto pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa - IBGC, nos termos de seu Código das Melhores Práticas.

Os administradores buscam, dessa forma, contribuir para a perenidade da Companhia, com visão de longo prazo na busca de sustentabilidade econômica, social e ambiental, aperfeiçoando o relacionamento e a comunicação com todas as partes interessadas e minimizando os riscos estratégicos, operacionais e financeiros, aumentando assim o valor da Companhia e aprimorando continuamente o desempenho da qualidade, segurança e saúde e do meio ambiente.

3.1. Estrutura e Boas Práticas de Governança

O organograma a seguir apresenta a estrutura organizacional da Copel Geração e Transmissão:



A Companhia segue as práticas e políticas de governança adotadas pela Controladora no tocante a Assembleia Geral, Conselho Fiscal, Diretoria Executiva, Código de Conduta e Conselho de Orientação Ética. Além destes a Controladora mantém o Comitê de Gestão de Riscos, o qual destacamos a seguir:

- **Comitê de Gestão de Riscos**

Em 2006 a Controladora iniciou, com auxílio de uma consultoria especialmente contratada, a implantação da Gestão Integrada de Riscos Corporativos - GIRC, através de projeto corporativo acompanhado periodicamente pela sua Diretoria. Neste processo, optou-se por uma abordagem



integrada e corporativa, gerenciada de forma descentralizada pelos gestores de riscos e coordenada pelo Departamento de Gestão de Riscos e Controles, área formalmente instituída para este fim.

Na preparação do ambiente interno, houve a aprovação, em 2009, da Política e do Modelo de Gestão de Riscos, com a finalidade de definir os princípios e as diretrizes de atuação da Companhia. Dentre os princípios norteadores estão a classificação e forma de avaliação dos riscos, bem como definição de parâmetros de apetite ao risco. Este modelo aprovado de gestão de riscos foi apresentado em todo o estado do Paraná, em palestras que tiveram como objetivo promover a disseminação e a conscientização da importância da participação individual no modelo implantado.

A Copel acredita que uma gestão de risco eficiente e eficaz não deve somente identificar o risco, mas monitorá-lo periódica e sistematicamente, bem como atualizá-lo diante das mudanças de cenário interno e externo. Para isto, o modelo estabelece que, anualmente, os riscos devem ser reavaliados, compreendendo o apetite e a tolerância aos mesmos.

Para auxiliar no monitoramento da gestão de riscos, também foi implantado neste ano um Comitê com a atribuição de analisar os resultados da avaliação dos riscos e controles, as situações excepcionais e as recomendações de ações, sempre que for identificada necessidade.

A estratégia adotada pela Copel para a gestão de riscos permite identificar e considerar todas as formas de riscos em seu processo decisório e nas atividades diárias, segundo os seguintes níveis de abordagem:

- Riscos-chave de negócio: riscos associados aos objetivos estratégicos, sendo foco de atuação da alta administração.
- Riscos-chave de processos: relacionados aos objetivos dos processos, sendo foco de atuação de seus gestores.
- Riscos-chave de projetos: referentes aos objetivos dos projetos constantes no *portfólio*, sendo foco de atuação dos gestores de projetos.

Inicialmente foram identificados, avaliados e priorizados os riscos-chave de negócio, os quais são monitorados com periodicidade predefinida. Eles estão relacionados com os objetivos de



COPEL Copel Geração e Transmissão S.A.



manutenção dos contratos de concessão, otimização de custos, expansão sustentável dos negócios e gestão de pessoas e tecnologias.

Iniciou-se também a identificação dos riscos dos processos priorizados pela Diretoria, os quais serão em seguida avaliados e monitorados por seus gestores. Estes processos referem-se ao provimento de infraestrutura dos negócios de Geração e Transmissão conforme mapeamento da Cadeia de Valor da Companhia.

Relatórios referentes à avaliação de riscos são apresentados periodicamente nas reuniões da Diretoria e do Comitê de Auditoria - CAU da Controladora, permitindo assim, que estes colegiados estejam permanentemente informados e comprometidos com os objetivos do processo de gestão de riscos corporativos.

3.2. Política de Sustentabilidade e Cidadania Corporativa

A Controladora, definiu como prioridade a implantação da gestão empresarial orientada para a sustentabilidade, cujo modelo busca o alinhamento dos esforços para atingir e garantir, com base em seus valores e na gestão otimizada dos processos, os resultados nos eixos econômico, social e ambiental, de forma balanceada para as partes interessadas, bem como seu desenvolvimento e crescimento sustentável, com vistas à adequação aos padrões internacionais de governança, transparência e sustentabilidade, em conformidade com o compromisso renovado junto ao Pacto Global da Organização das Nações Unidas - ONU, do qual a Copel é signatária desde 2000. Todas as ações da Copel GeT se baseiam em uma gestão fundamentada nos princípios da Política de Sustentabilidade e Cidadania Corporativa, cuja íntegra está disponível no *site* da Controladora (www.copel.com), a qual está totalmente alinhada aos cinco valores expressos no posicionamento estratégico corporativo, aos oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio aos dez princípios do Pacto Global da ONU.

Desta forma, os Princípios da Política de Sustentabilidade e Cidadania Corporativa fortalecem a gestão para a sustentabilidade, guiando todas as decisões e ações da Companhia, buscando a ética na condução dos negócios, o respeito e a transparência a todas as partes interessadas e a ampla promoção da diversidade; valores também destacados no Código de Conduta.



3.3. Estratégia e Gestão

Em 2010, a Companhia manteve seus esforços na busca de resultados para atender aos dois grandes desafios estratégicos listados a seguir:

- Excelência operacional com aumento da produtividade e otimização de custos com qualidade nos serviços prestados; e
- Expansão sustentável alinhada aos objetivos do Governo do Estado, com investimentos socioambientais e geração de benefícios para a sociedade paranaense.

Nesse âmbito, as ações foram baseadas nas diretrizes estabelecidas pela alta administração da Controladora para a busca da produtividade em curto prazo e do crescimento em longo prazo; da excelência em custos; nos relacionamentos com as partes interessadas; e pesquisas de novas tecnologias para a expansão da matriz energética com fontes renováveis e não poluentes.

Para a contribuição e o alcance dos resultados esperados, o foco do planejamento empresarial foi a execução do plano estratégico, tendo como principais atividades:

- Comunicação da Estratégia envolvendo o universo de gerentes e empregados, com o objetivo de promover o entendimento, motivação e comprometimento dos funcionários;
- Reuniões de análises críticas e estratégicas visando o aprimoramento do processo de desenvolvimento e gestão da estratégia, a partir da qualificação dos critérios e metodologias;
- Qualificação dos indicadores e metas para os diferentes níveis hierárquicos seguindo as boas práticas do mercado e premissas da Fundação Nacional da Qualidade;
- Desdobramento da estratégia em toda a organização e formalização das metas em Compromissos de Gestão até o menor nível gerencial.

3.4. Referencial Estratégico

A Copel GeT segue o Referencial Estratégico da Controladora, tendo o seguinte conjunto de princípios e valores como orientadores das suas ações e decisões internas e externas:

- **Transparência** - prestação de contas das decisões e realizações da Companhia para informar seus aspectos positivos e/ou negativos a todas as partes interessadas;



- **Ética** - resultado do pacto coletivo que define comportamentos individuais alinhados a um objetivo comum;
- **Respeito** - consideração com o próximo;
- **Responsabilidade Social e Ambiental** - condução da vida da Companhia de maneira sustentável, respeitando os direitos de todas as partes interessadas, inclusive das futuras gerações e o compromisso com a sustentação de todas as formas de vida;
- **Segurança** - ambiente organizacional seguro que permite a continuidade da vida da Companhia.

3.5. Partes Interessadas

No período 2009-2010, as partes interessadas direta e sistematicamente envolvidas com a Companhia por meio de sua Controladora foram: público interno, clientes, fornecedores, poderes públicos, acionistas e investidores, sociedade e organizações ligadas ao meio ambiente. O ano de 2010 foi marcado pela intensificação do diálogo com o público interno, no escopo do segundo ciclo da Norma AA1000, com a categorização e o aprofundamento de grupos de interesse específicos, a fim de tratar de temas críticos afetos a tais grupos, principalmente no tocante às questões raciais, étnicas, de gênero e de pessoas com deficiência.

O terceiro ciclo de implantação da Norma AA1000, em andamento, permitirá seu melhor alinhamento com o novo modelo de Gestão para a Sustentabilidade da Companhia.

3.5.1. Canais de Diálogo

O atendimento a questionamentos enviados à Copel pelo canal Fale Conosco está disponível também no *site* da Controladora, pelo endereço eletrônico copel@copel.com. Neste canal, a premissa é responder prontamente a todos os questionamentos recebidos, atitude que tem proporcionado o crescimento de seu uso pelas partes interessadas. A matriz completa de canais de diálogo da Copel também está disponível no *site*, www.copel.com.

Diálogo com o Público Interno

Como canal direto de comunicação com todos os seus empregados, a Controladora mantém a Pesquisa de Clima Organizacional - PCO, realizada anualmente. As últimas PCOs apontaram,



COPEL Copel Geração e Transmissão S.A.



como fatores nos quais a Copel GeT deve atuar de forma corporativa, para melhorar seu desempenho, Liderança e Crescimento e Desenvolvimento Profissional.

Diálogo com Fornecedores

A Companhia se relaciona com seus fornecedores por meio de contato constante para identificar eventuais anomalias e melhorar o processo de fornecimento. Os fornecedores são avaliados por meio de instrumentos específicos, conforme seu segmento de atuação.

Para os prestadores de serviços de engenharia de construção e de serviços e manutenção de redes, o desempenho é monitorado e avaliado durante toda a execução e ao término de cada contrato. As empresas são avaliadas com uma nota de zero a dez, por meio de critérios pré-estabelecidos de qualidade, prazo, segurança, entre outros, todos descritos nos contratos.

A Copel GeT estabeleceu também um processo para avaliação do desempenho de fornecedores de materiais que, além de atender suas diretrizes, otimiza seu relacionamento com fornecedores, obtém informações gerenciais e oferece uma ferramenta adequada para a gestão dos contratos.

A Copel GeT desenvolve seus fornecedores de materiais e equipamentos por meio de avaliações industriais e homologação de materiais, e seus fornecedores de serviços através de treinamentos. As avaliações industriais não se restringem à aprovação ou reprovação de um fornecedor, indicando oportunidades de melhoria nas instalações e processos desse fornecedor, estabelecendo, assim, um ciclo de melhoria que permite seu desenvolvimento e ampliação da oferta e sustentabilidade da cadeia.

Em 2010, a Copel constituiu um Comitê Permanente para tratar, de forma mais integrada, a Gestão da Cadeia de Suprimentos com as seguintes atribuições: fomentar e facilitar a implementação de estratégias e ações que possibilitem melhoria da gestão da cadeia e do desempenho da Companhia nos indicadores e critérios de excelência e sustentabilidade relativos ao tema; propiciar o engajamento e o diálogo estratégicos com os fornecedores, utilizando os princípios e requisitos da Norma AA1000; promover o comprometimento e a responsabilidade de todos os envolvidos na cadeia de suprimentos, em busca de resultados e melhoria contínua das práticas e contribuir para o desenvolvimento dos fornecedores, estabelecendo parâmetros vinculados a padrões de excelência e sustentabilidade.

A partir do planejamento estabelecido em 2010, serão desenvolvidos, em 2011, novos ciclos de diálogo com fornecedores, de capacitação dos gestores de contrato, e de adequação das normas internas relativas a compras de materiais e contratação de serviços.



4. DESEMPENHO OPERACIONAL

4.1. Cenários

4.1.1. Análise Internacional

Desde o início da crise financeira, a recuperação da economia global aponta para o dinamismo das economias emergentes, cujo crescimento previsto situou-se em 7,1% em 2010, contra 3,0% para as economias desenvolvidas, segundo previsões do Fundo Monetário Internacional - FMI. O ritmo de expansão das economias emergentes ancora-se, em grande parte, no crescimento da demanda doméstica e, em casos específicos, no setor exportador. Os dados da atividade econômica nos Estados Unidos da América - EUA indicam um cenário de recuperação gradual da crise naquele país. A economia global cresceu aproximadamente 5,0% em 2010, segundo o FMI.

4.1.2. Análise Nacional

Apesar da retração da demanda externa por produtos industriais, o Brasil consolidou seu ciclo de recuperação econômica de forma moderada, porém efetiva após o processo recessivo experimentado a partir do final de 2008. As medidas de política econômica adotadas, principalmente a de continuidade da política de crédito e a melhora do mercado de trabalho, influenciaram positivamente o desempenho da economia, notadamente o crescimento do consumo nas famílias. O desempenho positivo da demanda interna, contribuiu fortemente para o resultado do Produto Interno Bruto – PIB, apresentando crescimento de 7,5% em 2010.

O resultado do comércio ampliado no ano de 2010 revelou alta generalizada por atividade, com destaque para os aumentos nas vendas de equipamentos e materiais para escritório, 24,1%; veículos e motos, partes e peças, 14,1%; e móveis e eletrodomésticos, 18,3%. A indústria apresentou expansão de 10,5% em 2010, confirmando o padrão de crescimento de segmentos produtores de bens de capital e de bens de consumo duráveis, principalmente automóveis e eletrodomésticos, além de setores tipicamente exportadores, particularmente as *commodities*.

4.1.3. Análise Estadual



O desempenho da economia paranaense em 2010 aponta para a retomada do crescimento, após os efeitos recessivos oriundos da crise internacional. O crescimento do PIB em 2010, segundo informações do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - Ipardes, foi de 8,3%.

No setor agropecuário, constatou-se crescimento de 32,2% na produção estadual de grãos da safra 2009/2010 em relação à temporada de 2008/2009. Ressalta-se, neste caso, a ampliação da produção de soja, que aumentou 49,7% em relação à safra anterior e obteve maior rendimento físico da cultura por unidade de área plantada, decorrente das propícias condições climáticas apresentadas no período e investimentos em tecnologia. Vale destacar também o crescimento de 21,0% na produção de milho e 29,5% na produção de trigo.

No setor secundário, a produção industrial estadual avançou 14,2% no acumulado de 2010. O desempenho paranaense ficou acima da média nacional, da região sul e de outros estados fortemente industrializados, tais como São Paulo e Rio de Janeiro. Este resultado foi sustentado principalmente pelo desempenho dos segmentos de veículos automotores, máquinas e equipamentos e alimentos.

4.1.4. Análise Setorial

- **Prorrogação das Concessões**

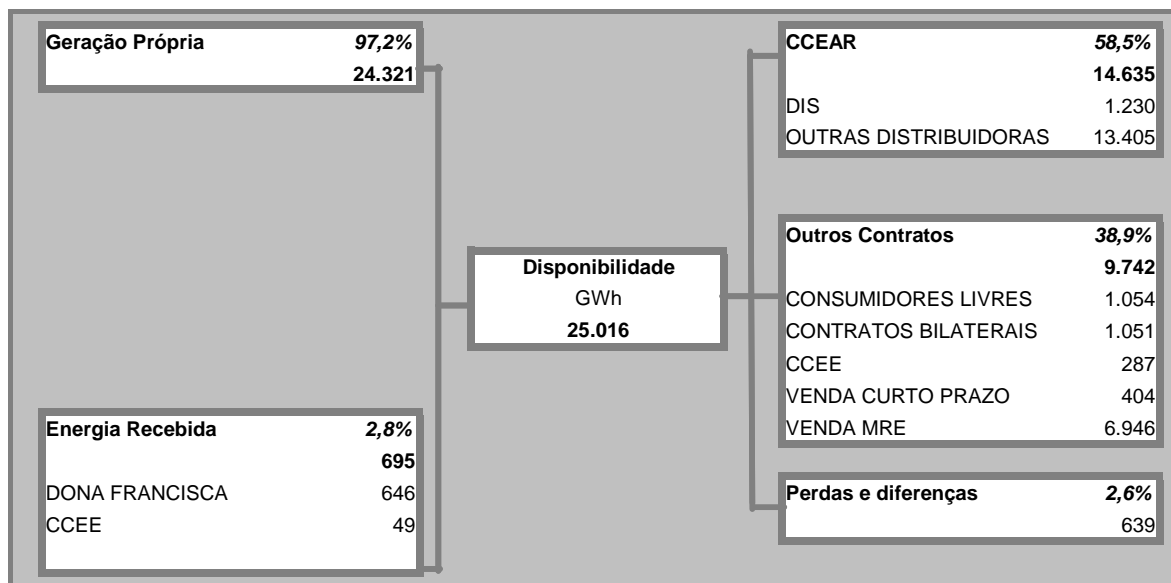
Pela Portaria MME nº 331/2009, foram prorrogados os prazos de concessão das Usinas Hidrelétricas Gov. Ney Braga (Segredo), Derivação do Rio Jordão, Gov. José Richa (Salto Caxias) e Cavernoso, de forma não onerosa, por mais 20 anos. Nesse sentido, o término da concessão passa a ser novembro de 2029, para as Usinas Hidrelétricas Segredo e Derivação do Rio Jordão; maio de 2030 para a Usina Hidrelétrica Salto Caxias; e janeiro de 2031, para a Usina Hidrelétrica Cavernoso, conforme consignado no Quarto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão firmado com a Aneel.

A principal concessão de transmissão da Copel GeT encontra-se no Contrato de concessão nº 60/2001, que vence em 07.07.2015. Todos os demais contratos de concessão de transmissão poderão ser renovados por mais 30 anos. Mais detalhes na NE nº 14.

4.2. Segmentos de Negócios



- Fluxo de Energia



Valores sujeitos a alterações após o fechamento pela CCEE
CCEAR = Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado
MRE = Mecanismo de Realocação de Energia
CCEE = Câmara de Comercialização de Energia Elétrica

4.2.1. Geração

A Copel Geração e Transmissão possui e opera 18 usinas próprias, sendo 17 hidrelétricas e uma termelétrica, com capacidade instalada total de 4.549,6 MW e energia assegurada de 1.961,6 MW médios (maiores detalhamentos na NE nº 01). Em 2010, esses ativos geraram 24.321 GWh, 99,7% desse total de fonte hidrelétrica. A geração de energia elétrica em nossas usinas é supervisionada e coordenada pelo nosso Centro de Operação da Geração em Curitiba.

Além disso, a Copel GeT obteve concessões para construir e operar as seguintes usinas:

Usina Hidrelétrica Mauá - Com o início da construção em julho de 2008, o empreendimento incorporará 361 MW de potência instalada e 197,7 MW médios de energia assegurada aos parques geradores da Copel GeT e da Eletrosul. O empreendimento absorverá investimentos da ordem de R\$ 1,1 bilhão por meio do Consórcio Energético Cruzeiro do Sul - CECS, parceria entre



COPEL Copel Geração e Transmissão S.A.



Copel (51%) e Eletrosul (49%). De acordo com os prazos estabelecidos pela Aneel, a UHE Mauá deverá entrar em operação comercial em 2011.

PCH Cavernoso II - O projeto compreende o futuro aproveitamento a ser implantado no rio Cavernoso, no Paraná. A usina terá três unidades geradoras, que totalizam 19 MW de potência instalada. O projeto básico apresentado pela Copel GeT foi aprovado pela Aneel em 07.11.2009. Para o início da implantação do empreendimento, previsto para começo de 2011, aguarda-se a emissão da outorga de autorização, pelo Ministério de Minas e Energia - MME, e da licença ambiental de instalação, pelo Instituto Ambiental do Paraná - IAP. A Copel GeT detém 100% do empreendimento, com investimento previsto de aproximadamente R\$ 120,0 milhões.

Usina Hidrelétrica São Jerônimo - O projeto compreende o futuro aproveitamento hidrelétrico de São Jerônimo, localizado no Rio Tibagi, no Paraná. A usina terá capacidade instalada de aproximadamente 331 MW, com energia assegurada de 165,5 MW médios. A implementação do empreendimento terá como base a concessão de uso do bem público para exploração do aproveitamento hidrelétrico de São Jerônimo, cujo investimento previsto será da ordem de R\$ 1,1 bilhão.

Usina Hidrelétrica Colíder - O projeto está localizado no rio Teles Pires, no estado do Mato Grosso. Consiste da construção de uma usina com capacidade instalada de 300 MW, com energia assegurada de 179,6 MW médios, e de uma linha de transmissão de 500 kV com 130 km de extensão. O contrato de concessão foi assinado no dia 17.01.2010 e as obras iniciaram em 1º.03.2010. A Copel GeT detém 100% do empreendimento, com investimento previsto da ordem de R\$ 1,5 bilhão.

4.2.2. Transmissão

A Companhia opera os ativos de Transmissão (Rede Básica) por meio dos seguintes contratos de concessão: Contrato de Concessão nº 060/2001, firmado em 20/06/2001; Contrato de Concessão nº 075/2001, firmado em 17.08.2001; e Contrato de Concessão nº 006/2008, firmado em 17.03.2008.

O segmento tem como principal atribuição prover os serviços de transporte e transformação da energia elétrica, sendo responsável pela construção, operação e manutenção de subestações, bem como pelas linhas destinadas à transmissão de energia.



COPEL Copel Geração e Transmissão S.A.



A Copel GeT arrematou, em leilão de transmissão realizado pela Aneel em 11.06.2010, o lote A, que consiste na linha de transmissão Araraquara II — Taubaté, em 500 kV, com 356 km, localizada no Estado de São Paulo. O valor do lance ofertado pela Companhia foi de R\$ 20,0 milhões e foi outorgada a concessão para exploração do serviço público de transmissão de energia elétrica pelo prazo de 30 anos, contados da data de assinatura do contrato, prorrogáveis por mais 30 anos. Igualmente, no mesmo leilão, a Copel GeT arrematou o lote I, que consiste da subestação Cerquilha III, 230/138 kV, também localizada no Estado de São Paulo. O Lance foi de R\$ 3,254 milhões, sendo a concessão por 30 anos, contados da data de assinatura do contrato, com prorrogação possível por mais 30 anos.

Além dos empreendimentos arrematados no Leilão Aneel 001/2010, encontra-se também em obras a linha de transmissão Foz do Iguaçu — Cascavel Oeste, em 525 kV, com 115 km, localizada no Estado do Paraná, objeto do contrato de concessão 27/2009, assinado em 19.11.2009. A implantação teve início em outubro de 2010, após a obtenção da Licença Prévia em meados de julho e da Licença de Instalação para a Linha de Transmissão Foz do Iguaçu — Cascavel Oeste 500 kV no mês de setembro.

Por fim, será construída em Mato Grosso, uma linha de transmissão em 500 kV, de 130 km.

4.3. Pesquisa & Desenvolvimento + Inovação (P&D +I)

Geração e Transmissão

Em cumprimento à Lei nº 9.991/2000, que dispõe sobre a realização de investimentos em pesquisa e desenvolvimento por parte das empresas concessionárias, permissionárias e autorizadas do setor de energia elétrica, no ano de 2010 a Copel executou 59 projetos de P&D, sendo que destes, 23 já foram concluídos.

Dentre os projetos que compõem o Programa de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) da Copel GeT, destacamos os seguintes:

- Avaliação do impacto econômico em consumidores industriais, causado por problemas da qualidade da energia elétrica;
- Desenvolvimento de uma metodologia computacional para cálculo dos campos elétricos e magnéticos em subestações da Copel;



COPEL Copel Geração e Transmissão S.A.



- Avaliação de gases de efeito estufa - GEE da área de influência de reservatório em construção (estudo de caso: Mauá).

A Copel participa ainda, de forma cooperada com outras empresas, em 4 projetos de P&D estratégicos, cujos temas são estabelecidos pela Aneel por meio de *Chamada de Projetos de P&D Estratégicos*, e que são financiados pelas empresas de energia elétrica no âmbito do Programa de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia Elétrica. Destes a Copel atua como empresa proponente em 1 projeto. Dentre os projetos da Copel GeT tem-se a pesquisa em metodologia para alocação dos custos do sistema de transmissão (empresa cooperada).



5. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Esta análise foi elaborada observando os novos padrões internacionais de contabilidade em 2010 e também em 2009 para efeito de comparabilidade.

5.1. Receita Operacional Líquida

Em 2010, a Receita Operacional Líquida teve acréscimo de R\$ 12,6 milhões, representando 0,7% de aumento em relação a 2009. Tal variação decorre principalmente de:

- 1) Acréscimo na **Receita de Fornecimento de Energia Elétrica**, em 9,3%, em virtude principalmente do crescimento do consumo de energia elétrica dos consumidores livres, maiores detalhes N.E. nº 27;
- 2) Acréscimo na **Receita de Suprimento de Energia Elétrica** em 2,1%, decorrente: (i) do reajuste de preços dos contratos de comercialização de energia no ambiente regulado - CCEAR e dos contratos bilaterais, e (ii) da maior receita na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE; e
- 3) Decréscimo da **Receita de Disponibilidade da Rede Elétrica** em 9,0%, principalmente proveniente da redução tarifária da transmissão.

5.2. Custos e Despesas Operacionais

Obtiveram acréscimo de R\$ 52,5 milhões em 2010, representando um aumento de 5,0%, influenciado, principalmente por:

- 1) Saldo apresentado na conta **Material** que registrou acréscimo de R\$ 8,2 milhões em função principalmente do aumento de R\$ 4,1 milhões em materiais de construção civil, e R\$ 1,0 milhão em materiais do sistema elétrico. Detalhamento na N.E. nº 28.4;
- 2) Acréscimo de R\$ 74,0 milhões, verificado na conta **Outros Custos e Despesas Operacionais** decorrente principalmente, à maior apropriação em compensação financeira pela utilização de recursos hídricos, em razão do aumento na geração própria de energia, e do reconhecimento de perdas na desativação e alienação de bens;



- 3) Acréscimo de R\$ 9,2 milhões na conta de **Serviços de Terceiros**, decorrente principalmente do aumento de R\$ 4,5 milhões em consultoria técnica, científica e administrativa, e R\$ 1,0 milhão em apoio administrativo. Detalhamento na N.E. nº 28.5;
- 4) As variações foram compensadas pelo decréscimo de R\$ 15,0 milhões na conta **Energia Elétrica Comprada para Revenda** em função principalmente da redução do custo de aquisição da energia adquirida na CCEE; e
- 5) Pelo decréscimo de R\$ 23,8 milhões em **Provisões e Reversões** decorrentes principalmente de reversões de Litígios, provenientes da reversão de R\$ 14,1 milhões em contingências cíveis, e R\$ 7,6 milhões resultantes de reversão em contingências administrativas.

5.3. EBITDA ou LAJIDA

Cálculo do EBITDA/LAJIDA (Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização) - Em R\$ mil

	2010	2009
Lucro líquido do período	529.122	561.304
IRPJ e CSLL diferidos	(65.072)	(47.705)
Provisão para IRPJ e CSLL	221.956	222.292
Resultado da equivalência patrimonial	3.345	4.806
Despesas (receitas) financeiras, líquidas	(62.311)	(73.762)
Lajir/Ebit	627.040	666.935
Depreciação e Amortização	262.802	269.114
Lajida/Ebitda - ajustado	889.842	936.049
Receita Operacional Líquida - ROL	1.721.556	1.708.925
Margem do EBITDA/LAJIDA⁽¹⁾	51,7%	54,8%

⁽¹⁾ Ebitda ÷ ROL

5.4. Resultado Financeiro

- 1) **Receitas Financeiras** - apresentaram acréscimo de R\$ 23,0 milhões em relação a 2009, devido principalmente aos rendimentos de aplicações financeiras da atividade.
- 2) **Despesas Financeiras** - apresentaram acréscimo de R\$ 34,5 milhões em relação a 2009, sendo influenciadas principalmente por:
 - Variação monetária anual positiva do IGP-M de 11,3% em comparação com a variação anual negativa de 1,7% registrada no ano de 2009, a qual reflete na atualização do Índice Finel; e



- Acréscimo de R\$ 13,7 milhões nas Variações Monetárias provenientes da repactuação do contrato junto à Petrobrás.

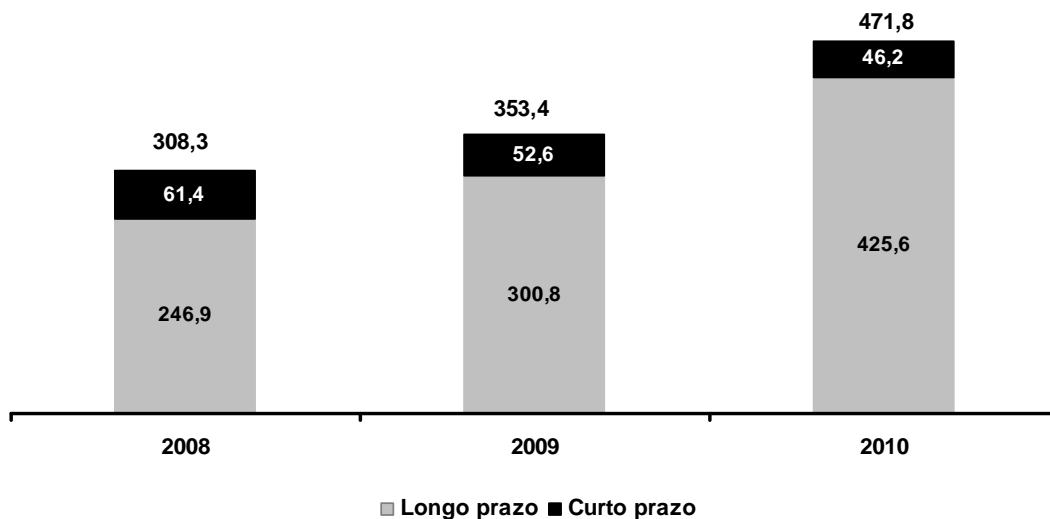
5.5. Endividamento

As variações da dívida de curto e longo prazo referentes aos empréstimos e financiamentos decorreram principalmente dos seguintes ingressos de recursos:

- R\$ 163,5 milhões relativos aos contratos com o Banco do Brasil e BNDES para a construção da UHE Mauá;
- R\$ 0,9 milhões referentes a dois contratos junto à Finep.

Os pagamentos ocorridos no ano totalizaram R\$ 83,7 milhões, representados por amortizações de R\$ 30,3 milhões do valor principal e R\$ 53,4 milhões em encargos e variações.

O gráfico a seguir demonstra a composição dos empréstimos e financiamentos em curto e longo prazo:



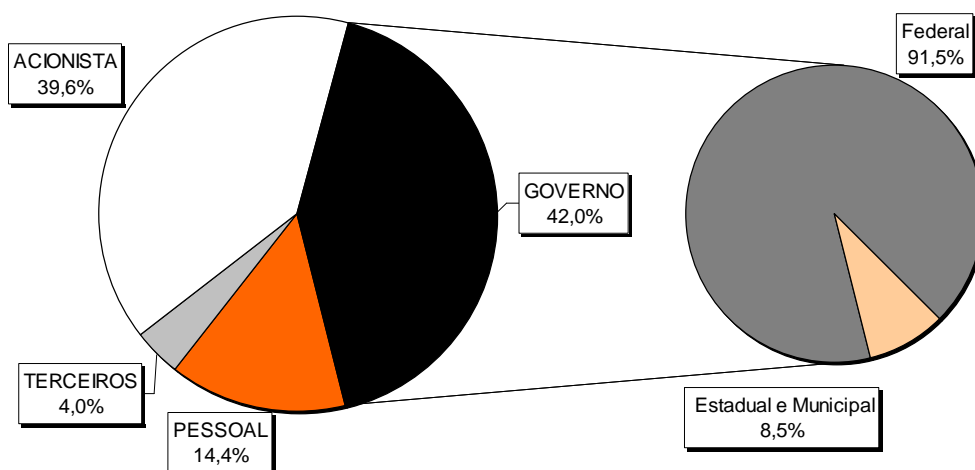
5.6. Lucro Líquido

Em 2010, a Companhia obteve lucro líquido de R\$ 529,1 milhões, sendo 5,7% maior que o obtido no exercício anterior, de R\$ 561,3 milhões. O lucro líquido em 2009 antes da adoção das práticas internacionais foi de R\$ 654,8 milhões.



5.7. Valor Adicionado

No exercício de 2010, a Companhia apurou R\$ 1.336,8 milhões de Valor Adicionado Total - VAT, 1,4% superior ao apurado no ano anterior, o que corresponde a R\$ 18,9 milhões. A seguir, representação gráfica da Distribuição do Valor Adicionado. A demonstração na íntegra encontra-se nas Demonstrações Financeiras.



5.8. Investimentos na Concessão

O programa de investimentos para 2011 foi aprovado em 02.12.2010 pela 131ª reunião ordinária do CAD da controladora. A seguir, demonstramos os investimentos realizados e os previstos para 2011:

Empresas (em R\$ milhões)	Realizado		Variação % 2010-2009	Previsto 2011
	2010	2009		
Copel Geração e Transmissão	106,9	58,8	81,8	860,4
Consórcio Energético Cruzeiro do Sul (UHE Mauá)	168,7	191,4	(11,9)	164,4
Total	275,6	250,2	10,2	1.024,8



COPEL Copel Geração e Transmissão S.A.



5.9. Demonstrações Regulatórias e Conciliações

A Aneel instituiu a Contabilidade Regulatória através da Resolução Normativa nº 396/2010, a qual difere da Contabilidade Societária, principalmente pela não aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão.

Para o exercício de 2010, a Aneel determinou, através do Despacho Aneel nº 4097 de 30/12/2010, que a Demonstração do Resultado do Exercício e o Balanço Patrimonial Regulatório, elaborados com base no Balanço Mensal Padronizado - BMP, deverão integrar o Relatório da Administração, juntamente com a conciliação entre o resultado das referidas demonstrações contábeis e as demonstrações contábeis societárias.

5.9.1. Balanço Patrimonial Regulatório



BALANÇO PATRIMONIAL
em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009
(Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO	31.12.2010	31.12.2009
CIRCULANTE		
Caixa e equivalentes de caixa	1.163.455	784.032
Aplicações financeiras - títulos e valores mobiliários	146.454	67.406
Aplicações financeiras restritas - cauções e dep. vinculados	63.473	4.655
Clientes	213.070	235.752
Dividendos a receber	4.480	3.931
Outros créditos	26.879	27.964
Estoques	11.964	9.683
Imposto de renda e contribuição social	280	479
Outros tributos correntes a recuperar	4.449	4.091
Despesas antecipadas	2.095	2.164
	1.636.599	1.140.157
NÃO CIRCULANTE		
Realizável a Longo Prazo		
Aplicações financeiras - títulos e valores mobiliários	5.306	40.103
Depósitos judiciais	21.486	17.668
Outros créditos	1.878	1.881
Tributos correntes a recuperar	10.453	8.122
Imposto de renda e contribuição social diferidos	109.519	84.225
	148.642	151.999
Investimentos	390.217	450.666
Imobilizado	3.840.016	3.631.390
Intangível	32.103	18.802
	4.410.978	4.252.857
TOTAL DO ATIVO	6.047.577	5.393.014



BALANÇO PATRIMONIAL
em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009
(Valores expressos em milhares de reais)

PASSIVO	31.12.2010	31.12.2009
CIRCULANTE		
Obrigações sociais e trabalhistas	42.321	54.006
Fornecedores	167.101	121.657
Imposto de renda e contribuição social	119.047	114.262
Outros obrigações fiscais	33.976	21.675
Empréstimos e financiamentos	46.233	52.616
Dividendos a pagar	862.818	473.107
Benefícios pós-emprego	6.232	5.969
Encargos do consumidor a recolher	3.630	3.791
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	12.569	11.741
Outros passivos regulatórios	20.045	-
Outras contas a pagar	22.182	36.635
	1.336.154	895.459
NÃO CIRCULANTE		
Fornecedores	160.736	196.863
Empréstimos e financiamentos	425.628	300.809
Benefícios pós-emprego	104.541	96.013
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	26.285	19.928
Outras contas a pagar	-	2.597
Provisões para litígios	233.948	222.008
	951.138	838.218
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Atribuível aos acionistas da empresa controladora		
Capital social	3.505.994	3.505.994
Reserva legal	185.789	153.343
Reserva de retenção de lucros	68.502	-
	3.760.285	3.659.337
TOTAL DO PASSIVO	6.047.577	5.393.014



5.9.2. Demonstração do Resultado Regulatório

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
para os períodos findos em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009
(Valores expressos em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

OPERAÇÕES CONTINUADAS	2010	2009
RECEITA OPERACIONAL		
Fornecimento de energia elétrica	112.494	103.470
Suprimento de energia elétrica	1.300.613	1.274.395
Disponibilidade da rede elétrica	189.883	214.142
Outras receitas operacionais	30.124	30.930
	1.633.114	1.622.937
CUSTOS OPERACIONAIS		
Custo com energia elétrica		
Energia elétrica comprada para revenda	(57.672)	(73.679)
Encargos de uso da rede elétrica	(184.585)	(181.159)
	(242.257)	(254.838)
Custo de operação		
Pessoal	(145.353)	(144.654)
Planos previdenciário e assistencial	(23.609)	9.315
Material	(16.303)	(10.896)
Matéria-prima e insumos para produção de energia	(20.704)	(21.979)
Serviços de terceiros	(54.428)	(45.892)
Depreciação e amortização	(127.866)	(130.955)
Outros custos de operação	13.650	13.576
	(374.613)	(331.485)
Custo do serviço prestado a terceiros		
Pessoal	(9.262)	(8.054)
Material	(1.658)	(815)
Serviços de terceiros	(3.380)	(2.327)
Outros custos do serviço prestado a terceiros	(100)	(74)
	(14.400)	(11.270)
	(631.270)	(597.593)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO	1.001.844	1.025.344
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		
Despesas com vendas	1.000	195
Despesas gerais e administrativas	(84.869)	(75.305)
Outras receitas (despesas), líquidas	(173.943)	(135.953)
	(257.812)	(211.063)
RESULTADO DO SERVIÇO	744.032	814.281
RESULTADO FINANCEIRO		
Receitas financeiras	107.093	84.054
Despesas financeiras	(49.460)	(16.036)
	57.633	68.018
RESULTADO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	(3.345)	(4.806)
RESULTADO OPERACIONAL	798.320	877.493
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	798.320	877.493
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		
Imposto de renda e contribuição social	(221.954)	(222.292)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	25.295	(2.392)
	(196.659)	(224.684)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	601.661	652.809



5.9.3. Conciliação entre o Lucro Líquido Regulatório e Societário

	2010	2009
Lucro líquido regulatório	601.661	652.809
Depreciação sobre remensuração do ativo imobilizado	(128.531)	(131.741)
Reconhecimento de contratos de concessão - transmissão	6.083	51.234
Baixa de ativos e passivos regulatórios	20.046	(11.680)
Benefício pós-emprego	-	(40.083)
Outros efeitos da transição	(9.914)	(9.332)
Efeitos dos tributos nos ajustes	39.777	50.097
Lucro líquido societário	529.122	561.304

5.9.4. Conciliação entre o Patrimônio Líquido Regulatório e Societário

	2010	2009
Patrimônio líquido regulatório	3.760.285	3.659.336
Remensuração do ativo imobilizado	2.357.156	2.509.013
Reconhecimento de contratos de concessão - transmissão	83.774	54.401
Baixa de ativos e passivos regulatórios	20.046	-
Reversão de deságio	592	592
Outros efeitos da transição	(18.626)	(8.748)
Efeitos dos tributos nos ajustes	(829.010)	(866.835)
Dividendos adicionais propostos	351.866	435.433
Patrimônio líquido societário	5.726.083	5.783.192

**5.9.5. Demonstração do Resultado Regulatório, por atividades**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	GERAÇÃO	TRANSMISSÃO	COMERCIALIZAÇÃO	ATIV. NÃO VINCULADA	TOTAL
RECEITA OPERACIONAL					
Fornecimento de energia elétrica	-	-	112.494	-	112.494
Suprimento de energia elétrica	1.300.613	-	-	-	1.300.613
Disponibilidade da rede elétrica	-	189.883	-	-	189.883
Outras receitas operacionais	28.521	1.601	2	-	30.124
	1.329.134	191.484	112.496	-	1.633.114
CUSTOS DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA					
Custo com energia elétrica					
Energia elétrica comprada para revenda	-	-	(57.672)	-	(57.672)
Encargos de uso da rede elétrica	(184.585)	-	-	-	(184.585)
	(184.585)	-	(57.672)	-	(242.257)
Custo de operação					
Pessoal	(83.567)	(58.107)	(3.679)	-	(145.353)
Planos previdenciário e assistencial	(13.753)	(9.254)	(602)	-	(23.609)
Material	(12.578)	(3.684)	(41)	-	(16.303)
Matéria-prima e insumos p/ produção de energia	(20.704)	-	-	-	(20.704)
Serviços de terceiros	(41.392)	(12.310)	(726)	-	(54.428)
Depreciação e amortização	(100.452)	(27.393)	(21)	-	(127.866)
Outros custos de operação	15.596	(1.761)	(185)	-	13.650
	(256.850)	(112.509)	(5.254)	-	(374.613)
Custo do serviço prestado a terceiros					
Pessoal	(9.262)	-	-	-	(9.262)
Material	(1.658)	-	-	-	(1.658)
Serviços de terceiros	(3.380)	-	-	-	(3.380)
Outros custos do serviço prestado a terceiros	(100)	-	-	-	(100)
	(14.400)	-	-	-	(14.400)
	(455.835)	(112.509)	(62.926)	-	(631.270)
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL BRUTO	873.299	78.975	49.570	-	1.001.844
Outras Receitas (Despesas) Operacionais					
Despesas com vendas	1.000	-	-	-	1.000
Despesas gerais e administrativas	(55.136)	(28.000)	(1.733)	-	(84.869)
Outras receitas (despesas), líquidas	(120.867)	(4.696)	(419)	(47.961)	(173.943)
	(175.003)	(32.696)	(2.152)	(47.961)	(257.812)
RESULTADO DO SERVIÇO	698.296	46.279	47.418	(47.961)	744.032
RESULTADO FINANCEIRO					
Receitas financeiras	67.242	33.397	6.454	-	107.093
Despesas financeiras	(42.721)	(6.553)	(186)	-	(49.460)
	24.521	26.844	6.268	-	57.633
RESULTADO DE PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA	-	-	-	(3.345)	(3.345)
RESULTADO OPERACIONAL	722.817	73.123	53.686	(51.306)	798.320
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	722.817	73.123	53.686	(51.306)	798.320
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL					
Imposto de renda e contribuição social	(221.954)	-	-	-	(221.954)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	25.295	-	-	-	25.295
	(196.659)	-	-	-	(196.659)
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	526.158	73.123	53.686	(51.306)	601.661



6. DESEMPENHO SOCIOAMBIENTAL

6.1. Força de trabalho

Os 1.744 empregados do quadro próprio estão distribuídos em quatro carreiras em função da natureza das atividades e dos requisitos de cargo, a saber: operacional (303 empregados), administrativa (335 empregados), profissional técnico de nível médio (560 empregados) e profissional de nível superior (546 empregados). A Copel GeT vem redimensionando seu quadro funcional, tendo admitido, em 2010, mediante concurso público, 251 novos empregados. Durante o mesmo período, 175 empregados desligaram-se da Companhia, grande parte por aposentadoria, tendo a taxa de rotatividade sido de 13,58%. Em 2009, o *turnover* foi de 9,23%.

Em 2010, a Companhia destinou 5% das vagas para cargos de natureza administrativa a portadores de necessidades especiais. Dentre candidatos afrodescendentes, foram admitidos 11 empregados de cor negra e 25 de cor parda.

- **Desenvolvimento de Pessoal**

As necessidades de capacitação e desenvolvimento são feitas com base na metodologia Diagnóstico de Necessidade de Desenvolvimento - DND, realizada anualmente em todas as áreas. As necessidades de treinamentos dos contratados são identificadas a partir das atividades específicas, correlatas aos exigidos dos empregados próprios, são estabelecidas nos contratos. Nesta categoria podem ser citados os treinamentos e cursos de requalificação de contratados para serviços no sistema elétrico, realizados em parceria com Senai, UTFPR, entre outras.

Os treinamentos foram distribuídos por carreira, conforme tabela a seguir:

Treinamentos de empregados por carreira	2010 (em horas/média)
Operacional	49,0
Administrativa	48,9
Técnica	100,9
Profissional	93,9



- **Política salarial**

As práticas de remuneração, reconhecimento e incentivo estão baseadas no modelo de remuneração estruturado pela Controladora, apoiando-se em dois pilares: remuneração fixa (comparação de mercado e mérito) e variável (Participação dos Empregados nos Lucros e/ou Resultados - PLR). A Copel e a Comissão de Empregados para Negociação da Participação nos Lucros e Resultados - CENPLR, comissão especialmente constituída por empregados eleitos e representantes dos sindicatos para a negociação da participação dos empregados nos lucros e/ou resultados, obtiveram avanços significativos no transcorrer das negociações, com o estabelecimento de metas empresariais, renegociadas em 2010. O Plano de Cargos e Salários da Copel, estruturado de maneira a refletir a realidade ocupacional da Companhia, serve como referência para a remuneração fixa e busca a comparação dos salários pagos pela Copel GeT com valores de mercado e aplicação da política salarial. A proporção entre o menor salário praticado pela Companhia em 2010 (R\$ 919,53) e o salário mínimo nacional vigente naquela data (R\$ 510,00) era de 1,80 vezes, não tendo diferença significativa no mesmo período relativamente à proporção de salário-base entre homens e mulheres.

- **Benefícios**

Entre os benefícios concedidos diretamente pela Companhia a todos os empregados, além dos previstos pela legislação, destacam-se: auxílio-educação, abono de férias, auxílio-alimentação e refeição, auxílio-creche, auxílio a portadores de necessidades especiais, além de outros possibilitados pelo convênio existente entre a Copel e o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS. Adicionalmente, através da Fundação Copel de Previdência e Assistência Social, da qual a Copel é mantenedora, há concessão de: plano de previdência privada, adicional ao valor da previdência oficial, e plano de assistência médico-hospitalar e odontológica.

- **Liberdade de associação e negociação coletiva**

A totalidade dos empregados da Copel GeT é representada nas relações de trabalho com a Companhia por meio de sindicatos independentes, os quais, em conformidade com a legislação brasileira, podem organizar-se por categoria e base territorial (município).



COPEL Copel Geração e Transmissão S.A.



A Copel mantém estreito relacionamento com todas as 18 entidades representativas dos empregados: sindicatos de categorias de base (eletricitários) e categorias profissionais e/ou diferenciadas. A direção sindical tem livre acesso às gerências locais e a todas as instalações da Companhia, a fim de levar aos empregados as comunicações de seu interesse, além de dispor de canal formal direto com a área de recursos humanos.

- **Contratados**

A Copel GeT promove o Programa de Sensibilização Ambiental, que visa estimular mudanças comportamentais nos trabalhadores envolvidos na construção e reforma dos empreendimentos da Companhia, ampliando sua consciência e responsabilidade ambiental, além de provocar reflexões quanto aos impactos ambientais das obras e às formas de minimizá-los. Em 2010, o Programa contemplou 485 trabalhadores envolvidos nas obras de construção de seis linhas de transmissão, quatro subestações e uma pequena central hidrelétrica.

Em 2010, a Companhia também promoveu 8 palestras com o tema “Eu cuido do meio ambiente” para 307 colaboradores das empresas contratadas.

- **Saúde e segurança no trabalho**

A Copel GeT, por meio de sua Controladora, considerando o contexto do serviço especializado em engenharia de segurança e medicina do trabalho - SESMT e o acompanhamento e controle de saúde ocupacional, conta com médicos do trabalho especializados, distribuídos nas principais regiões da Companhia, equipe de enfermagem e apoio administrativo. Estes profissionais realizam não apenas os exames médicos legais e obrigatórios, mas uma série de programas de prevenção em saúde.

Também mantém controle estatístico dos índices e causas de afastamentos do trabalho motivados por doenças, além do acompanhamento dos processos junto à Previdência Social quando é necessário afastamento prolongado através de convênio específico com aquele instituto.

Sempre que a capacidade laborativa mostra-se comprometida, por qualquer fator, ainda realiza o estudo e readequação necessária para que o exercício profissional seja o mais seguro e adequado possível, conjuntamente com equipe multidisciplinar.



COPEL Copel Geração e Transmissão S.A.



A Copel também assessora a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes- Cipa e diversas áreas com palestras sobre temas de saúde, incluindo cursos sobre primeiros socorros, difundindo informações ao corpo funcional e promovendo a qualidade de vida.

Para melhoria das relações sociais no trabalho são promovidos programas comemorativos no aniversário da Companhia, homenagem aos aniversariantes de Copel (aniversário de admissão na Companhia) e envio de mensagens em datas comemorativas (aniversário de admissão, aniversário de nascimento, dia da profissão, entre outros).

Para melhoria no estilo de vida pessoal e familiar as seguintes ações educativas são oferecidas: Programa de Preparação para a Aposentadoria; Programa Gestão Financeira; Programa Energia e Saúde (atividades de ginástica laboral, condicionamento físico e atividade antiestresse); Jogos Internos Copel; Jogos do Sesi; e Programa Auxílio-Educação.

Adicionalmente são estimuladas práticas de voluntariado e apoio às campanhas do agasalho, doação de brinquedos, oficina de brinquedos, campanha de Natal (arrecadação de alimentos/brinquedos/roupas), além de encenações de Autos de Natal em diversos municípios.

6.2. Clientes e comunidade

- **Educação Ambiental**

A proposta da educação socioambiental para a sustentabilidade é trazer a reflexão e sensibilizar cada empregado(a) para a responsabilização individual no que se refere a sustentabilidade nos processos e atividades desenvolvidos da empresa e nas relações cotidianas, focando na abordagem de que cada empregado(a) é um agente de transformação e responsável pela mudança que queremos ver na empresa, na sociedade e no mundo.

A educação socioambiental para a sustentabilidade na Copel GeT está estruturada para atender o referencial estratégico de sua Controladora, por meio dos Centros de Referência para a Sustentabilidade - Ceres: espaços educadores no entorno dos empreendimentos da Copel GeT para diálogo com o público interno da Companhia, com as comunidades locais e organizações sociais e ambientais da sociedade civil organizada; e da Rede Copel de Agentes Socioambientais.

Em 2010, além da inauguração do Ceres Museu Regional do Iguaçu, na Usina Gov. Ney Braga, e Ceres das Araucárias, em Faxinal do Céu, destacam-se as seguintes ações de educação



COPEL Copel Geração e Transmissão S.A.



socioambiental: realização do 1º Seminário Copel de Boas Práticas Socioambientais; realização de visita monitorada, com atividades educativas, no Museu Regional do Iguaçu; e realização de exposições e mostras itinerantes com enfoque em educação socioambiental, bem como resgate e preservação da cultura.

- **Comunidade**

Desenvolvimento Local Inclusivo Sustentável - DLIS

Na Copel GeT, as ações desenvolvidas no âmbito do Desenvolvimento Local Inclusivo Sustentável - DLIS permitem trocas de experiências e informações entre os atores sociais e a comunidade, incentivam o envolvimento da população desde a fase pré-instalação e também articulam para a formação de redes e de arranjos institucionais locais.

Por meio do DLIS, são articulados junto às comunidades projetos e programas de melhoria na infraestrutura, na educação e nos serviços públicos ou de utilidade pública, de acordo com as prioridades elencadas nos fóruns de desenvolvimento local.

Em 2010, na área de DLIS, as principais ações da Companhia atingiram os municípios de Ortigueira e Telêmaco Borba na área de abrangência da UHE Mauá.

Eventos da Agenda Unificada do Estado

A Copel GeT participa da Agenda Unificada do Estado, a qual proporciona sinergia e alinhamento das ações dos participantes com o Governo do Estado. São promovidas atividades junto à comunidade em datas comemorativas, com participação de profissionais da Copel, que proferem palestras e distribuem material de educação ambiental, mobilizando a força de trabalho e a comunidade em plantios, distribuição de mudas nativas, recomposição de mata ciliar, limpeza de rios e lagos, repovoamento de rios com peixes nativos. Em 2010, merecem destaque às atividades da Agenda 21 Escolar do município de Telêmaco Borba, Parque Iguaçu e Vila Zumbi dos Palmares.



Relacionamento com as Comunidades Tradicionais

Direitos Indígenas

A Copel Geração e Transmissão, acompanha e supervisiona o diagnóstico socioambiental da terra indígena Apucarantina pelas prestadoras de serviços FADEC/UEM e FAUEL/UEL, participa das reuniões do comitê gestor, acompanha a comissão de agricultura e o programa emergencial de agricultura da terra indígena Apucarantina. Além disso, verifica o cumprimento das atribuições da Copel elencadas nos Termos de Compromisso de Ajuste de Conduta – TACs, propostos pelo Ministério Público para as comunidades indígenas de Apucarantina e de Barão de Antonina.

No ano de 2010 também foi preparado o procedimento licitatório para contratação de diagnóstico ambiental e projeto de recuperação de áreas de preservação permanentes na terra indígena Barão de Antonina.

6.3. Apoio a Políticas Públicas

Historicamente, a Copel GeT, através de sua Controladora, como fomentadora do desenvolvimento social e econômico do Estado do Paraná, participa e apoia diversos movimentos conjuntos com órgãos do governo, Organizações não Governamentais - ONGs e outras entidades para a ampla promoção da cidadania, sobretudo junto a comunidades carentes.

Nesse âmbito, destacamos a participação da Copel GeT, desde 2003, no Conselho de Segurança Alimentar do Paraná – Consea-PR, espaço de articulação entre o Governo do Estado do Paraná, a sociedade civil organizada e o Governo Federal, que tem caráter consultivo, com a função de propor políticas, programas e ações que configurem o direito humano à alimentação como parte integrante do direito de cada cidadão.

- **Incentivos Fiscais**

A Copel transformou a prática de doação através de incentivo fiscal em política e convida empresas parceiras e fornecedores a fazerem o mesmo. A Companhia potencializa ao máximo a utilização de recursos dedutíveis aos Incentivos Culturais (Lei Rouanet), Incentivo ao Esporte e ao Fundo dos Direitos da Infância e da Adolescência - FIA, com base em estimativas anuais do imposto a pagar.



COPEL Copel Geração e Transmissão S.A.



As contribuições sob efeito da Lei Rouanet de 2010 foram efetuadas em projetos devidamente aprovados pelo Ministério da Cultura, no âmbito do Governo Federal, num total de R\$ 2,9 milhões. O projeto que recebeu o maior aporte foi o Plano Anual de Atividades do Museu Oscar Niemeyer, com o montante de R\$ 0,8 milhão.

A Companhia destinou a projetos inscritos no FIA o montante de R\$ 0,7 milhão, sendo que o maior aporte foi para o Centro de Apoio à Recuperação Infantil - Cari, cujo valor alcançou R\$ 0,5 milhão.

Através da Lei do Incentivo ao Esporte, a Copel também destinou R\$ 0,7 milhão. O principal projeto foi o denominado “Corredores de Futuro - Circuito Infantil de Corrida Saúde Esporte”, da ONG Saúde e Esporte, com o montante de R\$ 0,4 milhão.

6.4. Projetos e Programas Corporativos

Projeto São Bernardo

Em 2010 foram efetuados levantamento de dados e acompanhamento da situação das famílias que ocupam irregularmente uma Área de Preservação Permanente - APP de responsabilidade da Copel na localidade de São Bernardo, no município de União da Vitória - PR. Foi então elaborado um diagnóstico sobre a situação existente, o qual embasou o projeto, que prevê, em parceria com o poder público, a retirada das famílias de catadores que ocupam essa área e convivem com o constante risco de alagamento. A etapa seguinte contempla a recuperação da mata ciliar, que será objeto de conservação permanente por parte da Copel.

Benefícios do Projeto:

- Recuperação da mata ciliar em torno do reservatório da Copel que abrange o perímetro urbano do município de União da Vitória;
- Implementação de espaços de lazer onde ocorram a interação harmônica entre o ser humano e a natureza;
- Envolvimento dos atores sociais locais na efetivação da ação e consequente melhora da interação entre a Copel e a comunidade;

A remoção das famílias possibilitará reaver, recuperar e conservar a APP, conforme previsto em legislação, e garantir a elas maior segurança e saúde, já que a área de risco constante de alagamento é propícia à proliferação de vetores de doenças.



COPEL Copel Geração e Transmissão S.A.



Programa de Voluntariado Corporativo - EletriCidadania

Em vigor desde 2001, o programa faculta a utilização, de forma espontânea, de até quatro horas mensais da jornada de trabalho, para a realização de atividades de ação social junto à comunidade. Em 2010, o Programa de Voluntariado Corporativo EletriCidadania computou 205 horas dedicadas a trabalhos voluntários.

Programa de Promoção da Diversidade

Iniciado em 2007, o Programa está subdividido em frentes de trabalho que abrangem raça, etnia, gênero e Pessoas com Deficiência - PcD do quadro funcional. Este último tem interação direta com o Grupo de Acessibilidade e é voltado à busca de soluções para adaptação das instalações físicas, dos canais de comunicação e da cultura da Companhia no que concerne às pessoas com deficiência. Todas as ações realizadas nestas frentes de trabalho focam na disseminação da cultura da diversidade, cidadania empresarial e respeito aos direitos humanos, com enfoque no público interno e externo.

No início de 2010, a Copel participou do lançamento da iniciativa de Gênero no Pacto Global, organizada pelo Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher - Unifem e pela Organização Internacional do Trabalho - OIT, em Nova Iorque.

Programa Corporativo de Acessibilidade

Em 2010, foram efetuadas diversas adequações em instalações, mobiliários e equipamentos, para atender aos requisitos de acessibilidade, ergonomia, segurança, saúde e qualidade de vida no trabalho para todos. Além disso, houve várias aquisições de softwares e equipamentos de tecnologia assistida, que promovem a verdadeira inclusão profissional dos empregados com algum tipo de deficiência.

Também foram incluídas novidades e efetuadas melhorias no site corporativo, buscando torná-lo cada vez mais acessível para as pessoas com deficiência visual.



6.5. Meio ambiente

- **Política de gestão socioambiental**

No âmbito do modelo de gestão empresarial para a sustentabilidade, a Copel GeT busca o alinhamento de esforços para garantir o atendimento aos resultados econômico, social e ambiental de forma balanceada para as partes interessadas, bem como o desenvolvimento e o crescimento sustentável.

Nos últimos anos, o foco estratégico da Copel GeT através de sua Controladora, vem se consolidando na implantação deste sistema de gestão e na sua incorporação na cultura e nas atividades cotidianas, respondendo, assim, ao compromisso renovado perante o Pacto Global, firmado em 2001.

Todos os projetos, programas e ações desenvolvidos pela Companhia são orientados pela Política de Sustentabilidade e Cidadania Corporativa, disponível em www.copel.com.

- **Controle de impactos ambientais**

Sistema de Gestão Integrada

Com a finalidade de implementar o Sistema de Gestão Integrada - SGI, a Copel GeT realizou diagnóstico ambiental de algumas usinas. Esta atividade teve como produto um plano de ação relacionado às oportunidades de melhoria identificadas no tocante a questões ambientais. Outra etapa desenvolvida no decorrer de 2010 visando à implementação do SGI foi o Levantamento de Aspectos e Impactos Ambientais sobre as atividades das usinas.

A partir do levantamento foi possível identificar as interferências ambientais em todas as atividades realizadas nas usinas e definir planos de ação para executar as possíveis melhorias identificadas. Os técnicos da Companhia desenvolveram atividades com o objetivo de propor novas formas de controle visando minimizar os impactos ambientais e recomendar planos de ação.

Controles do Megaprocesso Socioambiental

Visando ao pleno atendimento às exigências da Lei Sarbanes-Oxley - SOX, principalmente em função do histórico de deficiência material que a questão ambiental apresentou em anos



COPEL Copel Geração e Transmissão S.A.



anteriores, foi realizada, em agosto de 2010, uma revisão criteriosa de toda a documentação dos subtemas socioambientais e de seus respectivos controles internos, resultando em Planos de Remediação das lacunas encontradas, mais consistentes e adequados à realidade da Companhia.

Sob esta perspectiva, diversos subtemas, particularmente Gerenciamento de Resíduos Sólidos - Cinzas de Carvão Mineral e Gerenciamento de Emissões Atmosféricas, evoluíram em seu enfoque ambiental, em detrimento da ênfase anteriormente disposta nas atividades meramente operacionais, contribuindo para o reconhecimento da importância dos profissionais envolvidos e das contribuições que efetivaram ao processo.

Gestão Socioambiental de novos empreendimentos

Implantação do PBA da Usina Hidrelétrica Mauá

O Projeto Básico Ambiental - PBA da Usina Hidrelétrica - UHE Mauá é composto por 21 programas e 13 subprogramas ambientais, cujo desenvolvimento permitirá a prevenção, mitigação e compensação dos impactos socioambientais negativos provocados pela construção da UHE Mauá, bem como a potencialização e otimização dos impactos positivos.

Em 2010, foi implementado o Grupo de Estudos Multidisciplinar, coordenado pelo Consórcio Energético Cruzeiro do Sul - CECS e conta com a participação dos responsáveis pelos programas ambientais do Ministério Público, órgãos ambientais (Sema, IAP e Ibama), universidades regionais, organizações não governamentais e comunidade. O objetivo deste grupo é discutir e aprimorar os programas ambientais relacionados ao empreendimento.

Os programas estão em plena execução em 2010. Merece destaque a construção do Horto Florestal, denominado Horto das Caviúnas, homenagem a uma espécie arbórea ameaçada de extinção e que está presente na área do horto florestal e nos remanescentes florestais ao redor do reservatório. Este horto tem caráter definitivo e a princípio atenderá a demanda de mudas no Programa de Recuperação da Faixa Ciliar do PBA de Mauá e posteriormente atenderá as demandas de recuperação de áreas degradadas nas regiões de ocorrência da Floresta Estacional Semidecidual no Paraná. Também merece destaque a construção do Centro de Triagem de Animais Silvestres, que tem caráter provisório e atenderá ao resgate de fauna durante a execução do programa de Limpeza da Bacia de Acumulação, previsto para 2011.



COPEL Copel Geração e Transmissão S.A.



UHE Colíder

A Licença Prévia - LP para a UHE Colíder foi emitida em 1º.12.2009 pela Secretaria de Meio Ambiente do Estado de Mato Grosso - Sema-MT, atestando sua viabilidade ambiental, após análise e discussão do respectivo Estudo de Impacto Ambiental - EIA.

O requerimento da Licença de Instalação foi protocolado em 10.11.2010, juntamente com o PBA, contendo 32 programas e 29 subprogramas socioambientais. A implementação desses programas visa à mitigação e/ou compensação dos impactos socioambientais negativos provocados pela construção do empreendimento.

PCH Cavernoso II

O Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental – EIA/RIMA da PCH Cavernoso II foi contratado pela Copel e protocolado no IAP em 02.05.2006, visando à obtenção da Licença Prévia para o empreendimento. Em função da Portaria IAP nº 120/04, da Resolução Sema nº 033/08 e da Portaria IAP nº 154/08, o licenciamento ambiental da PCH permaneceu paralisado até julho de 2009. O processo de licenciamento foi reiniciado pela Copel em dezembro de 2009, tendo o IAP emitido a LP em 12.07.2010.

A Licença de Instalação da PCH foi solicitada em 05.10.2010, ocasião em que foi protocolado o Projeto Básico Ambiental, contendo 16 programas, visando à mitigação e à compensação dos impactos socioambientais provocados pela construção da usina.

Linha de Transmissão - LT Cascavel Oeste - Foz do Iguaçu 525 kV

A Licença de Instalação do empreendimento foi emitida em 22.08.2010. O PBA da LT é composto por oito programas ambientais, cujo desenvolvimento permitirá a prevenção, mitigação e compensação dos impactos socioambientais negativos provocados pela construção da Linha de Transmissão, bem como a potencialização e otimização dos impactos positivos.

Em novembro de 2010, foi realizada a primeira das três reuniões do Programa de Sensibilização Ambiental, voltado aos trabalhadores da obra. As atividades foram desenvolvidas no canteiro de obras da empreiteira, em Medianeira, abordando principalmente a gestão de resíduos, a preservação da fauna e da flora, a proteção dos recursos hídricos e naturais e a poluição ambiental, apresentando as medidas a ser adotadas para minimizar as interferências do empreendimento com o meio ambiente.



COPEL Copel Geração e Transmissão S.A.



Linha de Transmissão - LT Araraquara II - Taubaté 525 kV

A Copel GeT está efetuando o licenciamento ambiental da Linha de Transmissão Araraquara II — Taubaté 525 kV junto ao órgão ambiental do estado de São Paulo: Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental - Cetesb. O Plano de Trabalho foi elaborado e então protocolado junto à Cetesb, que, após análise, emitirá o Termo de Referência para elaboração dos estudos socioambientais. Adicionalmente, está sendo acompanhada a definição do traçado da linha, já incorporando as questões ambientais. Após a definição do traçado e identificação de algumas propriedades atingidas, deverá ter início a elaboração do Estudo de Impacto Ambiental, que será elaborado pela empresa Ambiotech Consultoria.

Subestação - SE Cerquilho III 230 / 138 kV

O licenciamento está sendo efetuado junto ao Cetesb. Após a definição e compra do terreno da SE Cerquilho será realizado o estudo socioambiental, conforme orientação da Cetesb. Trata-se de um Estudo Ambiental Simplificado - EAS.

Gestão de reservatórios de usinas hidrelétricas

Em 2010, a Copel GeT instituiu uma comissão para coordenar a gestão de reservatórios. Esta é composta por representantes das áreas socioambiental, fundiária, de operação e manutenção e de segurança empresarial. O grupo vem trabalhando no desenvolvimento do plano de gestão, procedimentos, tratativas de ocorrências nos reservatórios, indicadores e instituição das comissões locais de gestão. O objetivo é levantar e dar visibilidade aos problemas, bem como buscar a solução para as várias situações que acontecem nos reservatórios e em seus entornos.

Gestão Socioambiental de Reservatórios

Programa que visa melhorar a qualidade e disponibilidade da água nos reservatórios da Copel GeT por meio da gestão de informações dos reservatórios e da gestão por microbacias hidrográficas. Através deste, a Copel GeT participa do Programa de Gestão Ambiental Integrada em Microbacias - PGAIM, do Estado do Paraná, que visa promover a qualidade e a disponibilidade das águas no Estado, e do Programa Nacional de Capacitação de Gestores Ambientais Municipais no Estado do Paraná, que mobilizou gestores municipais de todo o Estado. Dentre as microbacias selecionadas no Estado do Paraná, a Copel atua de forma mais incisiva nas microbacias das cidades de Ortigueira, Telêmaco Borba, Luiziana, Campo Mourão e Cruz Machado.



COPEL Copel Geração e Transmissão S.A.



A Copel coordena o desenvolvimento do Sistema de informações Geográficas Socioambientais em Microbacias - SIG-SAM, ferramenta de geoprocessamento desenvolvida em cooperação com outras entidades para gestão das microbacias, disponibilizado gratuitamente na Internet.

Controle da qualidade da água dos reservatórios

Com o objetivo de compreender os fenômenos relacionados à dinâmica do reservatório e embasar as ações necessárias para preservar a qualidade da água e assegurar seus usos múltiplos, além do cumprimento a requisitos legais impostos na renovação da licença de operação, a Copel realiza o monitoramento trimestral da água em seus reservatórios por meio da coleta e análise da água a montante, jusante e no reservatório das usinas hidrelétricas. As amostras coletadas são encaminhadas para laboratórios certificados para realização de análises físico-químicas, microbiológicas, de fitoplâncton e de perfis de temperatura e oxigênio dissolvido. Os dados obtidos são utilizados na elaboração de relatórios sobre a qualidade da água nos reservatórios. Estes relatórios são encaminhados anualmente ao órgão ambiental.

Programa Florestas Ciliares

Em 2010, foram plantadas 102.371 mudas em uma área de 80 hectares às margens dos reservatórios das seguintes usinas hidrelétricas: Governador Pedro Viriato Parigot de Souza - GPS; Governador Ney Aminthas de Barros Braga - GNB; Derivação do Rio Jordão; e Governador José Richa - GJR.

Durante o ano, deu-se continuidade às atividades do Projeto de Cooperação Florestal, visando a recuperação da faixa ciliar em áreas de terceiros no entorno dos reservatórios da Copel e de seus afluentes diretos. Nas usinas GNB e GJR foram construídos 11,5 km de cerca no entorno dos reservatórios para proteger a Área de Preservação Permanente do pisoteio e circulação do gado e possibilitar a recuperação ambiental da área.

Programa de peixamento de reservatórios

Uma das ações mais importantes desenvolvidas pela Companhia, visando o equilíbrio de ecossistemas, é o repovoamento dos reservatórios com espécies nativas de peixes, algumas sob risco de extinção, como é o caso do surubim do Iguaçu, o peixe de maior porte do rio Iguaçu. A necessidade de estudos sobre o comportamento reprodutivo e a biologia de espécies de peixes migradores em seu habitat natural após a construção das barragens, assim como a definição de



condutas para a realização do repovoamento dos reservatórios, têm sido uma constante preocupação da Copel GeT.

Em 2010, a produção de alevinos de espécies nativas chegou ao número de 1.034.000. Essa produção é mais que o dobro da produção de 2009. As ações de repovoamento contemplaram 17 reservatórios, nos quais foram soltos 395.000 alevinos de espécies nativas das bacias hidrográficas. O restante, 639 mil alevinos, foram doados à Sanepar e prefeituras para utilização em programas de educação ambiental e eventos relacionados ao Dia do Rio.

Outra atividade dos técnicos da Estação Experimental de Estudos Ictiológicos - EEEI é o resgate de peixes presos nas turbinas, no fechamento de vertedouros e nas obras de manutenção de PCHs. Em 2010, foram resgatados 1.441 peixes, dos quais 1.358 vivos, que foram soltos imediatamente a jusante das usinas.

Pesquisas realizadas em 2010 na EEEI permitiram a criopreservação do sêmen de Surubim do Iguaçu (*Steindachneridion melanodermatum*), além do completo domínio da reprodução controlada de Lambaris do rabo-vermelho (*Astyanax sp B*), ambos nativos do Iguaçu. O Surubim do Iguaçu ocorre nos trechos mais baixos do rio e os maiores exemplares atingem entre 12 e 15 Kg em habitat natural e o lambari do rabo-vermelho é o maior lambari do rio Iguaçu. Também em 2010, foi elaborado o termo de abertura para construção da EEEI na UHE Mauá. O objetivo da estação é a pesquisa, reprodução e soltura de espécies de peixes da bacia do rio Tibagi, com previsão para início da produção de peixes em 2012.

Programa de monitoramento e controle das algas nos reservatórios afetados

Eutrofização é a concentração exagerada de nutrientes em um corpo d'água. Trata-se de um problema ambiental, originado principalmente por descargas de esgoto em grande volume na bacia de contribuição, assim como por fertilizantes, esterco e certos defensivos agrícolas carregados pelas chuvas para a bacia.

Em 2010, além do monitoramento dos cinco pontos amostrados bimestralmente, outras medidas foram adotadas visando a determinação de cargas de nutrientes que alcançam o reservatório. Estudos em parceria com o Instituto de Tecnologia para o Desenvolvimento - Lactec e a Associação Instituto Internacional de Ecologia e Gerenciamento Ambiental - AIIEGA buscam estimar as fontes das maiores cargas de nutrientes, visando direcionar ações para minimizar o problema.



COPEL Copel Geração e Transmissão S.A.



Na UHE Mauá, está sendo realizado o monitoramento de algas em oito estações, com frequência mensal de coleta. A Copel GeT está articulando com outras instituições, tais como: Sanepar, Emater, Secretaria de Agricultura entre outras, no intuito de fomentar ações para melhoria da qualidade ambiental na bacia hidrográfica e mitigação da possibilidade de eutrofização do futuro reservatório.

Controle de espécies exóticas invasoras

Em 2010, foram realizadas as seguintes ações: erradicação de Pinus na UHE GPS; controle de Alfeneiro (*Ligustrum lucidum* e *Ligustrum japonicum*), Nêspera (*Eryobothria japonica*) e Pinus na Usina Governador Bento Munhoz da Rocha Neto - GBM; controle de Limoeiros (*Citrus lemon*) na UHE GJR. Também foi realizado um levantamento das espécies exóticas invasoras nas vilas da UHE GBM para futura remoção dos indivíduos e encontra-se em fase de elaboração um contrato de controle de Pinus na UHE São Jorge, onde ocorrem os campos naturais (estepe).

Para 2011, está prevista a realização de diagnóstico para implantação de projeto piloto para controle de macrófitas aquáticas no reservatório da UHE GJR e de espécies vegetais invasoras no reservatório de Vossoroca.

Manejo sustentável da vegetação sob linhas de transmissão

Em 2010, a Copel Geração e Transmissão implantou cinco projetos de Linhas de Transmissão - LTs, sendo quatro predominantemente rurais ou mistas, atravessando áreas de preservação ambiental. Os impactos ambientais são mitigados por meio de diversas ações, desde a fase de projeto até a construção. O traçado da linha prioriza áreas agrícolas, pastagens, capoeiras ou vegetação de menor interesse de preservação, ainda que isto implique custo adicional pela inclusão de vértices sucessivos e torres mais altas. Quando não é possível evitar que a LT atravesse pequenas faixas com cobertura florestal, o inventário florestal realizado na fase de levantamento topográfico subsidia ações mitigatórias. Nesta etapa podem ser definidas torres mais altas, para possibilitar a passagem dos cabos por sobre a vegetação e minimizar as interferências. As torres eventualmente inseridas em área de preservação ocupam uma área mínima correspondente à área da base da torre, acrescida de uma área circundante necessária para a construção e manutenção.



- **Gestão de Recursos Naturais**

Materiais

No que diz respeito à aquisição de materiais, a Copel GeT por meio de sua Controladora, possui ações diretamente ligadas e alinhadas com sua Política de Sustentabilidade e Cidadania Empresarial. Os fornecedores são identificados e classificados, considerando como critérios os aspectos técnicos, jurídicos, de regularidade fiscal, responsabilidade social e ambiental e aspectos econômico-financeiros, o que ajuda a assegurar disponibilidade de fornecimento no longo prazo.

A Copel desenvolve seus fornecedores de materiais e equipamentos por meio de avaliações industriais e homologação de materiais. Nas avaliações industriais, que fazem parte do processo de cadastramento de fornecedores desde 1985, o responsável pela avaliação conduz esta atividade indicando oportunidades de melhoria nas instalações e processos desse fornecedor, estabelecendo, assim, um ciclo de melhoria que permite seu desenvolvimento, ampliação da oferta e sustentabilidade da cadeia.

Consumo de água

Nas usinas, o sistema de resfriamento utiliza água bruta de corpos d'água superficiais e ocorre em circuito aberto, sem recirculação. A Copel Geração e Transmissão não recicla a água utilizada em suas unidades administrativas.

Em 2010, o prédio da Unidade de Transmissão Norte (UTNOR) em Londrina foi adaptado para aproveitar a água da chuva nas atividades que não demandam o uso de água tratada. Essa ação já resultou na economia de aproximadamente 1.000 m³ de água.

O consumo de água, oriunda da rede pública de abastecimento, foi de 38.099 m³, apresentando aumento de 10% em relação ao consumo de 2009 – 34.743 m³.

Energia

O parque gerador da Companhia conta com uma usina que utiliza combustível não renovável: usina termelétrica de Figueira, que faz o uso de carvão mineral. A tabela a seguir apresenta o consumo de combustíveis não renováveis nessa usina:



Usina	Energia de fonte primária	2010	2009
Usina Termelétrica de Figueira	Carvão mineral (t)	80.312	80.216
	Carvão mineral (GJ)	2,09 x 10 ⁶	2,01 x 10 ⁶

- **Emissões, Efluentes e Resíduos**

Emissões

Iniciativas para reduzir emissões de gases de efeito estufa

Em 2010, a Copel Geração e Transmissão, através de sua Controladora, executou as seguintes atividades:

- Elaboração e divulgação no *site* da companhia do seu segundo inventário corporativo de gases de efeito estufa, de acordo com as definições iniciais do Programa Brasileiro GHG Protocol, tomando como base o ano de 2009;
- Publicação de seus dados no *Carbon Disclosed Project* - CDP, relatando suas emissões e se posicionando sobre o assunto;
- Participação, em conjunto com outras empresas do setor elétrico, no projeto de P&D para a definição de uma metodologia para medição de emissões de GEE de reservatórios de usinas hidrelétricas;
- Realização de um projeto P&D em conjunto com o Lactec para medição de GEE na bacia de acumulação do reservatório da UHE Mauá nas fases de formação do reservatório, ou seja, antes, durante e após o enchimento do reservatório. O projeto está aprovado e as fases de estudo, modelagem e testes em laboratório já apresentam resultados. Este estudo possibilitará ao setor energético e, por conseguinte, à Copel, uma análise da formação dos gases de efeito estufa na formação dos reservatórios, podendo avaliar aos questionamentos que surgiram nos últimos anos a respeito do volume de emissões provocados pelos reservatórios;
- Contratação de consultoria para elaboração de projeto MDL em aplicação ao empreendimento UHE Mauá, com o intuito de estudar e submeter a obtenção dos créditos de carbono;



- Realização de estudo de mudanças climáticas pelo instituto MaxGaia, para levantamento de informações das publicações feitas nos assuntos relacionados a mudanças climáticas, ao setor energético e a região sul, com o intuito de avaliar os cenários existentes para as áreas de atuação da companhia.

Para 2011, a Copel GeT continuará elaborando o inventário corporativo de gases de Efeito Estufa, de acordo com as definições do Programa Brasileiro GHG Protocol, utilizando os dados relativos a 2010.

Emissões de óxidos de enxofre e nitrogênio

As emissões de fontes fixas, na usina termelétrica de Figueira, de óxidos de nitrogênio - NO_x e dióxido de enxofre SO₂ são apresentados na tabela a seguir. Os valores foram obtidos mediante análise efetuada nas referidas usinas e são relatadas ao Instituto Ambiental do Paraná – IAP.

Emissões atmosféricas (em toneladas)	2010	2009
No _x - óxidos de nitrogênio	141	414
SO ₂ - dióxido de enxofre	1.822	3.808

As emissões de material particulado de fontes fixas ocorrem na usina termelétrica de Figueira e são monitoradas semestralmente. Em 2010, o volume foi de 26,47 toneladas.

Efluentes

Em 2010, foram iniciados os trabalhos de revitalização das Estações de Tratamento de Efluentes das Usinas Hidrelétricas. Como forma de controle, são realizadas, periodicamente, análises de qualidade de água a montante e a jusante das usinas.

Resíduos

Em 2010, destacam-se as seguintes ações, no âmbito do Programa de Gestão Corporativa de Resíduos:

- Atualização de normas internas referentes à gestão de materiais e resíduos PCB (Ascarel), que estabelecem as regras e procedimentos para o manuseio, acondicionamento, armazenamento, transporte e destinação final de óleos isolantes, materiais, equipamentos e recipientes contendo Ascarel ou que entraram em contato com esta substância;



- Elaboração e publicação de normas internas estabelecendo os procedimentos para o transporte terrestre de produtos, resíduos e equipamentos fixos e móveis que contenham substâncias perigosas, assim como os procedimentos para a contenção, recolhimento e destinação de substâncias perigosas provenientes de vazamentos e derramamentos acidentais.
- Elaboração de normas internas para o manejo ambientalmente adequado dos seguintes resíduos: baterias chumbo-ácido; lâmpadas fluorescentes; materiais com amianto; pilhas usadas; pneus; resíduos de construção e demolição civil; e rejeitos radioativos.
- Elaboração, implementação e monitoramento de Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos - PGRS para o Polo administrativo km3 e para a obra da Unidade de Regeneração de Óleos Isolantes - Utrol, em Cascavel. Para 2011, está prevista a elaboração de PGRS para outras unidades da Companhia, incluindo Usinas, PCHs, Unidades Administrativas, Subestações e Unidades de Manutenção. Também serão revisados os Planos de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde - PGRSS;
- Diagnóstico das condições das estruturas de armazenamento e manuseio de resíduos, equipamentos e produtos químicos (Depósito de Resíduos Perigosos Classe I, Pátio para Resíduos Não Perigosos Classe II e Pátio de Armazenamento de Equipamentos com Óleo Mineral e área de Armazenamento de Produtos Químicos) nas instalações de Curitiba, Ponta Grossa, Cascavel, Londrina e Maringá. Os diagnósticos resultaram em planos de ação, que deverão ser implantados objetivando a correção das não-conformidades identificadas;
- Elaboração de rótulos para transporte e de Fichas de Emergência para produtos químicos manipulados na Companhia;
- Participação, pela terceira vez consecutiva, do evento Reciclação - Feira Brasileira de Reciclagem, Preservação & Tecnologia Ambiental.

Os resíduos perigosos classe I gerados na Companhia são encaminhados a empresas especializadas no tratamento e destinação final, devidamente licenciadas para tais atividades. Para os resíduos críticos, são realizadas vistorias nestas empresas visando garantir o pleno atendimento das cláusulas contratuais e da legislação social e ambiental vigente.

A tabela a seguir apresenta dados do tratamento e destinação final de resíduos perigosos gerados na Companhia:



Resíduo	Unidade	Quantidade	Método de tratamento / disposição final	Custo (R\$ mil)
Ascarel	t	5,4	Descontaminação e reciclagem de carcaças metálicas impermeáveis de equipamento Incineração do óleo e de sólidos permeáveis contaminados	71,9
Resíduos contaminados com óleos e solventes	t	38,5	Co-processamento em fornos de indústria de cimento	19,7
Panos contaminados com óleos e solventes	un	49.800,0	Reaproveitamento após lavagem industrial	41,4
Telhas de amianto	t	54,4	Aterro industrial classe I	21,7
Clorogênio	kg	30,0	Aterro industrial classe I	

Programa de Gestão da Biodiversidade

O Programa de Gestão da Biodiversidade, que tem como estratégias: a) utilizar o potencial das áreas naturais bem conservadas pertencentes à Companhia que não sejam áreas de preservação permanente ou reserva legal, prevendo sua transformação em unidades de conservação, notadamente em reserva particular do patrimônio natural - RPPN; b) estimular a recuperação ambiental das áreas naturais pertencentes à Companhia, representativas das várias regiões fitogeográficas do Estado, localizadas em espaços administrativos e operacionais; bem como a conservação da biodiversidade das bacias hidrográficas formadoras dos reservatórios da Copel; c) implementar ações para contribuir para a formação dos corredores de biodiversidade do Paraná; d) incentivar as áreas de construção e manutenção da Companhia a adotar métodos de minimização de impactos sobre a biodiversidade em seus projetos; e e) promover a sinergia com os programas corporativos já existentes.

Entre os projetos realizados, destacamos o de recuperação da biodiversidade em áreas degradadas. O principal trabalho de recuperação de áreas degradadas está concentrado nos canteiros de obras das usinas hidrelétricas da Copel, antigas áreas que durante a construção abrigaram estruturas civis. O objetivo final é a restauração do ecossistema, a fim de que retornem à sua fisionomia original. Nas instalações das linhas de transmissão é realizada a recomposição vegetal com hidrossemeadura, visando a recuperar locais com solo exposto, evitando processos erosivos.

Para tanto, a Copel GeT produz, nos Hortos Florestais, espécies arbóreo/arbustivas que, em 2010, totalizaram 201.712 mudas. Visando a atender a demanda de mudas no Estado todo e considerando a importância de se obter sementes locais para manter a variabilidade genética de



cada ecossistema, a Companhia criou em 2010 dois novos viveiros de mudas (totalizando 6 viveiros) e, desta forma, abrange todas as unidades fitogeográficas do Estado do Paraná.

Em 2010, o Horto Faxinal do Céu foi elevado a categoria de Jardim Botânico por suas características paisagísticas e de conservação *ex-situ* das espécies.

Programa de criação de unidades de conservação

A Copel possui várias áreas, em diversos biomas, altamente preservadas. São elas: 10.000 hectares localizados na Serra do Mar Paranaense - Floresta Ombrófila Densa; 500 hectares localizados na Floresta Ombrófila Mista; 100 hectares localizados na Estepe Gramíneo Lenhosa, ou Campos Gerais; 120 hectares em áreas de várzeas (Áreas Úmidas); e 120 hectares em área de Floresta Estacional Semidecidual. O Grupo de Trabalho de Unidades de Conservação, formado por técnicos da Copel e do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, estudou estas áreas e propôs a transformação de 5.838 hectares em Reserva Particular do Patrimônio Natural - RPPN, localizadas na Floresta Ombrófila Densa, na Serra do Mar Paranaense.

Em julho de 2009, a proposta foi aprovada pela Diretoria da Copel e em outubro, a documentação do processo foi encaminhada para análise e anuência da Aneel para a continuidade dos trabalhos. Em 2010, foram realizadas reuniões técnicas com a Aneel, quando foram feitas complementações de dados e na documentação.

Projeto Muriqui

O Projeto Muriqui visa à conservação dos muriquis que habitam uma área sob a linha de transmissão Bateias - Jaguariaíva, no município de Castro - PR. O grupo, encontrado durante a construção da linha, é o único já registrado no Estado do Paraná e é uma espécie de primata reconhecida nacional e internacionalmente como ameaçada de extinção. A pesquisa que será realizada através do projeto subsidiará as ações para a conservação da espécie.

Controle de espécies ameaçadas na UHE Mauá

A UHE Mauá e seu reservatório abrangerão uma área total de 9 mil hectares, dos quais 3 mil hectares são atualmente cobertos por florestas em diversos estágios sucessionais. O levantamento de vegetação realizado no EIA/RIMA e o inventário florestal para supressão identificaram a ocorrência de 4 espécies presentes na lista de espécies ameaçadas de extinção do Ibama (lista federal) e 20 espécies presentes na lista de espécies ameaçadas do IAP (lista estadual), sendo que 3 apresentam status "Em perigo" e 17 apresentam o status "Rara".



COPEL Copel Geração e Transmissão S.A.



Atualmente o viveiro da UHE Mauá está produzindo mudas de 33 espécies, sendo que 6 destas estão presentes na lista de espécies ameaçadas do IAP.

- **Fontes de energia renovável**

A busca por fontes renováveis de energia é um dos temas mais importantes da atualidade. Atenta a esta nova fronteira de oportunidades e à necessidade de diversificação de sua matriz energética, a Copel GeT tem o desafio de estudar e prospectar oportunidades de negócios com fontes não agressivas ao patrimônio natural, renováveis, não poluentes, geradoras de renda e fomentadoras do desenvolvimento social. Alguns dos projetos em desenvolvimento são:

Levantamento de potencial eólico competitivo

A geração de energia elétrica por meio da geração eólica vem se concretizando como uma ação estratégica para o futuro da Copel, devido, sobretudo, ao enorme potencial eólico do país.

Em 2010, foi adquirida a licença de um *software* de microescala e realizado o respectivo treinamento, o que já permitiu a reprodução de estudos realizados por consultorias contratadas.

Paralelamente, iniciou-se o processo de implementação de um *software* de pesquisa climática, que compreende a aquisição de computador de alto desempenho, treinamento e contratação de suporte técnico para o acompanhamento do uso deste *software*.

Parceria em empreendimentos eólicos

Com o objetivo de prospectar oportunidades e consolidar parcerias em projetos competitivos de empreendimentos eólicos com contratos de venda de energia, a Copel Geração e Transmissão, realizou chamada pública para recebimento de propostas de projetos. Os projetos recebidos foram avaliados e, para os selecionados, foram firmados termos de confidencialidade e iniciadas as negociações. Em 2010, foi realizada uma avaliação da possibilidade de atendimento de consumidores livres por meio de empreendimentos eólicos.

Energia fotovoltaica

Em 2010, a Copel, em parceria com a Universidade Federal do Paraná - UFPR, Universidade Estadual do Centro-Oeste - Unicentro, Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG e Universidade de São Paulo - USP, iniciou a estruturação de um projeto de pesquisa e



desenvolvimento - P&D+I Aneel visando tornar painéis fotovoltaicos e baterias mais eficientes, por meio do desenvolvimento de novos materiais e novas tecnologias.

Projeto microalgas

Em outubro de 2009, foi assinado convênio de cooperação técnico-científica com o Instituto Agrônomo do Paraná - Iapar e Fundação de Apoio à Pesquisa e ao Desenvolvimento do Agronegócio - Fapeagro, para o projeto de P&D “Desenvolvimento de Tecnologias para a Produção de Microalgas como Fonte de Óleo para a Produção de Biocombustíveis e Aproveitamento de Coprodutos”.

O Projeto teve início efetivo em janeiro de 2010, sendo dedicado à implantação da estrutura de pesquisa no Iapar e ao início das pesquisas. As principais atividades desenvolvidas foram as seguintes: inauguração do laboratório de microalgas; pesquisa, desenvolvimento e construção de fotobiorreator de bancada; coleta de 102 espécies nativas em lagos e esgotos da região de Londrina; identificação e catalogação de 72 espécies nativas; aquisição, cultivo e estudos de 8 cepas da Universidade do Texas; pesquisa, desenvolvimento e elaboração do mapa de cultivo para microalgas do Paraná; realização do 1º Workshop do Projeto Microalgas em Londrina; e descoberta de uma espécie nativa no efluente de criação de suínos.

Produção biogás com microalgas

Produção de biogás por meio da biodigestão anaeróbia da biomassa de microalgas encontradas nos reservatórios das usinas hidrelétricas de Foz do Areia e Alagados.

Em janeiro de 2010, teve início o monitoramento dos corpos d'água com o objetivo de verificar a presença de microalgas. Apesar de não ter sido identificada a presença em níveis que suprissem a demanda requerida para viabilização do projeto, em abril, foi realizada a primeira coleta nos reservatórios estudados, visando a criação em laboratório dos microorganismos, porém, sem resultados satisfatórios. Desta forma, os trabalhos de monitoramento dos reservatórios das usinas estudadas continuam sendo realizados e a execução do projeto aguarda a ocorrência da proliferação de microalgas.

Projeto políticas públicas & energias renováveis

Iniciado em fevereiro de 2010, o projeto parte da constatação de que grande parte dos projetos com fontes renováveis de energia depende de políticas públicas e corporativas voltadas para seu fomento, de modo a assegurar sua viabilidade econômico-financeira.



COPEL Copel Geração e Transmissão S.A.



Desenvolvido em parceria com a Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR, a Universidade Federal do Paraná - UFPR, o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - Ipardes, o Instituto Agrônomo do Paraná - Iapar e a Sociedade Brasileira de Planejamento Energético - SBPE, o projeto tem as seguintes finalidades: pesquisar e propor políticas públicas e corporativas para o desenvolvimento de fontes renováveis de energia; pesquisar as políticas públicas implantadas nos países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE e BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China) para identificar oportunidades de desenvolvimento para o Estado do Paraná e novos negócios para a Copel GeT.

Neste ano, as atividades de pesquisa resultaram na organização do 1º Workshop de Políticas Públicas e Energia Renovável, ocorrido na Companhia e que contou com a presença de palestrantes especialistas e de pesquisadores das instituições parceiras. Também resultou na publicação do livro científico denominado "Dossiê de pesquisa: fontes renováveis de energia" que reúne 48 pesquisadores em 13 artigos que tratam de pesquisas na área.

Pesquisa de Consumo de Energéticos - PCE

Metodologia de pesquisa para os setores industrial e comercial, disponível em www.copel.com/pce, para atualização do banco de dados de consumo de energéticos e de biomassa, subsidiando o planejamento energético e o levantamento do potencial de biomassa do Estado.

A Copel GeT, por meio de sua Controladora, em um período de 20 anos, acompanha através de pesquisa, o consumo industrial de energéticos no Estado do Paraná, com o objetivo de manter um banco de dados atualizado para os estudos de planejamento energético. O banco está dimensionado para armazenar as informações dos consumidores de energéticos, contemplando os dados gerais, as características dos equipamentos para uso final (caldeiras, fornos, aquecedores e outros) e, como principal item, o consumo, abrangendo um período de quatro anos, além da previsão para os próximos quatro. Essas informações constituem-se em importante fonte de recursos para desenvolver o "Balanço Energético do Paraná - BEP", o "Perfil do Consumo das Indústrias do Paraná", o "Plano Paranaense de Energia 2030" entre outros tantos direcionados para a área de planejamento. Da mesma forma, o banco de biomassa retém informações sobre a disponibilidade de resíduos gerados no Estado oportunizando estudos de prospecção desses potenciais para novos projetos, evidenciados em mapa georreferenciado.



7. BALANÇO SOCIAL

BALANÇO SOCIAL ANUAL

Em 31 de dezembro de 2010 e de 2009

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2010		2009	
1 - BASE DE CÁLCULO				
NE 27 Receita Líquida - RL	1.721.556		1.708.925	
2 - INDICADORES SOCIAIS INTERNOS		% Sobre RL		% Sobre RL
				RL
Remuneração dos administradores	277	0,0	53	0,0
Remuneração dos empregados	134.099	7,8	125.482	7,3
Alimentação (Auxílio alimentação e outros)	16.187	0,9	12.472	0,7
NE 28.3 Encargos sociais compulsórios	45.290	2,5	40.983	2,3
NE 20.3 Plano previdenciário	13.234	0,8	13.807	0,8
NE 20.3 Saúde (Plano assistencial)	18.930	1,1	14.741	0,9
Segurança e medicina no trabalho	986	0,1	806	0,0
Educação	551	0,0	425	0,0
Cultura	1.083	0,1	995	0,1
Capacitação e desenvolvimento profissional	2.610	0,2	2.120	0,1
Auxílio creche	104	0,0	84	0,0
NE 28.3 Participação nos lucros e/ou resultados	14.373	0,8	14.721	0,9
NE 28.3 Indenizações Trabalhistas	6.363	0,4	18.660	1,1
(1) Outros benefícios	178	0,0	153	0,0
Total	119.889	7,0	119.967	7,0
3 - INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS		% Sobre RL		% Sobre RL
Esporte	665	0,0	622	0,0
NE 28.7 Lei do incentivo ao esporte	665		622	
NE 28.7 Cultura (Lei Rouanet e Audiovisual)	2.871	0,2	2.683	0,2
Saúde e saneamento	39.006	2,3	534	0,0
Programa Reassentamento de famílias	39.006	2,3	534	0,0
Combate à fome e segurança alimentar	7	0,0	-	-
Outros	5.073	0,3	5.566	0,4
Programa de Acessibilidade	666	0,0	-	-
NE 28.7 Fundo dos direitos da criança e do adolescente	713	0,0	480	0,0
Indenização para comunidades indígenas	2.719	0,2	4.424	0,4
Convênio IBAB - Guardião das águas	919	0,1	655	0,1
Outros programas	56	0,0	7	0,0
Total das contribuições para a sociedade	47.622	2,8	9.405	0,7
Tributos (excluídos encargos sociais)	515.874	30,0	500.294	29,3
Total	563.496	32,7	509.699	29,9

NE - Nota Explicativa



(continuação)

		2010		2009			
		% Sobre RL		% Sobre RL			
4 - INDICADORES AMBIENTAIS							
Investimentos relacionados com as operações da empresa		21.761	1,3	27.439	1,6		
	P&D	11.295	0,7	22.100	1,3		
	Gestão de resíduos	197	0,0	85	0,0		
	Programas de proteção de Fauna e Flora	10.269	0,6	5.254	0,3		
Investimentos em programas e/ou projetos externos		195	0,0	554	0,0		
(2)	Educação Ambiental e Museu Reg. Iguaçu	102	0,0	531	0,0		
	Outros programas	93	0,0	23	0,0		
Total		21.956	1,3	27.993	1,6		
(3)	Quantidade de sanções ambientais	1		-			
	Valor das sanções ambientais	-		-			
5 - INDICADORES DO CORPO FUNCIONAL							
Empregados no final do período		1.744			1.594		
Admissões durante o período		251			161		
Escolaridade dos empregados(as):		Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
	Total Superior e extensão universitária	851	627	224	790	583	207
	Total 2º Grau	856	744	112	757	659	98
	Total 1º Grau	36	32	4	47	41	6
Faixa etária dos empregados(as):							
	Abaixo de 18 anos	10			12		
	De 18 até 30 anos (exclusive)	345			273		
	De 30 até 45 anos (exclusive)	667			589		
	De 45 até 60 anos (exclusive)	706			703		
	Acima de 60 anos	16			17		
Mulheres que trabalham na empresa		340			311		
% Mulheres em cargos gerenciais:							
	em relação ao nº total de mulheres	7,4			7,1		
	em relação ao nº total de gerentes	17,9			15,9		
Negros(as) que trabalham na empresa		139			118		
% Negros(as) em cargos gerenciais:							
	em relação ao nº total de negros(as)	1,7			1,7		
	em relação ao nº total de gerentes	1,4			1,4		
Portadores(as) de necessidades especiais		12			14		
Dependentes		3.645			3.650		
Estagiários(as)		56			41		
Terceirizados		709			846		

NE - Nota Explicativa



(continuação)

	2010	2009
6 - INFORMAÇÕES RELEVANTES QUANTO AO EXERCÍCIO DA CIDADANIA EMPRESARIAL		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	35	27
Número total de Acidentes de Trabalho (inclui acidentes com contratados)	54	74
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	direção e gerências	direção e gerências
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	todos(as) + Cipa	todos(as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	incentiva e segue a OIT todos(as) empregados(as)	incentiva e segue a OIT todos(as) empregados(as)
A previdência privada contempla:	todos(as) empregados(as)	todos(as) empregados(as)
A participação dos lucros ou resultados contempla:	são sugeridos	são sugeridos
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	organiza e incentiva	organiza e incentiva
Quanto à participação dos empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	organiza e incentiva	organiza e incentiva
Valor adicionado total a distribuir	1.336.777	1.317.863
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):		
Terceiros	4,0%	1,8%
Pessoal	14,4%	14,5%
Governo	42,0%	41,1%
Acionistas	37,6%	47,2%
Retido	2,0%	4,6%

7 - OUTRAS INFORMAÇÕES

• A partir de 2010, o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas - Ibase, não mais prescreverá seu modelo padrão de Balanço Social por entenderem que esta ferramenta e esta metodologia já se encontram amplamente difundida entre empresas, consu

• A Copel Geração e Transmissão é uma subsidiária integral da Copel, companhia pertencente ao Setor Energético, atuante no Estado do Paraná com CNPJ nº 04.370.282/0001-70.

(1) O item Outros benefícios é composto por: Auxílio doença complementar, Auxílio maternidade prorrogado, Seguros, Vale transporte excedente e Auxílio invalidez e Morte acidental.

(2) Estes valores referem-se somente à Educação Ambiental da comunidade. Os valores de público interno estão incluídos em Capacitação e Desenvolvimento Profissional.

(3) Estas informações referem-se a Termos de Compromisso - TC's, Termos de Ajustamento de Conduta - TAC's, multas e notificações socioambientais.



COPEL Copel Geração e Transmissão S.A.



8. GRUPOS RESPONSÁVEIS PELA GOVERNANÇA

CONSELHO FISCAL

Presidente JOAQUIM ANTONIO GUIMARÃES DE OLIVEIRA PORTES

Membros LUIZ EDUARDO DA VEIGA SEBASTIANI

OSNI RISTOW

ROBERTO BRUNNER

SERGIO ROBERTO ZONATTO

DIRETORIA

Diretor Presidente e Diretor de Operação de Geração e Transmissão de Energia JAIME DE OLIVEIRA KUHN

Diretora de Gestão Corporativa YÁRA CHRISTINA EISENBACH

Diretor de Finanças, Relações com Investidores e de Controle de Participações RICARDO PORTUGAL ALVES

Diretor Jurídico JULIO JACOB JUNIOR

Diretor de Engenharia JORGE ANDRIGUETTO JUNIOR

Diretor de Meio Ambiente e Cidadania Empresarial e Diretor Adjunto JOSÉ HENRIQUE TERNES NETO

CONTADOR

Contador - CRC-PR – 045809/O-2 ADRIANO FEDALTO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO O Conselho de Administração da Copel Geração e Transmissão S.A. foi extinto através de sua 10ª Assembléia Geral Extraordinária, ratificada pela 119ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração da Companhia Paranaense de Energia - Copel.



Copel Geração e Transmissão S.A.

CNPJ/MF 04.370.282/0001-70

Inscrição Estadual 90.233.068-21

Subsidiária Integral da Companhia Paranaense de Energia – Copel

www.copel.com copel@copel.com

Rua José Izidoro Biazetto, 158 - Bloco A - Mossunguê - Curitiba - PR

CEP 81200-240

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2010



SUMÁRIO

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	3
Balanços Patrimoniais	3
Demonstrações do Resultado.....	5
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	6
Demonstrações dos Fluxos de Caixa	7
Demonstrações do Valor Adicionado.....	9
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	11
1 Informações Gerais.....	11
2 Principais Políticas Contábeis	12
3 Principais Julgamentos Contábeis e Estimativas.....	26
4 Efeitos da adoção dos novos pronunciamentos emitidos pelo CPC nas demonstrações financeiras.....	27
5 Caixa e Equivalentes de Caixa.....	37
6 Aplicações Financeiras	39
7 Clientes	40
8 Contas a receber vinculadas à concessão	41
9 Outros Créditos.....	43
10 Estoques.....	43
11 Imposto de Renda, Contribuição Social e Outros Tributos	44
12 Despesas Antecipadas	47
13 Depósitos Judiciais	47
14 Investimentos.....	47
15 Imobilizado.....	49
16 Intangível	56
17 Obrigações Sociais e Trabalhistas	58
18 Fornecedores.....	59
19 Empréstimos e Financiamentos	60
20 Benefícios Pós-Emprego.....	64
21 Encargos do Consumidor a Recolher.....	67
22 Pesquisa e Desenvolvimento.....	67
23 Contas a pagar vinculadas à concessão - uso do bem público.....	68
24 Outras Contas a Pagar	69
25 Provisões para Litígios	69
26 Patrimônio Líquido	73
27 Receita Operacional Líquida	74
28 Custos e Despesas Operacionais	75
29 Resultado Financeiro	79
30 Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.....	80
31 Contratos de Arrendamento Operacional	81
32 Instrumentos Financeiros.....	81
33 Transações com Partes Relacionadas	91
34 Seguros	92
35 Gastos em Meio Ambiente.....	94
PARECER DO CONSELHO FISCAL DA COPEL GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A. SOBRE O RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO, BALANÇO PATRIMONIAL, DEMAIS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PROPOSTA DA DIRETORIA PARA DESTINAÇÃO DO RESULTADO	95



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Balancos Patrimoniais

levantado em 31 de dezembro de 2010

Valores expressos em milhares de reais - R\$

ATIVO	NE nº	BR GAAP		
		31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
CIRCULANTE				
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.163.455	784.032	920.861
Aplicações financeiras - títulos e valores mobiliários	6	146.454	67.406	78.986
Aplicações financeiras restritas - cauções e dep. vinculados	6	63.473	4.655	93
Clientes	7	213.070	235.752	220.963
Dividendos a receber		4.480	3.931	-
Contas a receber vinculadas à concessão	8	54.700	44.070	27.685
Outros créditos	9	28.152	30.435	21.748
Estoques	10	24.429	27.595	29.710
Imposto de renda e contribuição social	11	280	479	5.774
Outros tributos correntes a recuperar	11	4.449	4.091	3.491
Despesas antecipadas	12	2.095	2.164	1.655
		1.705.037	1.204.610	1.310.966
NÃO CIRCULANTE				
Realizável a Longo Prazo				
Aplicações financeiras - títulos e valores mobiliários	6	5.306	40.103	-
Clientes	7	-	-	75
Depósitos judiciais	13	21.652	17.677	31.592
Contas a receber vinculadas à concessão	8	785.457	731.100	653.437
Outros créditos	9	1.878	1.881	1.881
Outros tributos correntes a recuperar	11	10.453	8.122	7.001
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	102.704	84.225	68.872
		927.450	883.108	762.858
Investimentos	14	390.810	451.258	462.500
Imobilizado	15	5.427.187	5.408.642	5.485.877
Intangível	16	35.426	9.701	8.780
		6.780.873	6.752.709	6.720.015
TOTAL DO ATIVO		8.485.910	7.957.319	8.030.981

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.



Balancos Patrimoniais
 levantado em 31 de dezembro de 2010 (continuação)
 Valores expressos em milhares de reais - R\$

PASSIVO	NE nº	BR GAAP		
		31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
CIRCULANTE				
Obrigações sociais e trabalhistas	17	42.321	54.006	39.664
Fornecedores	18	167.101	121.657	68.791
Imposto de renda e contribuição social	11	119.051	114.262	111.925
Outras obrigações fiscais	11	33.976	21.675	22.624
Empréstimos e financiamentos	19	46.233	52.616	61.373
Dividendos a pagar		510.952	37.675	148.205
Benefícios pós-emprego	20	6.232	5.969	5.758
Encargos do consumidor a recolher	21	3.630	3.791	3.548
Pesquisa e desenvolvimento	22	12.569	11.741	28.352
Outras contas a pagar	24	22.182	36.635	32.129
		964.247	460.027	522.369
NÃO CIRCULANTE				
Fornecedores	18	160.736	196.863	237.807
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	822.195	866.834	899.187
Empréstimos e financiamentos	19	425.628	300.809	246.927
Benefícios pós-emprego	20	104.541	96.013	90.121
Pesquisa e desenvolvimento	22	26.285	19.928	5.324
Contas a pagar vinculadas à concessão - uso do bem público	23	22.249	9.048	8.152
Outras contas a pagar	24	-	2.597	4.995
Provisões para litígios	25	233.948	222.008	193.184
		1.795.582	1.714.100	1.685.697
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	26			
Capital social		3.505.994	3.505.994	3.400.378
Ajustes de avaliação patrimonial		1.540.695	1.641.998	1.742.897
Reserva legal		182.162	155.706	122.967
Reserva de retenção de lucros		145.364	44.061	142.260
Dividendo adicional proposto		351.866	435.433	414.413
		5.726.081	5.783.192	5.822.915
TOTAL DO PASSIVO		8.485.910	7.957.319	8.030.981

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.



Demonstrações do Resultado
para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010
Valores expressos em milhares de reais - R\$

OPERAÇÕES CONTINUADAS	NE nº	2010	BR GAAP 2009
RECEITA OPERACIONAL			
Fornecimento de energia elétrica	27	113.102	103.470
Suprimento de energia elétrica	27	1.300.613	1.274.395
Disponibilidade da rede elétrica	27	236.698	260.136
Receita de construção	27	41.019	41.791
Outras receitas operacionais	27	30.124	29.133
		1.721.556	1.708.925
Custos Operacionais			
Energia elétrica comprada para revenda	28	(58.281)	(73.679)
Encargos de uso da rede elétrica	28	(184.585)	(181.159)
Pessoal	28	(154.605)	(152.708)
Planos previdenciário e assistencial	28	(23.609)	(20.317)
Material	28	(20.252)	(12.305)
Matéria-prima e insumos para produção de energia	28	(20.704)	(21.979)
Serviços de terceiros	28	(57.808)	(48.217)
Depreciação e amortização	28	(257.278)	(263.452)
Custo de construção	28	(40.372)	(41.525)
Outros custos	28	(6.902)	9.350
		(824.396)	(805.991)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO		897.160	902.934
Outras Receitas (Despesas) Operacionais			
Despesas com vendas	28	1.000	194
Despesas gerais e administrativas	28	(84.862)	(90.388)
Outras receitas (despesas), líquidas	28	(186.258)	(145.805)
Resultado da equivalência patrimonial	14	(3.345)	(4.806)
		(273.465)	(240.805)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		623.695	662.129
Resultado Financeiro			
Receitas financeiras	29	107.093	84.054
Despesas financeiras	29	(44.782)	(10.292)
		62.311	73.762
LUCRO OPERACIONAL		686.006	735.891
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
Imposto de renda e contribuição social	11	(221.956)	(222.292)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	65.072	47.705
		(156.884)	(174.587)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		529.122	561.304
LUCRO LÍQUIDO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO - R\$		0,1509	0,1601

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.



Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010

Valores expressos em milhares de reais - R\$

	NE nº	Capital social	Ajustes de avaliação patrimonial	Reservas de lucros				BR GAAP
				Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2009 (antes da adoção das novas normas contábeis)		3.400.378	-	122.967	105.616	-	-	3.628.961
Ajustes decorrentes da adoção das novas normas contábeis	26.3	-	1.742.897	-	-	414.413	36.644	2.193.954
Transferência para a reserva de retenção de lucros		-	-	-	36.644	-	(36.644)	-
Saldo em 01 de janeiro de 2009 (após a adoção das novas normas contábeis)		3.400.378	1.742.897	122.967	142.260	414.413	-	5.822.915
Deliberação dos dividendos adicionais propostos		-	-	-	-	(414.413)	-	(414.413)
Aumento de capital social		105.616	-	-	(105.616)	-	-	-
Realização dos ajustes de avaliação patrimonial	26.3	-	(100.899)	-	-	-	100.899	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	561.304	561.304
Destinação proposta à A.G.O.:								
Reserva legal		-	-	32.739	-	-	(32.739)	-
Juros sobre o capital próprio		-	-	-	-	222.263	(222.263)	-
Dividendos		-	-	-	-	213.170	(399.784)	(186.614)
Transferência para a reserva de retenção de lucros		-	-	-	7.417	-	(7.417)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2009		3.505.994	1.641.998	155.706	44.061	435.433	-	5.783.192
Deliberação dos dividendos adicionais propostos	26.3	-	-	-	-	(435.433)	-	(435.433)
Realização dos ajustes de avaliação patrimonial		-	(101.303)	-	-	-	101.303	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	529.122	529.122
Destinação proposta à A.G.O.:								
Reserva legal	26.4	-	-	26.456	-	-	(26.456)	-
Juros sobre o capital próprio	26.4	-	-	-	-	219.702	(219.702)	-
Dividendos	26.4	-	-	-	-	132.164	(282.962)	(150.798)
Reserva de retenção de lucros		-	-	-	101.305	-	(101.305)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2010		3.505.994	1.540.695	182.162	145.366	351.866	-	5.726.083

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Demonstrações dos Fluxos de Caixa**
para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010

Valores expressos em milhares de reais - R\$

	NE nº	2010	BR GAAP 2009
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		529.122	561.304
Ajustes para a reconciliação do lucro líquido do exercício com a geração de caixa das atividades operacionais			
Depreciação	15.1	259.613	266.531
Amortização de intangível - autorização	14.2	2.346	2.346
Amortização de intangível - outros	16	843	237
Variações monetárias e cambiais não realizadas - líquidas		50.686	12.698
Remuneração de contas a receber vinculadas à concessão	8.1	(272.613)	(282.315)
Resultado da equivalência patrimonial	14.2	3.345	4.806
Imposto de renda e contribuição social	11.1	221.956	222.292
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(65.072)	(47.705)
Provisão para perdas com contas a receber vinculadas à concessão	8.1	21.333	6.700
Provisão (reversão) para créditos de liquidação duvidosa	28.6	238	(198)
Provisões para desvalorização em investimentos	28.6	1.044	-
Provisões para litígios	28.6	16.193	41.454
Provisão para benefícios pós-emprego	20.3	32.164	28.548
Provisão para pesquisa e desenvolvimento	22	16.526	16.142
Baixas de investimentos	14.2	44.570	162
Resultado das baixas de imobilizado	15.1	13.151	21.793
Redução (aumento) dos ativos			
Clientes		208.940	167.051
Depósitos judiciais		(3.975)	13.915
Outros créditos		2.080	(8.687)
Estoques		3.166	2.115
Imposto de renda e contribuição social		453	5.295
Outros tributos correntes a recuperar		(414)	(1.721)
Despesas antecipadas		69	(509)
Aumento (redução) dos passivos			
Obrigações sociais e trabalhistas		(11.685)	14.342
Fornecedores		(26.926)	(8.829)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(217.167)	(219.955)
Outras obrigações fiscais		12.301	(950)
Juros pagos de empréstimos e financiamentos	19	(53.409)	(23.467)
Benefícios pós-emprego	20.3	(23.373)	(22.445)
Encargos do consumidor a recolher		(161)	243
Pesquisa e desenvolvimento	22	(12.242)	(20.198)
Outras contas a pagar		(17.172)	1.910
Provisões para litígios	25	(4.253)	(12.630)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		731.677	740.275



Demonstrações dos Fluxos de Caixa

para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 (continuação)

Valores expressos em milhares de reais - R\$

(continuação)

	NE nº	2010	BR GAAP 2009
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Aplicações financeiras		(91.457)	(26.421)
Adições em investimentos	14.2	(4)	(3)
Adições no imobilizado		(276.846)	(195.927)
Adições no intangível	16	(13.367)	(262)
Caixa líquido utilizado pelas atividades de investimento		(381.674)	(222.613)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Empréstimos e financiamentos obtidos com terceiros	19	164.362	116.268
Amortizações de principal de empréstimos e financiamentos	19	(30.330)	(59.202)
Caixa recebido na incorporação da Copel Empreendimentos Ltda		8.344	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos		(112.956)	(711.557)
Caixa líquido gerado (utilizado) pelas atividades de financiamento		29.420	(654.491)
Total dos efeitos no caixa e equivalentes de caixa		379.423	(136.829)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	5	784.032	920.861
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	5	1.163.455	784.032
Variação no caixa e equivalentes de caixa		379.423	(136.829)

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.



Demonstrações do Valor Adicionado
para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010

Valores expressos em milhares de reais - R\$

	NE nº	2010	BR GAAP 2009
Receitas			
Geração de energia, serviços e outras receitas	27	1.950.644	1.940.208
Outros resultados operacionais		(46.778)	(17.171)
Receita de construção	27	41.019	41.791
Provisão (reversão) para créditos de liquidação duvidosa	28.6	(238)	198
Total		1.944.647	1.965.026
(-) Insumos adquiridos de terceiros			
Energia elétrica comprada para revenda		63.414	78.798
Encargos de uso da rede elétrica		201.465	197.855
Material, insumos e serviços de terceiros		116.048	99.695
Custo de construção	28	40.372	41.525
Outros insumos		27.517	46.486
Total		448.816	464.359
(=) VALOR ADICIONADO BRUTO		1.495.831	1.500.667
(-) Depreciação e amortização	28	262.802	269.114
(=) VALOR ADICIONADO LÍQUIDO		1.233.029	1.231.553
(+) Valor adicionado transferido			
Receitas financeiras e desp. financeiras negativas	29	107.093	91.116
Resultado de participações societárias		(3.345)	(4.806)
Total		103.748	86.310
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR		1.336.777	1.317.863

(continua)



Demonstrações do Valor Adicionado

para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 (continuação)

Valores expressos em milhares de reais - R\$

(continuação)

	NE nº	BR GAAP			
		2010	%	2009	%
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO :					
Pessoal					
Remunerações e honorários	28.3	134.551		125.687	
Planos previdenciário e assistencial		30.535		26.728	
Auxílio alimentação e educação	28.3	12.327		10.280	
Encargos sociais - FGTS		9.397		9.143	
Indenizações trabalhistas	28.3	6.363		18.660	
Participação nos lucros e/ou resultados	28.3	14.373		14.721	
Apropriação no imobilizado em curso	28.3	(14.767)		(13.906)	
Total		192.779	14,4	191.313	14,5
Governo					
Federal		513.574		493.545	
Estadual		46.628		46.658	
Municipal		963		1.075	
Total		561.165	42,0	541.278	41,1
Terceiros					
Juros e multas		44.737		17.286	
Arrendamentos e aluguéis	28.7	4.725		2.897	
Doações, subvenções e contribuições	28.7	4.249		3.785	
Total		53.711	4,0	23.968	1,8
Acionistas					
Remuneração do capital próprio		219.702		222.263	
Dividendos propostos		282.964		399.784	
Lucros retidos na empresa		26.456		(60.743)	
Total		529.122	39,6	561.304	42,6
		1.336.777	100,0	1.317.863	100,0

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010

Valores expressos em milhares de reais - R\$

1 Informações Gerais

A Copel Geração e Transmissão S.A. (Copel Geração e Transmissão ou Companhia), com sede na rua José Izidoro Biazetto, 158, bloco A, Curitiba, Estado do Paraná, é uma sociedade anônima, de capital fechado, subsidiária integral da Companhia Paranaense de Energia – Copel (Copel ou Controladora). Explora os serviços de geração e de transmissão de energia elétrica.

As controladas diretas da Companhia estão descritas na NE nº 14.

1.1 Concessões

A Copel Geração e Transmissão explora o serviço de geração de energia elétrica através de 17 usinas hidrelétricas e 1 termelétrica, relacionadas a seguir, totalizando 4.549,59 MW de capacidade instalada, e o serviço de transmissão, através de 32 subestações com tensões iguais ou superiores a 230 kV e 1.913 km de linhas de transmissão, pertencentes principalmente à rede básica do sistema brasileiro de transmissão, todas localizadas no Estado do Paraná. Deste total, 1.773,3 km tem vencimento da concessão em julho de 2015, 137,1 km em agosto de 2031 – Linha de Transmissão de 230 kV Bateias – Jaguariaíva e 31,6 km em março de 2038 – Linha de Transmissão 230 kV Bateias – Pilarzinho, podendo ser prorrogados a critério do Poder Concedente.



Usinas	Rio	Capacidade instalada (MW)	Energia assegurada (MW médio)	Data da concessão da Aneel	Data de vencimento da concessão
Hidrelétricas					
Gov. Bento Munhoz da Rocha Netto (Foz do Areia)	Iguaçu	1.676,00	576,00	24.05.1973	23.05.2023
Gov. Ney Aminthas de Barros Braga (Segredo)	Iguaçu	1.260,00	603,00	14.11.1979	15.11.2029
Gov. José Richa (Caxias)	Iguaçu	1.240,00	605,00	02.05.1980	04.05.2030
Gov. Pedro Viriato Parigot de Souza	Capivari-Cachoeira	260,00	109,00	23.04.1965	07.07.2015
Guaricana	Arraial	36,00	16,08 ^(b)	13.08.1976	16.08.2026
Chaminé	São João	18,00	11,60	13.08.1976	16.08.2026
Apucarantina	Apucarantina	10,00	6,71	13.10.1975	12.10.2025
Mourão	Mourão	8,20	5,30	20.01.1964	07.07.2015
Derivação do Rio Jordão	Jordão	6,50	5,85	14.11.1979	15.11.2029
Marumbi	Ipiranga	4,80 ^(a)	5,92 ^(c)	14.03.1956	- ^(a)
São Jorge	Pitangui	2,30	1,62	04.12.1974	03.12.2024
Chopim I	Chopim	1,98	1,48 ^(b)	20.03.1964	07.07.2015
Rio dos Patos	Rio dos Patos/Ivaí	1,70 ^(c)	1,02 ^(c)	14.02.1984	14.02.2014
Cavernoso	Cavernoso	1,30	0,96 ^(b)	07.01.1981	07.01.2031
Melissa	Melissa	1,00	0,64 ^(b)	02.04.2002	- ^(d)
Salto do Vau	Palmital	0,94	0,60	02.04.2002	- ^(d)
Pitangui	Pitangui	0,87 ^(c)	0,51 ^(c)	02.04.2002	- ^(d)
Termelétrica					
Figueira		20,00	10,30	21.03.1969	26.03.2019
Total		4.549,59	1.961,59		

^(a) Em processo de homologação na Aneel

^(b) Novos montantes definidos pela Portaria MME nº 016 de 26/07/2010

^(c) Novos montantes definidos pela Portaria MME nº 001 de 26/01/2011

^(d) Nas usinas com capacidade inferior a 1 MW, efetua-se apenas registro na Aneel

2 Principais Políticas Contábeis

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como - BR GAAP, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela CVM.

As demonstrações financeiras da Companhia apresentam a avaliação dos investimentos em controladas pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente. Desta forma, essas demonstrações financeiras não são consideradas como estando conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro – IFRSs, emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações separadas da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo.



2.2 Base de elaboração

A autorização para a emissão das demonstrações financeiras ocorreu na Reunião da Diretoria realizada em 21.03.2011.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros e ativo imobilizado mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Companhia adotou as mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil introduzidas pelos pronunciamentos técnicos CPC 15 a 40. Os efeitos da adoção novos pronunciamentos emitidos pelo CPC estão apresentados na NE nº 4.

Segue o resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Companhia:

2.3 Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com vencimentos originais de 90 dias. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício, com liquidez imediata, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

2.4 Consumidores, concessionárias e permissionárias

Englobam o fornecimento e o suprimento de energia faturada e a estimativa de energia fornecida não faturada até o encerramento do balanço.

2.5 Aplicações financeiras

Incluem instrumentos financeiros classificados como disponíveis para venda e mantidos até o vencimento. O tratamento contábil destes instrumentos financeiros está descrito no item 2.24.

2.6 Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD

A PCLD é reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir as perdas na realização de contas a receber de clientes e de outros créditos, cuja recuperação é considerada improvável.



É constituída com base nos valores a receber dos consumidores da classe comercial vencidos há mais de 180 dias. Para os consumidores da classe industrial, concessionárias e permissionárias e outros créditos é constituída com base nos valores a receber vencidos há mais de 360 dias. Engloba os recebíveis faturados, até o encerramento do balanço, contabilizados com base no regime de competência.

2.7 Contas a pagar vinculadas à concessão - uso do bem público

Correspondem aos valores estabelecidos no contrato de concessão relacionados ao direito de exploração do potencial de energia hidráulica (concessão onerosa), cujo contrato é assinado na modalidade de Uso do Bem Público - UBP. O registro contábil é feito na data da assinatura do contrato de concessão, independentemente do cronograma de desembolsos estabelecido no contrato. O registro inicial desse passivo (obrigação) e do ativo intangível (direito de concessão) corresponde aos valores de obrigações futuras trazidos a valor presente (valor presente do fluxo de caixa dos pagamentos futuros).

A amortização do intangível será calculada pelo método linear pelo prazo remanescente da concessão. O passivo financeiro é atualizado pelo método da taxa e juros efetiva e reduzido pelos pagamentos contratados.

2.8 Dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base em seu estatuto social. Todavia, qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é registrado no passivo na data em que são aprovados e declarados em Assembléia Geral. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

2.9 Apuração do resultado

As receitas, custos e despesas são reconhecidas pelo regime de competência, ou seja, quando os produtos são entregues e os serviços efetivamente prestados, independentemente de recebimento ou pagamento.

2.10 Reconhecimento da receita

As receitas operacionais são reconhecidas quando: (i) o valor da receita é mensurável de forma confiável; (ii) os custos incorridos ou que serão incorridos em respeito à transação podem ser mensurados de maneira confiável; (iii) é provável que os benefícios econômicos sejam recebidos pela Companhia; e (iv) os riscos e benefícios tenham sido integralmente transferidos ao comprador.



A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de descontos e/ou bonificações concedidos e encargos sobre vendas.

2.10.1 Receita não faturada

Corresponde à receita de fornecimento de energia elétrica, entregue e não faturada a consumidores, a concessionárias e permissionárias de energia, e à receita de utilização da rede de transmissão não faturada, calculadas em base estimada, referente ao período após a medição mensal e até o último dia do mês.

2.10.2 Prestação de serviços

A receita de um contrato para prestação de serviços é reconhecida de acordo com o estágio de conclusão do contrato, que é assim determinado:

- Os honorários de instalação são reconhecidos de acordo com o estágio de conclusão dos serviços de instalação, determinados proporcionalmente entre o tempo total estimado para os serviços e o tempo decorrido até o final de cada período de relatório;
- Os honorários de serviços incluídos no preço de produtos vendidos são reconhecidos proporcionalmente ao seu custo total, considerando as tendências históricas no número de serviços realmente prestados em produtos vendidos anteriormente;
- A receita referente a serviços com base em tempo e materiais contratados é reconhecida às taxas contratuais conforme as horas trabalhadas e quando as despesas diretas são incorridas.

2.10.3 Receita de construção e custo de construção

O ICPC 01/IFRIC 12 e SIC 29 estabelece que o concessionário de energia elétrica deva registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os CPCs 17/IAS 11 – Contratos de Construção e CPC 30/IAS 18, IFRIC 13 e SIC 31 – Receitas, mesmo quando regidos por um único contrato de concessão. A Companhia contabiliza receitas de construção relativas a serviços de construção da infra-estrutura utilizada na prestação de serviços de transmissão de energia elétrica.

Os respectivos custos são reconhecidos quando incorridos na demonstração do resultado do exercício, como custo de construção.

A margem de construção adotada para a atividade transmissão referente ao exercício de 2010 é de 1,65% (1,80% em 2009), e deriva de metodologia de cálculo que considera o risco do negócio.

2.10.4 Receita de dividendos e juros

A receita de dividendos de investimentos é reconhecida quando o direito do acionista de receber tais dividendos é estabelecido.



A receita de ativo financeiro de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial desse ativo.

2.10.5 Receita de aluguel

A política da Companhia para o reconhecimento de receita de arrendamentos operacionais está descrita na NE nº 2.11.1 - a Companhia como arrendadora.

2.11 Arrendamento

Os arrendamentos são classificados como financeiros sempre que os termos do contrato de arrendamento transferirem substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do bem para o arrendatário. Todos os outros arrendamentos são classificados como operacionais.

2.11.1 A Companhia como arrendadora

A receita de aluguel oriunda de arrendamento operacional é reconhecida pelo método linear durante o período de vigência do arrendamento em questão.

2.11.2 A Companhia como arrendatária

Os pagamentos referentes aos arrendamentos operacionais são reconhecidos como despesa pelo método linear pelo período de vigência do contrato, exceto quando outra base sistemática é mais representativa para refletir o momento em que os benefícios econômicos do ativo arrendado são consumidos. Os pagamentos contingentes oriundos de arrendamento operacional são reconhecidos como despesa no período em que são liquidados.

2.12 Operações de compra e venda de energia elétrica na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE são reconhecidos pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas por aquela Entidade ou por estimativa preparada pela Administração da Companhia, quando essas informações não estão disponíveis tempestivamente.



2.13 Programa de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D

São programas de investimento em pesquisa e desenvolvimento, para os quais as concessionárias de energia elétrica estão obrigadas a destinar 1% de sua receita operacional líquida, conforme Lei nº 9.991/00 e regulamentação nas Resoluções Aneel nº 300/08 e 316/08.

2.14 Provisão de custos socioambientais ou Obrigações socioambientais

As obrigações ambientais são reconhecidas no passivo quando suas ocorrências forem prováveis e possam ser razoavelmente estimadas.

É registrada à medida que a Sociedade assume obrigações formais com reguladores ou tenha conhecimento de potencial risco relacionado às questões socioambientais, cujos desembolsos de caixa sejam considerados prováveis e para os quais possa haver estimativa dos montantes destes desembolsos. Durante a fase de implantação do empreendimento, os valores provisionados são registrados em contrapartida ao ativo imobilizado ou intangível em curso. Após a entrada em operação comercial do empreendimento, todos os custos ou despesas incorridos com programas socioambientais relacionados com as licenças de operação e manutenção do empreendimento são registrados diretamente no resultado do exercício.

2.15 Benefícios pós-emprego

A Companhia patrocina planos de benefícios a empregados, descritos em detalhes na NE nº 20. Os valores destes compromissos atuariais, (contribuições, custos, passivos e ou ativos) são calculados anualmente por atuário independente com data base que coincide com o encerramento do exercício e são registrados nos termos da deliberação CVM 600/09, CPC 33/IAS19.

A adoção do método da unidade de crédito projetada, agrega cada ano de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, somando-se até o cálculo da obrigação final.

São utilizadas outras premissas atuariais que levam em conta tabelas biométricas e econômicas além de dados históricos dos planos de benefícios, obtidos da entidade que administra estes planos - a Fundação Copel.

Ganhos ou perdas atuariais motivados por alterações de premissas e ou ajustes atuariais são reconhecidos seguindo a regra do corredor, ou seja, os ganhos e perdas somente serão reconhecidos na extensão que superarem 10% dos ativos do plano ou 10% do passivo de benefício a empregados projetado acumulado.



2.16 Impostos e contribuições

As receitas de vendas e de serviços estão sujeitas a tributação pelo Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS e Imposto sobre Serviços – ISS às alíquotas vigentes, assim como a tributação pelo Programa de Integração Social – PIS, Contribuição para Financiamento da Seguridade Social – Cofins e Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público – Pasep.

Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS/Pasep e da Cofins são apresentados deduzindo o custo das mercadorias vendidas na demonstração do resultado.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social, que são calculados com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente, sendo 15%, acrescido de 10% sobre o que exceder a R\$ 240 anuais, para o imposto de renda, e 9% para a contribuição social.

Os créditos tributários diferidos de imposto de renda e da contribuição social decorrentes de diferenças temporárias e de prejuízo fiscal ou base negativa da contribuição social são reconhecidos somente na possibilidade de existir base tributável que permitam sua realização. O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram mensurados a partir dos prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, aplicando-se as alíquotas vigentes dos citados tributos, e consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em estudo técnico de viabilidade, aprovado pelo Conselho de Administração da Controladora.

A Medida Provisória nº 449/08, convertida na Lei 11.941/09 criou o Regime Tributário de Transição – RTT, aplicável à pessoa jurídica sujeita ao Imposto de Renda da Pessoa Jurídica – IRPJ com base no Lucro Real. A adoção deste regime foi optativa para os anos de 2008 e 2009, sendo que para o ano de 2010 passou a ser obrigatória e vigerá até a entrada em vigor de lei que discipline os efeitos tributários dos novos métodos e critérios contábeis, buscando a neutralidade tributária.

Este regime tem como objetivo neutralizar o potencial impacto tributário decorrente das modificações dos critérios de reconhecimento contábeis das receitas, custos e despesas introduzidas pela Lei nº 11.638/07.

Com a adoção deste regime as modificações dos critérios de reconhecimento das receitas, custos e despesas não terão efeitos na apuração da base de cálculo dos tributos, tanto sobre as receitas quanto sobre o lucro, devendo ser considerados, para fins tributários, os métodos e critérios contábeis vigentes em 31.12.2007.



2.17 Imobilizado

A Companhia adotou o custo atribuído para determinar o valor justo do ativo imobilizado da Copel Geração e Transmissão, especificamente para a atividade de geração na data de transição das demonstrações financeiras para as novas práticas contábeis adotadas no Brasil (01.01.2009). Estes bens do ativo imobilizado estão depreciados pelo método linear com base nas taxas anuais estabelecidas e revisadas periodicamente pela Aneel, as quais são praticadas e aceitas pelo mercado como representativas da vida útil econômica dos bens vinculados à infra-estrutura da concessão, limitadas ao prazo da concessão, quando aplicável. A vida útil estimada, os valores residuais e a depreciação são revisados no final da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. (vide NE nº 4.3.8)

Os custos diretamente atribuídos às obras, bem como os juros e encargos financeiros referentes a empréstimos tomados com terceiros, durante o período de construção, são registrados no ativo imobilizado em curso.

2.18 Contas a receber vinculadas à concessão

Referem-se a créditos a receber relacionados aos contratos de concessão da atividade de transmissão e estão representados pelos seguintes valores: (i) receita de construção da infra-estrutura de transmissão para sua disponibilização aos usuários; (ii) a receita de operação e manutenção da infra-estrutura quando efetivamente realizados; e (iii) a remuneração financeira garantida pelo Poder Concedente durante o prazo da concessão sobre tais receitas.

A receita dos contratos de concessão de transmissão é realizada pela disponibilização da infra-estrutura aos usuários do sistema, não tem risco de demanda e é, portanto, considerada receita garantida denominada Receita Anual Permitida (RAP) a ser recebida durante o prazo da concessão. Os valores são faturados mensalmente aos usuários da infra-estrutura, conforme relatório emitido pelo Operador Nacional do Sistema – ONS. No vencimento da concessão, se houver saldo remanescente ainda não recebido relacionado à construção, operação e manutenção da infra-estrutura, esse será recebido diretamente do Poder Concedente por ser um direito incondicional de receber caixa, conforme previsto no contrato de concessão, a título de indenização pelos investimentos efetuados e não recuperados por meio da tarifa (RAP).

Esses ativos financeiros não possuem um mercado ativo, apresentam fluxos de caixa fixos e determináveis, e portanto, são classificados como “empréstimos e recebíveis”, sendo inicialmente estimados com base nos respectivos valores justos e posteriormente mensurados pelo custo amortizado.



2.19 Ativos intangíveis

2.19.1 Ativos intangíveis adquiridos separadamente

Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

2.19.2 Baixa de ativos intangíveis

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

2.20 Avaliação do valor de recuperação dos ativos

Os bens do imobilizado e intangível são avaliados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indiquem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando houver perda, decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor de preço líquido de venda do ativo, esta é reconhecida no resultado do exercício.

2.21 Materiais em estoque (inclusive do ativo imobilizado)

Os materiais no almoxarifado, classificados no ativo circulante, estão registrados pelo custo médio de aquisição e aqueles destinados a investimentos, classificados no ativo imobilizado, pelo custo de aquisição. Os valores contabilizados não excedem seus preços estimados de venda, deduzidos de todos os custos estimados para conclusão e custos necessários para realizar a venda.

2.22 Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou constituída) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.



2.23 Lucro por ação

O lucro ou prejuízo líquido por ação é calculado com base no número de ações do capital social integralizado na data de balanço.

2.24 Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia for parte das disposições contratuais do instrumento.

Instrumentos financeiros não derivativos incluem caixa e equivalentes de caixa, clientes, aplicações financeiras, contas a receber vinculadas à concessão, empréstimos e financiamentos, debêntures, fornecedores, contas a pagar vinculadas à concessão – uso do bem público, dentre outras. Estes instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito, são inicialmente registrados pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Posteriormente ao reconhecimento inicial, são mensurados conforme descrito abaixo:

Ativos financeiros

2.24.1 Instrumentos financeiros mantidos até o vencimento

Se a Companhia têm a intenção e capacidade de manter até o vencimento seus ativos financeiros, esses são classificados como mantidos até o vencimento. Investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzido de eventuais reduções em seu valor recuperável.

2.24.2 Instrumentos financeiros disponíveis para venda

A mensuração inicial dos instrumentos financeiros classificados como “disponível para venda” é efetuada com base no valor justo e subsequente a valor de mercado, sendo que a variação do valor justo proveniente da diferença entre a taxa de juros de mercado e a taxa de juros efetiva é registrada diretamente no patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários, como ajuste de avaliação patrimonial, sem transitar pelo resultado do exercício. A parcela dos juros definidos no início do contrato, calculada com base no método de juros efetivos, assim como quaisquer mudanças na expectativa de fluxo de caixa, são registradas no resultado do exercício.

No momento da liquidação de um instrumento financeiro classificado como ativo financeiro “disponível para venda”, o ganho ou perda acumulada no patrimônio líquido é reconhecido no resultado do exercício.



2.24.3 Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado

Um instrumento é classificado pelo valor justo através do resultado se for mantido para negociação, ou designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são registrados pelo valor justo através do resultado se a Companhia gerencia esses investimentos e toma as decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Companhia. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos.

2.24.4 Empréstimos e recebíveis

São designados para essa categoria somente os ativos não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não estão cotados em um mercado ativo, reconhecidos pelo método do custo amortizado ou taxa de juros efetiva.

Passivos financeiros e instrumentos de patrimônio

2.24.5 Classificação como instrumento de dívida ou de patrimônio

Instrumentos de dívida e de patrimônio emitidos são classificados como passivos financeiros ou patrimônio, de acordo com a natureza do acordo contratual e as definições de passivo financeiro e instrumento de patrimônio.

2.24.6 Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como “Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado” ou “Outros passivos financeiros”.

2.24.7 Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado.

Um passivo financeiro é classificado como mantido para negociação se:

- foi adquirido principalmente para a recompra no curto prazo;
- faz parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados e gerenciados pela Companhia e possui um padrão real recente de obtenção de lucro de curto prazo; e
- é um derivativo não designado como instrumento de “*hedge*” efetivo.

Um passivo financeiro não mantido para negociação pode ser designado ao valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial se:



- tal designação eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência na mensuração ou reconhecimento que, de outra forma, iria surgir;
- o passivo financeiro for parte de um grupo de ativos ou passivos financeiros ou ambos, gerenciado e com seu desempenho avaliado com base no valor justo de acordo com a gestão dos riscos ou estratégia de investimentos documentados da Companhia, e quando as informações a respeito forem fornecidas internamente com a mesma base; ou
- o ativo financeiro for parte de um contrato contendo um ou mais derivativos embutidos e a IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração permitir que o contrato combinado (ativo ou passivo) seja totalmente designado ao valor justo por meio do resultado.

Os passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e os respectivos ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado. Os ganhos ou as perdas líquidos reconhecidos no resultado incorporam os juros pagos pelo passivo financeiro. O valor justo é determinado conforme descrito na NE nº 32.

2.24.8 Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

2.24.9 Baixas de passivos financeiros

A Companhia baixa passivos financeiros somente quando as obrigações são extintas e canceladas ou quando liquidadas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

2.24.10 Instrumentos financeiros derivativos

A companhia mantém fundos de investimentos que operam com instrumentos financeiros derivativos, com objetivo exclusivo de proteger a carteira desses fundos.



2.25 Demonstração do Valor Adicionado - DVA

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre a mesma, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, considerando incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial e receitas financeiras). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, terceiros e remuneração de capitais próprios.

2.26 Normas e interpretações novas e revisadas e ainda não adotadas

As normas e alterações das normas existentes a seguir foram publicadas e são obrigatórias para os períodos contábeis iniciados em 01.01.2011, ou após essa data, ou para períodos subsequentes. Todavia, não houve adoção antecipada dessas normas e alterações de normas para a Companhia.

- IFRS 9, "Instrumentos financeiros", emitido em novembro de 2009 e aplicável em exercícios iniciando em ou após: 01.01.2013. A Companhia aplicará nos exercícios iniciados em 01.01.2013;
- IAS 24 (revisado), "Divulgações de Partes Relacionadas", emitido em novembro de 2009 e aplicável em exercícios iniciando em ou após: 01.01.2011. A Companhia aplicará nos exercícios iniciados em 01.01.2011;
- alteração ao IAS 32 "Classificação das emissões de direitos", emitida em outubro de 2009 e aplicável em exercícios iniciando em ou após 01.02.2010. A Companhia aplicará nos exercícios iniciados em 01.01.2013, se aplicável;
- O IFRIC 19, "Extinção dos Passivos Financeiros com Instrumentos Patrimoniais", emitido em novembro de 2009 e aplicável em exercícios iniciados em ou após 01.07.2010. A Companhia aplicará nos exercícios iniciados em 01.01.2013;
- "Pagamentos Antecipados de Requerimentos Mínimos de Provimento de Fundos" (alteração ao IFRIC 14). As alterações corrigem uma consequência não intencional do IFRIC 14, IAS 19 - "Limite de Ativo de Benefício Definido, Exigências Mínimas de Provimento de Recursos e sua



Interação", emitido em novembro de 2009 e aplicáveis em exercícios iniciados em ou após: 01.01.2011. A Companhia aplicará nos exercícios iniciados em 01.01.2013, se aplicável;

Aprimoramentos aos IFRS em 2010

As alterações relacionadas na tabela a seguir geralmente são aplicáveis para períodos anuais iniciando após 01.01.2011, a não ser que seja indicado de outra forma. A aplicação antecipada, embora permitida pelo IASB, não está disponível no Brasil.

- IFRS 1 - "Primeira Adoção das Normas Internacionais de Contabilidade"
 - a) Mudanças na política contábil no ano da adoção, aplicado prospectivamente;
 - b) Base de reavaliação como custo atribuído (deemed cost). As entidades que adotaram IFRS em períodos anteriores podem aplicar a alteração retroativamente no primeiro período anual após a alteração entrar em vigor, contanto que a data da mensuração esteja no período abrangido pelas primeiras demonstrações financeiras em IFRS;
 - c) Uso do custo estimado para operações sujeitas a preços regulados (por exemplo, concessionárias de serviços públicos), aplicado prospectivamente
- IFRS 3 - "Combinações de Negócios"
 - a) Exigências de transição para contraprestação contingente a partir de uma combinação de negócios que ocorreu antes da data da entrada em vigor do IFRS revisado. Aplicável a períodos anuais iniciando em ou após 01.07.2010. Aplicada retroativamente;
 - b) Mensuração de participações não controladoras, aplicável a períodos anuais iniciando em ou após 01.07.2010. Aplicado prospectivamente, a partir da data em que a entidade aplicar o IFRS 3;
 - c) Uso do custo estimado para operações sujeitas a preços regulados, aplicáveis aos períodos anuais iniciados em ou após 01.07.2010. Aplicado prospectivamente.
- IFRS 7 - "Instrumentos Financeiros", aplicáveis aos períodos anuais iniciados em ou após 01.01.2011. Aplicado retroativamente;
- IAS 1 - "Apresentação das Demonstrações Financeiras", aplicáveis aos períodos anuais iniciados em ou após 01.01.2011. Aplicado retroativamente;
- IAS 27 - "Demonstrações Financeiras Consolidadas e separadas", aplicáveis aos períodos anuais iniciados em ou após 01.07.2010 Aplicado retroativamente;
- IAS 34 - "Apresentação de Relatórios Financeiros Intermediários", aplicáveis aos períodos anuais iniciados em ou após 01.01.2011; e
- IFRIC 13 - "Programas de Fidelização de Clientes", aplicáveis aos períodos anuais iniciados em ou após 01.01.2011. Aplicado retroativamente.



3 Principais Julgamentos Contábeis e Estimativas

Na aplicação das políticas contábeis descritas na NE nº 2, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

3.1 Principais julgamentos na aplicação das políticas contábeis

A seguir são apresentados os principais julgamentos, exceto aqueles que envolvem estimativas (vide NE nº 3.2), efetuados pela Administração durante o processo de aplicação das políticas contábeis e que mais afetam significativamente os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

3.1.1 Ativos financeiros mantidos até o vencimento

A Administração revisou os ativos financeiros em conformidade com a manutenção do capital e as exigências de liquidez e confirmou a intenção e a capacidade de manter esses ativos até o vencimento. O valor contábil dos ativos financeiros mantidos até o vencimento é de R\$ 66.083 em 31.12.2010 (R\$ 41.139 em 31.12.2009 e R\$ 17.232 em 01.01.2009). Os detalhes a respeito desses ativos estão descritos na NE nº 6.

3.2 Principais fontes de incertezas nas estimativas

A seguir, são apresentadas as principais premissas a respeito do futuro e outras principais origens da incerteza nas estimativas no final de cada período de relatório, que podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos no próximo exercício.

3.2.1 Vida útil dos bens do imobilizado

Conforme descrito na NE nº 2.17 - Imobilizado, a Companhia revisa a vida útil estimada dos bens do imobilizado anualmente no final de cada período de relatório. Durante o exercício corrente foram avaliadas a expectativa de vida útil ratificando o entendimento de que a utilização pela Companhia das taxas de depreciação definidas pela Aneel está consistente com as referidas vidas úteis.

Avaliação de instrumentos financeiros



3.2.2 Avaliação de instrumentos financeiros

Conforme descrito na NE nº 32 - instrumentos financeiros, a Companhia usa técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros. A referida nota explicativa oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas na determinação do valor justo de instrumentos financeiros, bem como a análise de sensibilidade dessas premissas.

A Administração acredita que as técnicas de avaliação selecionadas e as premissas utilizadas são adequadas para a determinação do valor justo dos instrumentos financeiros.

3.2.3 Receita não faturada

Para mensurar a receita realizada, entregue e não faturada ao consumidor e às concessionárias de energia elétrica, e a receita de utilização da rede de transmissão não faturada, a Companhia utiliza controles que permitam conhecer a média de consumo destas unidades consumidoras e calculadas em base estimada, referente ao período após a medição mensal e até o último dia do mês.

3.3 Operações de compra e venda de energia elétrica na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE são reconhecidos pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas por aquela Entidade ou por estimativa preparada pela Administração da Companhia, quando essas informações não estão disponíveis tempestivamente.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa.

4 Efeitos da adoção dos novos pronunciamentos emitidos pelo CPC nas demonstrações financeiras

4.1 Adoção das novas práticas contábeis no Brasil

Na preparação das suas demonstrações financeiras, a Companhia adotou todos os pronunciamentos e respectivas interpretações técnicas e orientações técnicas emitidos pelo CPC e aprovados pela CVM, que juntamente com as práticas contábeis incluídas na legislação societária brasileira são denominados como práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).



A Companhia aplicou as políticas contábeis definidas na NE nº 2 em todos os períodos apresentados, o que inclui o balanço patrimonial de abertura em 01.01.2009. Na mensuração dos ajustes e preparação desse balanço patrimonial de abertura, a Companhia aplicou os requerimentos constantes no CPC 43(R1) - Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 15 a 40.

4.1.1 Isenções da aplicação retrospectiva completa escolhidas pela Companhia

A Companhia optou por aplicar as seguintes isenções com relação à aplicação retrospectiva:

(a) Isenção do benefício a empregados

A Companhia optou por reconhecer todos os ganhos e perdas atuariais passados cumulativamente em 01.01.2009. A aplicação dessa isenção está detalhada na NE nº 4.3.6.

(b) Isenção relativa aos custos de empréstimos.

A Companhia aplica a isenção relativa aos custos de empréstimos estabelecidos no IFRS 1 e IAS 23/CPC 20, assim sendo não capitalizou juros aos ativos qualificáveis que ocorreram antes de 01.01.2009, data de transição.

4.1.2 Exceções da aplicação retrospectiva seguidas pela Companhia

As estimativas utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras em 01.01.2009 e em 31.12.2009 são consistentes com as estimativas feitas nas mesmas datas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil anteriormente ("BR GAAP antigo").



4.2 Conciliações para as práticas contábeis anteriores (BR GAAP anterior)

4.2.1 Efeitos da adoção das novas práticas contábeis adotadas no Brasil no balanço patrimonial

ATIVO	Item	BR GAAP anterior	Adoção novos CPCs	BR GAAP representado	BR GAAP anterior	Adoção novos CPCs	BR GAAP representado
			Ajustes			Ajustes	
		01.01.2009		01.01.2009	31.12.2009		31.12.2009
CIRCULANTE							
Caixa e equivalentes de caixa		920.861	-	920.861	784.032	-	784.032
Aplicações financeiras - títulos e valores mob. e cauções e depósitos vinculados		79.079	-	79.079	72.061	-	72.061
Clientes		220.963	-	220.963	235.752	-	235.752
Dividendos a receber		-	-	-	3.931	-	3.931
Contas a receber vinculadas à concessão	4.3.3	-	27.685	27.685	-	44.070	44.070
Outros créditos	4.3.1	20.744	1.004	21.748	27.965	2.470	30.435
Estoques	4.3.3	10.423	19.287	29.710	9.683	17.912	27.595
Imposto de renda e contribuição social	4.3.7/8	-	5.774	5.774	-	479	479
Outros tributos correntes a recuperar		3.491	-	3.491	4.091	-	4.091
Imp. de renda e contribuição social diferidos	4.3.9	4.039	(4.039)	-	5.388	(5.388)	-
Despesas antecipadas		1.655	-	1.655	2.164	-	2.164
		1.261.255	49.711	1.310.966	1.145.067	59.543	1.204.610
NÃO CIRCULANTE							
Realizável a Longo Prazo							
Aplicações financeiras		-	-	-	40.103	-	40.103
Clientes		75	-	75	-	-	-
Depósitos judiciais	4.3.9	21.830	9.762	31.592	8.883	8.794	17.677
Contas a receber vinculadas à concessão	4.3.3	-	653.437	653.437	-	731.100	731.100
Outros créditos		1.881	-	1.881	1.881	-	1.881
Outros tributos correntes a recuperar		7.001	-	7.001	8.122	-	8.122
Imp. de renda e contribuição social diferidos	4.3.7/9	82.432	(13.560)	68.872	78.625	5.600	84.225
		113.219	649.639	762.858	137.614	745.494	883.108
Investimentos	4.3.9	412.646	49.854	462.500	403.750	47.508	451.258
Imobilizado	4.3.3/8	3.530.039	1.955.838	5.485.877	3.632.010	1.776.632	5.408.642
Intangível	4.3.3	63.220	(54.440)	8.780	65.719	(56.018)	9.701
		4.119.124	2.600.891	6.720.015	4.239.093	2.513.616	6.752.709
TOTAL DO ATIVO		5.380.379	2.650.602	8.030.981	5.384.160	2.573.159	7.957.319



PASSIVO	Item	BR GAAP anterior	Adoção novos CPCs	BR GAAP rerepresentado	BR GAAP anterior	Adoção novos CPCs	BR GAAP rerepresentado
			Ajustes			Ajustes	
		01.01.2009		01.01.2009	31.12.2009		31.12.2009
CIRCULANTE							
Obrigações sociais e trabalhistas		39.664	-	39.664	54.006	-	54.006
Fornecedores		68.791	-	68.791	121.657	-	121.657
Imposto de renda e contribuição social	4.3.7	106.151	5.774	111.925	111.830	2.432	114.262
Outras obrigações fiscais		22.624	-	22.624	21.675	-	21.675
Imp. de renda e contribuição social diferidos	4.3.9	52	(52)	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos		61.373	-	61.373	52.616	-	52.616
Dividendos a pagar	4.3.9	562.618	(414.413)	148.205	473.108	(435.433)	37.675
Benefícios pós-emprego	4.3.6	5.908	(150)	5.758	5.969	-	5.969
Encargos do consumidor a recolher		3.548	-	3.548	3.791	-	3.791
Pesquisa e desenvolvimento		28.352	-	28.352	11.741	-	11.741
Outras contas a pagar		32.129	-	32.129	36.635	-	36.635
Outros passivos regulatórios	4.3.1	11.680	(11.680)	-	-	-	-
		942.890	(420.521)	522.369	893.028	(433.001)	460.027
NÃO CIRCULANTE							
Fornecedores		237.807	-	237.807	196.863	-	196.863
Imp. de renda e contribuição social diferidos	4.3.7/9	-	899.187	899.187	-	866.834	866.834
Empréstimos e financiamentos		246.927	-	246.927	300.809	-	300.809
Benefícios pós-emprego	4.3.6	130.053	(39.932)	90.121	96.013	-	96.013
Pesquisa e desenvolvimento		5.324	-	5.324	19.928	-	19.928
Contas a pagar vinculadas à concessão - uso do bem público	4.3.3	-	8.152	8.152	-	9.048	9.048
Outras contas a pagar		4.995	-	4.995	2.597	-	2.597
Provisões para litígios	4.3.8	183.422	9.762	193.184	213.222	8.786	222.008
		808.528	877.169	1.685.697	829.432	884.668	1.714.100
PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
Capital social		3.400.378	-	3.400.378	3.505.994	-	3.505.994
Ajustes de avaliação patrimonial	4.3.3/8	-	1.742.897	1.742.897	-	1.641.998	1.641.998
Reserva legal		-	122.967	122.967	-	155.706	155.706
Reserva de retenção de lucros		228.583	(86.323)	142.260	155.706	(111.645)	44.061
Dividendo adicional proposto	4.3.9	-	414.413	414.413	-	435.433	435.433
		3.628.961	2.193.954	5.822.915	3.661.700	2.121.492	5.783.192
TOTAL DO PASSIVO		5.380.379	2.650.602	8.030.981	5.384.160	2.573.159	7.957.319

4.2.2 Conciliação do patrimônio líquido

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Item	01.01.2009	31.12.2009
Total do patrimônio líquido de acordo com as práticas contábeis anteriores		3.628.961	3.661.700
Remensuração do ativo imobilizado	4.3.8	2.640.753	2.475.241
Reconhecimento de contratos de concessão	4.3.3	3.166	75.850
Baixa de ativos e passivos regulatórios	4.3.1	11.680	-
Benefício pós-emprego	4.3.6	40.083	-
Reversão de deságio	4.3.5	592	592
Dividendos adicionais propostos	4.3.9	414.413	435.433
Capitalização de custos de empréstimos	4.3.2	-	5.744
Outros efeitos da transição		-	(2.792)
Efeitos dos tributos nos ajustes	4.3.7	(916.733)	(868.576)
Total dos ajustes no patrimônio líquido		2.193.954	2.121.492
Total do patrimônio líquido de acordo com o BR GAAP rerepresentado		5.822.915	5.783.192



4.2.3 Efeitos da adoção das novas práticas contábeis adotadas no Brasil na demonstração do resultado

OPERAÇÕES CONTINUADAS	Item	BR GAAP anterior	Efeito da adoção dos novos CPCs	BR GAAP reapresentado
		31.12.2009		31.12.2009
RECEITA OPERACIONAL				
Fornecimento de energia elétrica		103.470	-	103.470
Suprimento de energia elétrica		1.274.395	-	1.274.395
Disponibilidade da rede elétrica	4.3.1	214.142	45.994	260.136
Receita de construção	4.3.4	-	41.791	41.791
Outras receitas operacionais		29.138	(5)	29.133
		1.621.145	87.780	1.708.925
Custos Operacionais				
Energia elétrica comprada para revenda		(73.679)	-	(73.679)
Encargos de uso da rede elétrica		(181.159)	-	(181.159)
Pessoal		(152.708)	-	(152.708)
Planos previdenciário e assistencial	4.3.6	9.315	(29.632)	(20.317)
Material		(11.711)	(594)	(12.305)
Matéria-prima e insumos para produção de energia		(21.979)	-	(21.979)
Serviços de terceiros		(48.219)	2	(48.217)
Depreciação e amortização	4.3.3/8	(130.917)	(132.535)	(263.452)
Custo de construção	4.3.4	-	(41.525)	(41.525)
Outros custos	4.3.3	15.293	(5.943)	9.350
		(595.764)	(210.227)	(805.991)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO		1.025.381	(122.447)	902.934
Outras Receitas (Despesas) Operacionais				
Despesas com vendas		194	-	194
Despesas gerais e administrativas	4.3.3/6/8	(75.304)	(15.084)	(90.388)
Outras receitas (despesas), líquidas	4.3.3/6/8	(135.953)	(9.852)	(145.805)
Resultado da equivalência patrimonial		(4.806)	-	(4.806)
		(215.869)	(24.936)	(240.805)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		809.512	(147.383)	662.129
Resultado Financeiro				
Receitas financeiras		84.054	-	84.054
Despesas financeiras	4.3.1/2/3	(16.035)	5.743	(10.292)
		68.019	5.743	73.762
LUCRO OPERACIONAL		877.531	(141.640)	735.891
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL				
Imposto de renda e contribuição social	4.3.7	(220.340)	(1.952)	(222.292)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	4.3.7	(2.405)	50.110	47.705
		(222.745)	48.158	(174.587)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		654.786	(93.482)	561.304



4.2.4 Conciliação do resultado

RESULTADO	Item	Lucro operacional	Lucro líquido do exercício
			31.12.2009
Lucro de acordo com as práticas contábeis anteriores		877.531	654.786
Depreciação sobre remensuração do ativo imobilizado	4.3.8	(165.513)	(165.513)
Reconhecimento de contratos de concessão	4.3.3	72.684	72.684
Capitalização de custos de empréstimos	4.3.2	5.744	5.744
Baixa de ativos e passivos regulatórios	4.3.1	(11.680)	(11.680)
Benefício pós-emprego	4.3.6	(40.083)	(40.083)
Outros efeitos da transição		(2.792)	(2.792)
Efeitos dos tributos nos ajustes	4.3.7	-	48.158
Total dos ajustes no resultado		(141.640)	(93.482)
Lucro de acordo com o BR GAAP reapresentado		735.891	561.304

4.2.5 Efeitos da adoção das novas práticas contábeis adotadas no Brasil na demonstração do fluxo de caixa

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA	BR GAAP anterior	Efeito da adoção dos novos CPCs	BR GAAP reapresentado
			31.12.2009
Fluxos de caixa das atividades operacionais	768.858	(28.583)	740.275
Fluxos de caixa das atividades de investimento	(276.227)	53.614	(222.613)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento	(629.460)	(25.031)	(654.491)

4.3 Efeitos das mudanças de práticas contábeis decorrentes da adoção dos CPCs nas demonstrações financeiras da Companhia

4.3.1 Estrutura conceitual para a elaboração e apresentação das demonstrações financeiras (CPC Estrutura Conceitual).

As Companhias devem elaborar suas demonstrações financeiras de acordo com esse pronunciamento, que dentre outros conceitos, estabelece as bases para reconhecimento de ativos, passivos, receitas e despesas. As diferenças entre os valores estimados incluídos no cálculo da tarifa de energia elétrica e os efetivamente incorridos pela Companhia, reconhecidos antes da aplicação dos novos CPCs como ativos e passivos regulatórios não são, de acordo com esse pronunciamento, reconhecidos no balanço patrimonial, por não atenderem à definição de ativos e/ou passivos.

Como consequência, os saldos de ativos e passivos regulatórios contabilizados antes da data de adoção inicial dos novos CPC's foram reconhecidos contra lucros acumulados e resultado do período corrente, de acordo com o período de competência.



4.3.2 Custos de empréstimos (CPC 20)/IAS 23

A prática contábil adotada pela Companhia foi modificada para refletir o requerimento de capitalização de custos de empréstimos atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativo qualificável como parte do custo do ativo.

O montante dos custos de empréstimos elegíveis a capitalização foi definido pela Companhia pela aplicação da taxa média ponderada sobre os gastos do ativo intangível e ativo imobilizado em fase de construção.

A Companhia adotou esta prática para os períodos contábeis iniciados a partir de 01.01.2009.

4.3.3 Contratos de Concessão (ICPC 01/IFRIC 12 e SIC 29 e OCPC 05)

Estas normas orientam os concessionários sobre a forma de contabilização de concessões de serviços públicos a entidades privadas e define os princípios gerais de reconhecimento de receita e mensuração das obrigações e direitos relacionados aos contratos de concessão de serviços.

Em decorrência da adoção dessa interpretação e resultante do contrato de concessão de serviços públicos de energia elétrica, que lhe dá o direito de cobrar pelo uso da infra-estrutura da concessão, a Companhia reconheceu os seguintes:

Atividade de transmissão: um ativo financeiro que corresponde às receitas de construção, operação e manutenção do contrato de concessão realizadas pela disponibilização aos usuários da infra-estrutura construída ou adquirida, sem risco de demanda e assegurada pelo arcabouço regulatório brasileiro e é considerado um direito incondicional de receber um fluxo de caixa pré-determinado nos contratos de concessão.

O ativo intangível reconhecido como remuneração pela prestação de serviços de construção está mensurado pelo valor justo mediante o reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível está mensurado pelo custo, o qual inclui os custos de empréstimos capitalizados e deduzidos da amortização acumulada.

Nos períodos intercalares entre a data da última e próxima revisão tarifária periódica, o saldo do ativo financeiro é ajustado pela expectativa da Administração de aumento ou redução dos seus fluxos de caixa vinculados a movimentação dos bens integrantes da infra-estrutura (ativo físico). Essas variações da estimativa dos fluxos de caixa são registradas diretamente no resultado do exercício.

Para os contratos de concessão de transmissão de energia elétrica, o ativo financeiro está classificado como “empréstimos e recebível”, mensurado inicialmente a valor justo e subsequentemente pelo custo amortizado, calculado pelo método de juros efetivos.



Adicionalmente, de acordo com OCPC 05, para os contratos de concessão de uso do bem público (concessão onerosa) em que se entende que o direito e a correspondente obrigação nascem para o concessionário simultaneamente quando da assinatura do contrato, principalmente para exploração de recursos hídricos com o objetivo de geração de energia, o ativo intangível é inicialmente (no termo de posse) mensurado pelo custo.

No caso de outorga fixa, o custo corresponde aos valores já despendidos e a despesa no futuro devem ser reconhecidos a valor presente, conforme dispositivos do Pronunciamento Técnico CPC 12 – Ajuste a Valor Presente. Assim, os pagamentos pelo uso do bem público que eram contabilizados como despesa quando liquidados, foram inicialmente mensurados por seu valor presente na data do início da concessão em contrapartida ao ativo intangível, o qual é amortizado pelo prazo da concessão. O passivo correspondente é atualizado pelo respectivos encargos financeiros incorridos até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

4.3.4 Contratos de Construção (CPC 17/IAS 11)

Este pronunciamento estabelece o tratamento contábil das receitas e despesas associadas a contratos de construção e utiliza os critérios de reconhecimento estabelecidos no Pronunciamento Conceitual Básico - Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras para determinar o momento em que a receita do contrato e o custo a ela relacionada devem ser reconhecidas na demonstração do resultado.

Em atendimento a este pronunciamento técnico, a Companhia contabilizou receitas e custos relativos a serviços de construção. Para a atividade de transmissão, a margem de construção adotada referente ao exercício de 2010 é de 1,65% (1,80% em 2009), foi baseada em metodologia de cálculo que considera o risco do negócio.

4.3.5 Reversão do deságio na aquisição de participação de controlada

De acordo com Pronunciamento técnico CPC 15, quando o valor pago numa aquisição for menor que o valor contábil dos ativos e passivos líquidos adquiridos de acordo com o BR GAAP antigo, a Companhia contabilizava este valor como deságio (saldo negativo) no balanço patrimonial e amortizava-o pelo prazo estimado considerando seu fundamento. De acordo com os CPCs, a diferença entre o montante pago e o valor justo dos ativos e passivos líquidos adquiridos deve ser reconhecida nas contas de resultado. Em 01.01.2009, a Companhia reverteu um saldo de deságio que estava registrado sob a rubrica de Receita Diferida no montante de R\$ 592 para as contas de lucros acumulados. O patrimônio líquido de 01.01.2009 e 31.12.2009 foi aumentado no mesmo montante.



4.3.6 Benefícios a empregados

A Companhia optou por aplicar a isenção de benefícios a empregados do IFRS1. Considerando a regra de teto do ativo do IAS 19/CPC 33, registrou o passivo de R\$ 40.083 na conta de obrigações de aposentadoria de acordo com o BR GAAP anterior, que foi baixado contra lucros acumulados em 01.01.2009. A partir desta data, a Companhia está compensando as perdas atuariais com o superávit não reconhecido. Caso este superávit seja consumido por perdas atuariais no futuro, a Companhia passará a seguir a regra do corredor, ou seja, os ganhos e perdas somente serão reconhecidos na extensão que superarem 10% dos ativos do plano ou 10% do passivo de benefício a empregados projetado acumulado.

4.3.7 Imposto de renda e contribuição social: os impostos diferidos

As mudanças das práticas contábeis com a implantação dos CPCs geraram efeitos tributários, os quais foram neutralizados com a aplicação do Regime tributário de transição – RTT estabelecido pela lei 11.941 de 27.05.2009. Esta neutralidade gerou imposto de renda e contribuição social diferidos.

4.3.8 Custo atribuído (“Deemed Cost”)

A Companhia optou pela adoção do custo atribuído para os ativos relacionados à atividade de geração de energia na Copel Geração e Transmissão, ajustando os saldos de abertura na data de transição em 01.01.2009 pelos seus valores justos estimados por especialistas internos (engenheiros) com experiência profissional, objetividade e conhecimento técnico dos bens avaliados. A avaliação foi realizada por unidade geradora de caixa considerando a utilização dos bens, mudanças tecnológicas ocorridas e em curso, o ambiente econômico em que eles operam e o planejamento e outras peculiaridades dos negócios da Companhia. Os relatórios de avaliação gerados pelos especialistas datados de 15.02.2011 foram aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração da Companhia. Adicionalmente, foi realizada a revisão da vida útil econômica estimada e do valor residual. O aumento na despesa de depreciação recalculada em decorrência da aplicação do custo atribuído resultou em R\$ 156.453 em 2010 e R\$ 155.058 em 2009.

O ativo imobilizado em 01.01.2009 foi aumentado em R\$ 2.640.753 na Copel Geração e Transmissão. O imposto de renda e contribuição social passivo diferido foi aumentado em R\$ 897.856 em decorrência da adoção do custo atribuído na Copel Geração e Transmissão.



A abertura por classe de ativos de geração da Copel Geração e Transmissão está apresentada no quadro abaixo:

	BR GAAP anterior	Custo Atribuído	BR GAAP rerepresentado
Custo			
Máquinas e equipamentos	1.291.931	1.825.501	3.117.432
Reservatórios, barragens e adutoras	2.668.134	4.128.844	6.796.978
Edificações	442.892	858.989	1.301.881
Terrenos	91.727	83.467	175.194
Veículos	17.575	7.184	24.759
Móveis e utensílios	3.345	2.618	5.963
	4.515.604	6.906.603	11.422.207
Depreciação Acumulada			
Máquinas e equipamentos	(517.723)	(969.722)	(1.487.445)
Reservatórios, barragens e adutoras	(1.046.460)	(2.681.944)	(3.728.529)
Edificações	(229.501)	(605.512)	(835.013)
Veículos	(13.124)	(6.681)	(19.805)
Móveis e utensílios	(2.319)	(1.991)	(4.310)
	(1.809.127)	(4.265.850)	(6.075.102)
Imobilizado em serviço, líquido	2.706.477	2.640.753	5.347.105

A administração estimou que os efeitos decorrentes da adoção do custo atribuído na despesa de depreciação nos exercícios futuros serão próximos aos realizados em 2009 e 2010.

4.3.9 Reclassificações

De acordo com os novos pronunciamentos contábeis foram efetuadas as seguintes reclassificações às demonstrações financeiras da Companhia.

- Os depósitos judiciais relacionados a contingências prováveis e anteriormente registrados como redução das respectivas provisões foram reclassificados para o ativo não circulante (IAS 1, CPC 26);
- Os impostos diferidos anteriormente apresentados no circulante foram reclassificados para o não circulante (IAS 1, CPC 26);
- Os dividendos declarados acima do mínimo obrigatório, após a data das demonstrações financeiras, mas antes das mesmas serem autorizadas para emissão, eram reconhecidos como passivo. Nas novas práticas contábeis, estes dividendos permanecem no Patrimônio líquido; e
- Reclassificação de compensações entre ativo e passivo de tributos (CPC 26/IAS 1).



5 Caixa e Equivalentes de Caixa

Agente Financeiro	Tipo de Aplicação	Vencimento	Remun. %	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Caixa e bancos	-	-	-	7.974	5.709	6.567
Aplicações financeiras						
Banco do Brasil	CDB DI	14/08/09	102,20	-	-	23.091
Banco do Brasil	CDB DI	24/08/09	102,20	-	-	31.395
Banco do Brasil	CDB DI	04/09/09	102,20	-	-	39.593
Banco do Brasil	CDB DI	11/09/09	102,20	-	-	2.702
Banco do Brasil	CDB DI	01/06/10	101,00	-	-	3.585
Banco do Brasil	CDB DI	29/06/10	102,00	-	38.667	35.118
Banco do Brasil	Op. Compromissadas	28/01/10	100,15	-	-	3.330
Banco do Brasil	Op. Compromissadas	09/11/11	100,00% CDI	-	15.214	-
Banco do Brasil	Op. Compromissadas	28/11/11	100,00% CDI	-	9.069	-
Banco do Brasil	Op. Compromissadas	30/12/11	100,05% CDI	-	24.004	-
Banco do Brasil	Cotas	-	-	63.018	58.252	53.813
Banco do Brasil	Cotas	-	-	63.172	58.391	53.935
Banco do Brasil	Cotas	-	-	53.013	-	-
Banco do Brasil	CDB DI	24/12/10	100,00% CDI	-	5.003	-
Banco do Brasil	CDB DI	24/12/10	100,10% CDI	-	9.006	-
Banco do Brasil	CDB DI	12/11/10	100,15% CDI	-	3.031	-
Banco do Brasil	CDB DI	16/11/10	100,15% CDI	-	48.475	-
Banco do Brasil	CDB DI	23/04/10	100,20% CDI	-	8.481	-
Banco do Brasil	CDB DI	29/07/10	100,20% CDI	-	18.644	-
Banco do Brasil	CDB DI	20/08/10	100,20% CDI	-	57.644	-
Banco do Brasil	CDB DI	23/08/10	100,20% CDI	-	27.774	-
Banco do Brasil	CDB DI	24/09/10	100,20% CDI	-	16.340	-
Banco do Brasil	CDB DI	23/07/10	100,30% CDI	-	62.170	-
Caixa Econômica Feder	Cotas	-	-	66.040	60.987	56.347
Caixa Econômica Feder	Cotas	-	-	64.357	-	-
Caixa Econômica Feder	Cotas	-	-	41.752	-	-
Caixa Econômica Feder	Op. Compromissadas	06/01/10	-	-	-	13.429
Caixa Econômica Feder	Op. Compromissadas	07/01/10	-	-	-	33.308
Caixa Econômica Feder	Op. Compromissadas	21/01/10	-	-	-	79.668
Caixa Econômica Feder	Op. Compromissadas	26/01/10	-	-	-	61.477
Caixa Econômica Feder	Op. Compromissadas	28/01/10	-	-	-	25.787
Caixa Econômica Feder	Op. Compromissadas	09/06/10	-	-	-	32.186
Caixa Econômica Feder	Op. Compromissadas	18/06/10	-	-	-	37.346
Caixa Econômica Feder	Op. Compromissadas	08/07/10	-	-	-	31.808
Caixa Econômica Feder	Op. Compromissadas	20/07/10	-	-	-	33.801
Caixa Econômica Feder	Op. Compromissadas	29/07/10	-	-	-	24.600
Caixa Econômica Feder	Op. Compromissadas	08/09/10	-	-	-	43.602
Caixa Econômica Feder	Op. Compromissadas	20/09/10	-	-	-	23.781
Caixa Econômica Feder	Op. Compromissadas	08/10/10	-	-	-	20.533
Caixa Econômica Feder	Op. Compromissadas	19/10/10	-	-	-	3.581
Caixa Econômica Feder	Op. Compromissadas	20/10/10	-	-	-	21.472
Caixa Econômica Feder	Op. Compromissadas	10/11/10	-	-	-	8.208
Caixa Econômica Feder	Op. Compromissadas	28/11/10	-	-	-	35.412
Caixa Econômica Feder	Op. Compromissadas	30/11/10	-	-	-	28.213
Caixa Econômica Feder	Op. Compromissadas	08/12/10	-	-	-	35.162
Caixa Econômica Feder	Op. Compromissadas	21/12/10	-	-	-	18.011
Caixa Econômica Feder	Op. Compromissadas	09/03/11	99,5% Selic	-	10.323	-
Caixa Econômica Feder	Op. Compromissadas	18/03/11	99,5% Selic	-	16.035	-
Caixa Econômica Feder	Op. Compromissadas	10/05/11	99,5% Selic	-	39.006	-
Caixa Econômica Feder	Op. Compromissadas	28/09/11	99,5% Selic	-	25.478	-

(Continua)



Agente Financeiro	Tipo de Aplicação	Vencimento	Remun. %	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
(Continuação)						
Caixa Econômica Feder	Op. Compromissadas	10/10/11	99,5% Selic	-	21.352	-
Caixa Econômica Feder	Op. Compromissadas	17/10/11	99,5% Selic	-	6.088	-
Caixa Econômica Feder	Op. Compromissadas	19/10/11	99,6% Selic	-	25.361	-
Caixa Econômica Feder	Op. Compromissadas	18/11/11	99,6% Selic	-	31.231	-
Caixa Econômica Feder	Op. Compromissadas	30/11/11	99,7% Selic	-	30.144	-
Caixa Econômica Feder	Op. Compromissadas	07/12/11	99,7% Selic	-	10.029	-
Caixa Econômica Feder	Op. Compromissadas	08/12/11	99,7% Selic	-	42.124	-
Banco do Brasil	Op. Compromissadas	19/11/12	100,00% CDI	40.500	-	-
Banco do Brasil	Op. Compromissadas	31/12/12	100,00% CDI	34.012	-	-
Banco do Brasil	243-BB CDB DI SWAP	19/11/12	100,00% CDI	6.075	-	-
Banco do Brasil	292-BB CDB DI SWAP	24/10/11	100,20% CDI	23.420	-	-
Banco do Brasil	292-BB CDB DI SWAP	26/11/12	100,20% CDI	10.101	-	-
Banco do Brasil	299-BB CDB DI SWAP	04/04/11	100,30% CDI	3.385	-	-
Banco do Brasil	299-BB CDB DI SWAP	08/04/11	100,30% CDI	15.023	-	-
Banco do Brasil	299-BB CDB DI SWAP	11/04/11	100,30% CDI	5.360	-	-
Banco do Brasil	299-BB CDB DI SWAP	14/04/11	100,30% CDI	35.366	-	-
Banco do Brasil	299-BB CDB DI SWAP	02/05/11	100,30% CDI	32.008	-	-
Banco do Brasil	299-BB CDB DI SWAP	13/05/11	100,30% CDI	15.964	-	-
Banco do Brasil	299-BB CDB DI SWAP	23/05/11	100,30% CDI	9.558	-	-
Banco do Brasil	299-BB CDB DI SWAP	23/05/11	100,30% CDI	31.848	-	-
Banco do Brasil	299-BB CDB DI SWAP	29/05/12	100,30% CDI	33.875	-	-
Banco do Brasil	299-BB CDB DI SWAP	15/06/12	100,30% CDI	20.075	-	-
Banco do Brasil	299-BB CDB DI SWAP	24/06/11	100,30% CDI	73.706	-	-
Banco do Brasil	299-BB CDB DI SWAP	05/09/11	100,30% CDI	4.126	-	-
Banco do Brasil	299-BB CDB DI SWAP	26/12/12	100,30% CDI	48.077	-	-
Banco do Brasil	299-BB CDB DI SWAP	27/12/12	100,30% CDI	51.062	-	-
Banco do Brasil	299-BB CDB DI SWAP	28/12/12	100,30% CDI	30.024	-	-
Caixa Econômica Feder	Op. Compromissadas	28/11/12	99,7% Selic	5.033	-	-
Caixa Econômica Feder	Op. Compromissadas	17/08/12	99,8% Selic	6.414	-	-
Caixa Econômica Feder	Op. Compromissadas	30/08/12	99,8% Selic	30.953	-	-
Caixa Econômica Feder	Op. Compromissadas	10/09/12	99,8% Selic	41.170	-	-
Caixa Econômica Feder	Op. Compromissadas	18/09/12	99,8% Selic	10.263	-	-
Caixa Econômica Feder	Op. Compromissadas	19/09/12	99,8% Selic	41.040	-	-
Caixa Econômica Feder	Op. Compromissadas	27/09/12	99,8% Selic	30.704	-	-
Caixa Econômica Feder	Op. Compromissadas	30/10/12	99,8% Selic	32.478	-	-
Caixa Econômica Feder	Op. Compromissadas	19/11/12	99,8% Selic	32.308	-	-
Caixa Econômica Feder	Op. Compromissadas	07/12/12	99,9% Selic	50.201	-	-
				1.155.481	778.323	914.294
				1.163.455	784.032	920.861

As aplicações financeiras de liquidez imediata são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Essas aplicações financeiras referem-se a: Certificados de Depósitos Bancários – CDB; operações compromissadas, que se caracterizam pela venda de título com o compromisso, por parte do vendedor (Banco), de recomprá-lo, e do comprador, de revendê-lo no futuro; e Cotas de Fundos de Investimento em Títulos Públicos do Governo Brasileiro. As aplicações foram remuneradas em média à taxa de 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI em 31.12.2010, 31.12.2009 e 01.01.2009.



6 Aplicações Financeiras

	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Ativo circulante			
Títulos e valores mobiliários (6.1)	146.454	67.406	78.986
Cauções e depósitos vinculados (6.2)	63.473	4.655	93
	209.927	72.061	79.079
Ativo não circulante			
Títulos e valores mobiliários	5.306	40.103	-
	5.306	40.103	-

6.1 Títulos e valores mobiliários

		31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Títulos disponíveis para venda				
CDB (1 e 2)	CDI	72.679	66.370	60.154
Operação Compromissada (3)	CDI	12.998	-	1.600
		85.677	66.370	61.754
Títulos mantidos até o vencimento				
LTN (2)	PRÉ-FIXADA	6.140	5.562	17.232
LFT (2)	Selic	59.943	35.577	-
		66.083	41.139	17.232
		151.760	107.509	78.986
	Circulante	146.454	67.406	78.986
	Não Circulante - NC	5.306	40.103	-

Letras do Tesouro Nacional - LTN

Letras Financeiras do Tesouro - LFT

A Companhia possui títulos e valores mobiliários que rendem taxas de juros variáveis. O prazo desses títulos varia de 1 a 48 meses a partir do final do período de relatório. As contrapartes têm, pelo menos, a classificação de crédito A. Nenhum desses ativos está vencido nem apresenta problemas de recuperação ou redução ao valor recuperável no encerramento do exercício.

1) Entres os principais valores aplicados em CDB estão:

- No Banco do Brasil está aplicado o valor de R\$ 65.612, atualizado até 31.12.2010, (R\$ 59.787 em 31.12.2009 e R\$ 54.403 em 01.01.2009), com remuneração de 100% da taxa DI, como garantia de fiel cumprimento com a Aneel para construção da Usina Hidrelétrica de Mauá, pela Copel Geração e Transmissão;

2) Constitui garantia para leilão da Aneel pela Copel Geração e Transmissão; e

3) Constitui garantia para os Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEARs na CCEE.



6.2 Cauções e depósitos vinculados

Na Caixa Econômica Federal está caucionado o valor de R\$ 63.473, atualizado até 31.12.2010, com remuneração da TR, como garantia de fiel cumprimento com a Aneel para a construção da Usina Hidrelétrica Colíder, pela Copel Geração e Transmissão, contabilizado no Ativo circulante.

7 Clientes

	Saldos vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	31.12.2010	31.12.2009	Total 01.01.2009
Consumidores						
Industrial	5.608	8.506	986	15.100	13.262	14.617
Parcelamento de débitos	910	-	524	1.434	1.434	1.434
	6.518	8.506	1.510	16.534	14.696	16.051
Concessionárias e permissionárias						
Suprimento de energia elétrica						
CCEAR - leilão	142.069	-	-	142.069	142.170	106.401
Contratos bilaterais	11.181	-	98	11.279	11.896	58.465
CCEE (NE nº 30)	21.053	-	-	21.053	38.720	9.164
Ressarcimento de geradores	-	-	1.194	1.194	303	571
Ressarcimento de geradores - NC	-	-	-	-	-	321
	174.303	-	1.292	175.595	193.089	174.922
Encargos de uso da rede elétrica						
Rede básica e de conexão	21.497	152	397	22.046	29.051	31.398
	21.497	152	397	22.046	29.051	31.398
PCLD (7.1)	-	-	(1.105)	(1.105)	(1.084)	(1.333)
	202.318	8.658	2.094	213.070	235.752	221.038
31.12.2010	Circulante 202.318	8.658	2.094	213.070		
31.12.2009	Circulante 234.174	892	686		235.752	
01.01.2009	Circulante 219.349	916	698			220.963
	Não Circulante - NC 75	-	-			75

O prazo médio de recebimentos das vendas de energia para consumidores é de 10 dias para as concessionárias e permissionárias de suprimento de energia elétrica.

7.1 Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A Administração da Companhia considerou os seguintes valores como sendo suficientes para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos a receber:

	31.12.2009	Adições	31.12.2010
Consumidores, concessionárias e permissionárias			
Industrial	986	-	986
Concessionárias e permissionárias	98	21	119
	1.084	21	1.105



	01.01.2009	(Reversões)	31.12.2009
Consumidores, concessionárias e permissionárias			
Industrial	986	-	986
Concessionárias e permissionárias	101	(3)	98
Concessionárias e permissionárias - NC	246	(246)	-
	1.333	(249)	1.084
Circulante	1.087	(3)	1.084
Não Circulante - NC	246	(246)	-

Os critérios utilizados, além da experiência da Administração em relação ao histórico das perdas efetivas, levam em consideração os parâmetros recomendados pela Aneel.

8 Contas a receber vinculadas à concessão

8.1 Mutação das contas a receber vinculadas à concessão - transmissão

Saldos	Ativo circulante	Ativo não circulante	Total
Em 01.01.2009	27.685	653.437	681.122
Adições	-	282.315	282.315
Transferências do não circulante para o circulante	197.952	(197.952)	-
Transferências p/ encargos do uso da rede - clientes	(181.567)	-	(181.567)
Provisão para perdas	-	(6.700)	(6.700)
Em 31.12.2009	44.070	731.100	775.170
Adições	-	272.613	272.613
Transferências do não circulante para o circulante	196.923	(196.923)	-
Transferências p/ encargos do uso da rede - clientes	(186.293)	-	(186.293)
Provisão para perdas	-	(21.333)	(21.333)
Em 31.12.2010	54.700	785.457	840.157

Referem-se a créditos a receber relacionados aos contratos de concessão da atividade de transmissão e estão representados pelos seguintes valores: (i) receita de construção da infraestrutura de transmissão para sua disponibilização aos usuários; (ii) a receita de operação e manutenção da infra-estrutura quando efetivamente realizados; e (iii) a remuneração financeira garantida pelo Poder Concedente durante o prazo da concessão sobre tais receitas.

A receita dos contratos de concessão de transmissão é realizada pela disponibilização da infraestrutura aos usuários do sistema, não tem risco de demanda e é, portanto, considerada receita garantida denominada Receita Anual Permitida (RAP) a ser recebida durante o prazo da concessão. Os valores são faturados mensalmente aos usuários da infra-estrutura, conforme relatório emitido pelo Operador Nacional do Sistema – ONS.



No vencimento da concessão, se houver saldo remanescente ainda não recebido relacionado à construção, operação e manutenção da infra-estrutura, esse será recebido diretamente do Poder Concedente por ser um direito incondicional de receber caixa, conforme previsto no contrato de concessão, a título de indenização pelos investimentos efetuados e não recuperados por meio da tarifa (RAP).

Para efeito de elaboração dos fluxos de caixa futuros dos contratos de transmissão com o objetivo de determinação da taxa efetiva de juros para o registro da remuneração sobre o saldo desse ativo no prazo da concessão, a Administração da Companhia além da consideração das receitas anuais permitidas (RAP) a serem recebidas durante o prazo da concessão, também adotou como premissa que a última parcela incluída no fluxo de caixa é a do recebimento da indenização dos ativos físicos vinculados a esse ativo financeiro.

Esses ativos financeiros, por possuírem fluxos de caixa fixos e determináveis, são classificados como “empréstimos e recebíveis”, sendo inicialmente estimados com base nos respectivos valores justos e posteriormente mensurados pelo custo amortizado calculado pelo método de juros efetivos.

8.2 Compromissos relativos às concessões de transmissão

8.2.1 LT 525 KV Araraquara 2 - Taubaté

Linha de transmissão arrematada no Leilão nº 001/10 – Aneel em 10.06.2010

Os compromissos totais já assumidos com fornecedores de equipamentos e serviços referentes à LT 525 KV Araraquara 2 - Taubaté montam em R\$ 243.398 em 31.12.2010.

8.2.2 Subestação Cerquilha III 230 KV

Subestação em 230/138KV (300MVA) arrematada no Leilão nº 001/10 – Aneel em 10.06.2010

Os compromissos totais já assumidos com fornecedores de equipamentos e serviços referentes à Subestação Cerquilha III montam em R\$ 40.724 em 31.12.2010



9 Outros Créditos

	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Ativo circulante			
Serviços em curso, líquidos (9.1)	12.236	18.497	10.541
Adiantamento a empregados	2.392	2.228	2.226
Alienação de bens e direitos	1.364	1.131	1.055
Desativações em curso	310	844	570
Salários de empregados cedidos a recuperar	2.947	2.888	2.888
Adiantamento para depósitos judiciais	4.470	939	3.846
Serviços prestados a terceiros	3.408	3.936	1.647
Aquisição de combustíveis por conta da CCC	2.406	638	185
Adiantamento a fornecedores	1.494	2.715	2.455
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD (9.2)	(4.422)	(4.246)	(4.265)
Outros créditos	1.547	865	600
	28.152	30.435	21.748
Ativo não circulante			
Alienação de bens e direitos	1.878	1.881	1.881
	1.878	1.881	1.881

9.1 Serviços em curso

Referem-se, na sua maioria, ao Programa de Pesquisa e Desenvolvimento o qual, após seu término, será compensado com o respectivo passivo registrado para este fim, conforme legislação regulatória.

9.2 Provisão para crédito de liquidação duvidosa

A Provisão para créditos de liquidação - PCLD refere-se à parcela não realizável, principalmente, de salários de empregados cedidos a recuperar.

10 Estoques

	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Materiais para manutenção			
Almoxarifado	23.877	26.864	29.641
Destinados a alienação	552	731	69
	24.429	27.595	29.710



11 Imposto de Renda, Contribuição Social e Outros Tributos

11.1 Imposto de Renda e Contribuição Social

	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Ativo circulante			
IR e CSLL a compensar	103.187	108.509	99.387
IR e CSLL a compensar com o passivo	(102.907)	(108.030)	(93.613)
	280	479	5.774
Passivo circulante			
IR e CSLL a recolher	221.958	222.292	205.538
IR e CSLL a compensar com o ativo	(102.907)	(108.030)	(93.613)
	119.051	114.262	111.925

Os valores registrados como imposto de renda e contribuição social a compensar referem-se a antecipações e créditos da Declaração do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica – DIPJ, os quais são compensados com os respectivos impostos a pagar de cada empresa, conforme legislação tributária brasileira.

11.2 Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia contabiliza imposto de renda diferido, calculado à alíquota de 15%, mais o adicional de 10%, e contribuição social diferida, calculada à alíquota de 9%.

O tributo sobre o plano assistencial está sendo realizado de acordo com a avaliação atuarial preparada anualmente por atuário independente, em conformidade com as regras estabelecidas pela Deliberação CVM nº 600/09. Os tributos diferidos sobre as demais provisões para litígios serão realizados em virtude das decisões judiciais.

Pela legislação tributária em vigor, o prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social são compensáveis com lucros futuros, observado o limite de 30% do lucro tributável no período, não estando sujeitos a prazo prescricional.



Os créditos fiscais diferidos de imposto de renda e contribuição social foram constituídos conforme a demonstração a seguir:

	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Ativo não circulante			
Prejuízo fiscal e base de cálculo negativa	2.486	2.486	2.486
Planos previdenciário e assistencial	36.943	33.785	31.791
Outras adições temporárias			
Provisões para litígios	36.130	36.618	24.161
Provisão para créditos liquidação duvidosa	1.879	1.811	1.917
Amortização - concessão	18.344	2.392	1.595
Provisão para efeitos de encargos da rede	6.922	6.922	6.922
Outros	-	211	-
	102.704	84.225	68.872
Passivo não circulante			
Regime tributário de transição - RTT			
Remensuração de ativos	802.556	854.742	906.721
Outros	17.686	12.092	(7.587)
Outras exclusões temporárias			
Capitalização encargos financeiros	1.953	-	53
	822.195	866.834	899.187
	(719.491)	(782.609)	(830.315)

O Conselho Fiscal examinou e o Conselho de Administração da Controladora aprovou o estudo técnico elaborado pela sua Diretoria de Finanças, Relações com Investidores e de Controle de Participações, referente à projeção futura de lucratividade, no qual se evidencia a realização dos impostos diferidos. Conforme estimativa de lucros tributáveis futuros, a realização dos impostos diferidos está apresentada a seguir:

	Parcela estimada de realização	Parcela efetiva de realização	Parcela estimada de realização
2010	5.388	(20.351)	-
2011	-	-	(24.115)
2012	-	-	(16.860)
2013	-	-	(23.648)
2014	-	-	(23.762)
2015	-	-	(23.576)
2016 a 2018	-	-	(87.452)
2019 a 2021	-	-	(110.559)
após 2021	-	-	(409.519)
	5.388	(20.351)	(719.491)

**11.3 Outros tributos a compensar e a recolher**

	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Ativo circulante			
ICMS a recuperar (11.3.1)	3.706	2.934	2.334
PIS/Pasep e Cofins a compensar	337	7.688	4.419
PIS/Pasep e Cofins a compensar com o passivo	(337)	(7.688)	(4.419)
Outros tributos a compensar	743	1.157	1.157
	4.449	4.091	3.491
Ativo não circulante			
ICMS a recuperar (11.3.1)	10.453	8.122	7.001
	10.453	8.122	7.001
Passivo circulante			
ICMS a recolher	4.049	3.080	3.654
PIS/Pasep e Cofins a recolher	12.191	12.367	9.815
PIS/Pasep e Cofins a compensar com o ativo	(337)	(7.688)	(4.419)
IRRF sobre JSCP	16.718	12.939	12.679
Outros tributos	1.355	977	895
	33.976	21.675	22.624

11.3.1 ICMS a recuperar

Os valores registrados como ICMS a recuperar referem-se a créditos decorrentes de aquisição de bens para o ativo imobilizado instituído pela Lei Complementar nº 87/96, que serão recuperados mensalmente na razão de 1/48 conforme determina a Lei Complementar nº 102, de 11.07.2000.

11.4 Conciliação da provisão para imposto de renda e contribuição social

A conciliação da provisão para IRPJ e CSLL, calculados pela alíquota fiscal, com os valores apresentados na demonstração do resultado é a seguinte:

	2010	2009
Lucro antes do IRPJ e CSLL	686.006	735.891
IRPJ e CSLL (34%)	(233.242)	(250.203)
Efeitos fiscais sobre:		
Juros sobre o capital próprio	74.698	75.569
Equivalência patrimonial	(1.137)	(1.634)
Despesas indedutíveis	(1)	(60)
Benefício fiscal-Lei nº11.941/09	-	4
Incentivos fiscais	2.952	2.625
Outros	(154)	(888)
IRPJ e CSLL correntes	(221.956)	(222.292)
IRPJ e CSLL diferidos	65.072	47.705
Alíquota efetiva - %	22,9%	23,7%



12 Despesas Antecipadas

	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Ativo circulante			
Prêmios de seguros	2.060	2.118	1.636
Programa incentivo a fontes alternativas de energia elétrica - Proinfa	35	46	19
	2.095	2.164	1.655

13 Depósitos Judiciais

	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Fiscais	104	63	108
Trabalhistas	12.393	9.917	14.946
Cíveis			
Cíveis	5.988	5.728	7.179
Servidões de passagem	1.927	1.917	9.143
	7.915	7.645	16.322
Outros	1.240	52	216
	21.652	17.677	31.592

14 Investimentos

14.1 Principais informações sobre as controladas

31.12.2010	Atividade principal	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Receita	Lucro líquido (prejuízo)	Part. %
Centrais Eólicas do Paraná	Energia elétrica	10.389	6.434	3.955	912	894	70,00
UEG Araucária Ltda.	Energia elétrica	654.107	9.878	644.229	45.374	(7.036)	60,00

31.12.2009	Atividade principal	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Receita	Lucro líquido (prejuízo)	Part. %
Centrais Eólicas do Paraná Ltda.	Energia elétrica	9.490	5.645	3.845	738	784	70,00
Copel Empreendimentos Ltda.	Participação societária	399.106	-	399.106	-	(5.355)	100,00

14.1.1 UEG Araucária Ltda.

Sociedade limitada em que a Companhia detém 60% das quotas. Tem por objeto social a utilização do gás natural para transformação deste insumo em energia elétrica e sua consequente comercialização. A termelétrica tem capacidade instalada de 484,15 MW. A autorização para se estabelecer como produtor independente de energia elétrica, emitida pela Aneel em 22.12.1999, com prazo de 30 anos, é prorrogável a pedido da interessada e a critério do Poder Concedente.



A aquisição das quotas da El Paso Empreendimentos e Participações Ltda., controladora da UEG Araucária Ltda., em 31.05.2006, gerou direito de autorização no valor de R\$ 53.954. Durante o exercício encerrado em 31.12.2010, verificou-se a existência de indicadores internos de que determinados ativos poderiam estar acima do valor recuperável, principalmente o relacionado à baixa utilização recorrente da capacidade de produção total de energia termelétrica. Considerando este indicador e os testes efetuados de redução no valor recuperável com base em seu valor em uso, a Administração deliberou pela baixa total deste valor, que líquido da amortização até 31.12.2010, totalizava R\$ 44.570.

14.1.2 Centrais Eólicas do Paraná Ltda.

Sociedade limitada em que a Companhia detém 70% das quotas. Empresa constituída para desenvolver a implantação, montagem, funcionamento e exploração comercial de uma usina eólio-elétrica de 2,5 MW, na região de Palmas, Estado do Paraná. A autorização para se estabelecer como produtor independente de energia elétrica tem prazo de 30 anos a partir de 29.09.1999, prorrogável a critério do Poder Concedente e a pedido da autorizada.

Dando continuidade à reestruturação societária da Companhia, está em andamento o processo de incorporação das Centrais Eólicas do Paraná, e versão de seus ativos e passivos para a Copel Geração e Transmissão, aguardando autorização da Aneel.

14.1.3 Copel Empreendimentos Ltda.

O valor contábil do acervo líquido da Copel Empreendimentos foi incorporado à Copel Geração e Transmissão em 30.06.2010.

14.2 **Mutação dos investimentos**

	Saldo em 31.12.2009	Equiv. patrim.	Aporte	Amort. Autoriz.	Dividendos e JCP propostos	Outros	Incorp. Copel Empreend.	Saldo em 31.12.2010
Controladas								
Centrais Eólicas do Paraná	2.692	626	-	-	(549)	-	-	2.769
Copel Empreendimentos	399.106	(8.995)	-	-	-	-	(390.111)	-
Autorização - UEG Araucária	46.916	-	-	(2.346)	-	(44.570) ⁽¹⁾	-	-
UEG Araucária	-	5.024	-	-	-	-	381.513	386.537
	448.714	(3.345)	-	(2.346)	(549)	(44.570)	(8.598)	389.306
Outros investimentos								
Bens e direitos para uso futuro	1.347	-	-	-	-	(1.044) ⁽²⁾	-	303
Estudos e projetos	1.197	-	4	-	-	-	-	1.201
	2.544	-	4	-	-	(1.044)	-	1.504
	451.258	(3.345)	4	(2.346)	(549)	(45.614)	(8.598)	390.810

⁽¹⁾ Baixa autorização - UEG Araucária (NE nº 14.1.1).

⁽²⁾ Provisão para perdas.



	Saldo em 01.01.2009	Equiv. patrim.	Aporte	Amort. Autorização	Dividendos e JCP propostos	Outros ⁽¹⁾	Saldo em 31.12.2009
Controladas							
Centrais Eólicas do Paraná	6.074	549	-	-	(3.931)	-	2.692
Copel Empreendimentos	404.461	(5.355)	-	-	-	-	399.106
Autorização - UEG Araucária	49.262	-	-	(2.346)	-	-	46.916
	459.797	(4.806)	-	(2.346)	(3.931)	-	448.714
Outros investimentos							
Bens e direitos para uso futuro	1.347	-	-	-	-	-	1.347
Estudos e projetos	1.356	-	3	-	-	(162)	1.197
	2.703	-	3	-	-	(162)	2.544
	462.500	(4.806)	3	(2.346)	(3.931)	(162)	451.258

⁽¹⁾ Reclassificação dos aportes no Consórcio Cruzeiro do Sul (usina de Mauá).

15 Imobilizado

31.12.2010	Custo	Depreciação acumulada	Imobilizado em serviço, líquido
Em serviço			
Máquinas e equipamentos	3.136.936	(1.657.137)	1.479.799
Reservatórios, barragens, adutoras	6.800.615	(4.014.351)	2.786.264
Edificações	1.304.683	(893.246)	411.437
Terrenos	175.208	-	175.208
Veículos	28.107	(22.751)	5.356
Móveis e utensílios	6.494	(4.977)	1.517
	11.452.043	(6.592.462)	4.859.581
Em curso			
Terrenos	32.717	-	32.717
Reservatórios, Barragens e Adutoras	123.235	-	123.235
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	55.368	-	55.368
Máquinas e Equipamentos	99.358	-	99.358
Móveis e Utensílios	70	-	70
A Ratear	92.076	-	92.076
Estudos de Projetos	13.748	-	13.748
Adiantamento a Fornecedores	105.702	-	105.702
Depósitos Judiciais	45.332	-	45.332
	567.606	-	567.606
	12.019.649	(6.592.462)	5.427.187



31.12.2009	Custo	Depreciação acumulada	Imobilizado em serviço, líquido
Em serviço			
Máquinas e equipamentos	3.125.351	(1.574.189)	1.551.162
Reservatórios, barragens, adutoras	6.797.747	(3.871.407)	2.926.340
Edificações	1.302.338	(865.392)	436.946
Terrenos	175.193	-	175.193
Veículos	27.616	(21.342)	6.274
Móveis e utensílios	6.064	(4.678)	1.386
	11.434.309	(6.337.008)	5.097.301
Em curso			
Terrenos	9.286	-	9.286
Reservatórios, Barragens e Adutoras	58.319	-	58.319
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	25.601	-	25.601
Máquinas e Equipamentos	51.178	-	51.178
Veículos	533	-	533
Móveis e Utensílios	71	-	71
A Ratear	59.966	-	59.966
Estudos de Projetos	11.660	-	11.660
Adiantamento a Fornecedores	52.913	-	52.913
Depósitos Judiciais	41.814	-	41.814
	311.341	-	311.341
	11.745.650	(6.337.008)	5.408.642

01.01.2009	Custo	Depreciação acumulada	Imobilizado em serviço, líquido
Em serviço			
Máquinas e equipamentos	3.117.431	(1.487.446)	1.629.985
Reservatórios, barragens, adutoras	6.796.978	(3.728.529)	3.068.449
Edificações	1.301.881	(835.013)	466.868
Terrenos	175.194	-	175.194
Veículos	24.759	(19.805)	4.954
Móveis e utensílios	5.963	(4.310)	1.653
	11.422.206	(6.075.103)	5.347.103
Em curso			
Terrenos	7.542	-	7.542
Reservatórios, Barragens e Adutoras	1.201	-	1.201
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	5.283	-	5.283
Máquinas e Equipamentos	50.875	-	50.875
Veículos	131	-	131
Móveis e Utensílios	61	-	61
A Ratear	29.208	-	29.208
Estudos de Projetos	12.508	-	12.508
Adiantamento a Fornecedores	19.636	-	19.636
Depósitos Judiciais	12.329	-	12.329
	138.774	-	138.774
	11.560.980	(6.075.103)	5.485.877



15.1 Mutação do imobilizado

Saldos	Imobilizado		Total
	em serviço	em curso	
Em 01.01.2009	5.347.103	138.774	5.485.877
Programa de investimentos	-	211.089	211.089
Imobilizações de obras	12.404	(12.404)	-
Quotas de depreciação no resultado	(266.531)	-	(266.531)
Baixas	4.325	(26.118)	(21.793)
Em 31.12.2009	5.097.301	311.341	5.408.642
Programa de investimentos	-	291.627	291.627
Imobilizações de obras	24.643	(24.643)	-
Quotas de depreciação no resultado	(259.613)	-	(259.613)
Quotas de depreciação - créditos Pasep/Cofins	(321)	-	(321)
Baixas	(2.432)	(10.719)	(13.151)
Transferências de bens destinados à alienação	3	-	3
Em 31.12.2010	4.859.581	567.606	5.427.187

15.2 Mutação do imobilizado por natureza de conta

	Saldo em 31.12.2009	Adições	Depreciação	Baixas	Transf.	Saldo em 31.12.2010
Terrenos	184.479	36.644	-	(13.198)	-	207.925
Edificações, obras civis e benfeitorias	462.547	32.454	(28.003)	(193)	-	466.805
Máquinas e equipamentos	1.602.340	119.874	(86.326)	(56.731)	-	1.579.157
Veículos	6.807	954	(2.290)	(115)	-	5.356
Móveis e utensílios	1.457	274	(371)	227	-	1.587
Reservatórios, barragens, adutoras	2.984.659	67.229	(142.944)	555	-	2.909.499
Outros	166.353	34.198	-	56.304	3	256.858
	5.408.642	291.627	(259.934)	(13.151)	3	5.427.187

	Saldo em 01.01.2009	Adições	Depreciação	Baixas		Saldo em 31.12.2009
Terrenos	182.736	40.796	-	(39.053)		184.479
Edificações, obras civis e benfeitorias	472.151	20.878	(31.242)	760		462.547
Máquinas e equipamentos	1.680.860	52.415	(87.715)	(43.220)		1.602.340
Veículos	5.085	4.382	(2.660)	-		6.807
Móveis e utensílios	1.714	299	(398)	(158)		1.457
Reservatórios, barragens e adutoras	3.069.650	57.459	(142.879)	429		2.984.659
Outros	73.681	34.860	(1.637)	59.449		166.353
	5.485.877	211.089	(266.531)	(21.793)		5.408.642



15.3 Taxas de depreciação

	Taxas de depreciação (%)	
	31.12.2010	31.12.2009
Geração		
Equipamento geral	9,73	10,00
Geradores	3,09	3,30
Reservatórios, barragens e adutoras	2,00	2,00
Turbina hidráulica	2,47	2,50
Turbinas a gás e a vapor	5,00	5,00
Resfriamento e tratamento de água	5,00	5,00
Condicionador de gás	5,00	5,00
Administração central		
Edificações	4,00	4,00
Máquinas e equipamentos de escritório	10,00	10,00
Móveis e utensílios	10,00	10,00
Veículos	20,00	20,00

15.4 Redução ao valor recuperável de ativos - *Impairment*

A Companhia tem por prática a avaliação e o monitoramento periódico do desempenho futuro dos seus ativos. Neste contexto, e considerando o disposto no Pronunciamento Técnico CPC 01/IAS 36 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, caso existam evidências claras de que a Empresa possui ativos registrados por valor não recuperável, ou sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável no futuro, deverá haver o reconhecimento imediato da desvalorização por meio da constituição de provisão para perdas.

As principais premissas que sustentam as conclusões dos testes de recuperação estão listadas abaixo:

- menor nível de unidade geradora de caixa: concessões detidas, analisadas individualmente;
- valor recuperável: valor de uso, ou valor equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos), derivados do uso contínuo do ativo até o final da sua vida útil; e
- apuração do valor de uso: baseada em fluxos de caixa futuros, em moeda constante, trazidos a valor presente por taxa de desconto real e antes dos impostos sobre a renda.

Os respectivos fluxos de caixa são estimados com base nos resultados operacionais realizados, no orçamento empresarial anual da Companhia, aprovado em reunião ordinária do CAD, com consequente orçamento plurianual, e tendências futuras do setor elétrico.

No que tange ao horizonte de análise, leva-se em consideração a data de vencimento de cada concessão.

Com relação ao crescimento de mercado, as projeções estão compatíveis com os dados históricos e perspectivas de crescimento da economia brasileira.



Os respectivos fluxos são descontados por taxa média de desconto, obtida através de metodologia usualmente aplicada pelo mercado e referenciada pelo órgão regulador, levando em consideração o custo médio ponderado de capital (WACC).

A Administração entende ter direito contratual assegurado no que diz respeito à indenização dos bens vinculados ao final das concessões de serviço público, admitindo para fim de cálculo de recuperação e até que se edite regulamentação sobre o tema, a valorização dessa indenização pelo valor justo de reposição. Assim, a premissa de valoração do ativo residual ao final das concessões ficou estabelecida nos valores registrados contabilmente.

Com base nas premissas acima, a Companhia não identificou necessidade de constituição de provisão para redução do valor dos ativos ao valor recuperável.

Durante a atribuição dos novos custos para as usinas, quando aplicável, este valor se limitou ao valor do teste de recuperação.

15.5 Consórcio Energético Cruzeiro do Sul – UHE Mauá

Produtor independente formado pelas empresas Copel Geração e Transmissão, com participação de 51%, e pela Eletrosul Centrais Elétricas S.A., com participação de 49%. Em 10.10.2006, através do Leilão de energia nova nº 004/06 Aneel, conquistou concessão para exploração da Usina Hidrelétrica de Mauá, que terá 361 MW de potência instalada, com prazo de 35 anos a partir de 03.07.2007, data da assinatura do contrato.

Os gastos referentes ao Consórcio Energético Cruzeiro do Sul são contabilizados em contas de imobilizado em curso, na proporção da quota-parte.

O Consórcio Energético Cruzeiro do Sul conquistou concessão para construção e exploração, durante 35 anos, da Usina Hidrelétrica de Mauá, no Leilão de energia nova nº 004/06 Aneel, realizado em 10.10.2006, na qualidade de produtor independente de energia,

O empreendimento está inserido no Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, do Governo Federal, e será constituído por uma casa de força principal de 350 MW e por uma casa de força complementar de 11 MW, totalizando 361 MW de potência instalada, suficientes para atender cerca de 1 milhão de habitantes, a partir do aproveitamento energético inventariado no trecho médio do rio Tibagi, na divisa dos municípios de Telêmaco Borba e Ortigueira, na região centro-leste do Estado do Paraná.

O Projeto tem investimento total previsto em aproximadamente R\$ 1.069.000, valor com data base de abril de 2008. Deste montante, 51% (R\$ 545.190) serão investidos pela Copel Geração e Transmissão e 49% (R\$ 523.810) pela Eletrosul.



Em 17.11.2008, a Diretoria do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES aprovou financiamento para a Usina Hidrelétrica de Mauá. O valor financiado corresponde a aproximadamente 70% do total a ser desembolsado pela Copel naquela usina.

A energia da Usina Hidrelétrica de Mauá foi comercializada em leilão da Aneel à tarifa final de R\$ 112,96/MWh, na data base de 01.11.2006, com atualização pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA R\$ 134,09 em 31.12.2010. Foram negociados 192 MW médios, a serem fornecidos a partir de janeiro de 2011 por 30 anos. A garantia física do empreendimento, estabelecida no contrato de concessão, era de 197,7 MW médios, após a completa motorização.

O empreendimento possui Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental - EIA/RIMA e Projeto Básico Ambiental apresentados em audiências e reuniões públicas e aprovados pelo órgão licenciador, o que permitiu a emissão da Licença de Instalação nº 6.496/08. A ordem de serviço que determinou o início das obras da Usina Hidrelétrica de Mauá foi assinada em 21.07.2008 e o início da geração comercial da primeira unidade geradora deverá ocorrer em 2011.

Devido a liminar judicial no âmbito da Ação Civil Pública n.º 1999.7001.007514-6 que provocou atraso no início das obras e conseqüentemente afetará o início da geração comercial de cada uma das unidades geradoras, a Copel, neste período de atraso, deverá lastrear os contratos de comercialização de energia com geração própria e energia adquirida no curto prazo.

O empreendimento entrará em operação comercial no final de 2011.

Os gastos realizados neste empreendimento são contabilizados na Companhia em contas do Ativo Imobilizado, na proporção de quota-parte no consórcio. Em 31.12.2010, o saldo no Ativo Imobilizado em Curso da Copel Geração e Transmissão relativo ao empreendimento totaliza R\$ 494.137.

Os compromissos totais já assumidos com fornecedores de equipamentos e serviços referente à UHE Mauá montam em R\$ 162.035 em 31.12.2010 (R\$ 274.621 em 31.12.2009).

15.6 UHE Colíder

Em 30.07.2010, através do Leilão de energia nova nº 003/10 Aneel, a Copel Geração e Transmissão conquistou concessão para exploração da Usina Hidrelétrica Colíder, que terá 300 MW de potência instalada, com prazo de 35 anos a partir de 17.01.2011, data da assinatura do Contrato e Concessão nº 001/11-MME-UHE Colíder.



O empreendimento está inserido no Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, do Governo Federal, e será constituído por uma casa de força principal de 300 MW de potência instalada, suficientes para atender cerca de 1 milhão de habitantes, a partir do aproveitamento energético inventariado no rio Teles Pires, na divisa dos municípios de Nova Canaã do Norte e Itaúba, na região norte do Estado do Mato Grosso.

O Projeto tem investimento total previsto em aproximadamente R\$ 1.570.400, valor com data base de julho de 2010.

A Copel está solicitando o enquadramento de financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, para a Usina Hidrelétrica Colíder.

A energia da Usina Hidrelétrica Colíder foi comercializada em leilão da Aneel à tarifa final de R\$ 103,40/MWh, na data base de 01.07.2010, com atualização pela variação do IPCA R\$ 106,23 em 31.12.2010. Foram negociados 125 MW médios, a serem fornecidos a partir de janeiro de 2015 por 30 anos. A garantia física do empreendimento, estabelecida no contrato de concessão, é de 179,6 MW médios, após a completa motorização.

O empreendimento possui Licença Prévia (LP) emitida pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Estado do Mato Grosso – SEMA/MT com nº 298127/09 de 01.12.2009, com validade até 30.11.2012. A Licença de Instalação (LI) nº 58830/10 foi emitida em 21.12.2010 pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Estado do Mato Grosso – SEMA/MT, com validade até 20.12.2013.

A autorização de resgate arqueológico foi obtida junto ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN em 29.10.2010, conforme portaria IPHAN nº 30/10.

A ordem de serviço que determinou o início das obras da Usina Hidrelétrica Colíder foi assinada em 01.03.2011. Com isto, o início da geração comercial da primeira unidade geradora deverá ocorrer em junho de 2014, o que representa antecipação em 6 meses em relação ao previsto no Contrato de Concessão.

Os compromissos totais já assumidos com fornecedores de equipamentos e serviços referentes à UHE Colíder montam em R\$ 1.285.284 em 31.12.2010.



15.7 PCH Cavernoso II

Em 26.8.2010, no Leilão nº 07/10 Aneel, a Copel Geração e Transmissão S.A. comercializou a energia da PCH Cavernoso II, empreendimento com 19 MW de potência instalada, localizado no rio Cavernoso, nos municípios de Virmond e Cândói, no Estado do Paraná. Em função desta comercialização, obteve outorga de autorização para implantação e exploração do empreendimento, com prazo de 35 anos a partir de 28.02.2011, data da publicação da Portaria nº 133 de 25.2.2011 do Ministério das Minas e Energia.

O empreendimento está inserido no Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, do Governo Federal, e será constituído por uma casa de força de 19 MW de potência instalada, suficientes para atender cerca de 50 mil habitantes.

O Projeto tem investimento total previsto em aproximadamente R\$ 120.000, valor com data base de agosto de 2010.

A energia da PCH Cavernoso II foi comercializada à tarifa final de R\$ 146,99/MWh, na data base de 01.08.2010, com atualização pela variação do IPCA R\$ 151,11 em 31.12.2010. Foram negociados 7,73 MW médios, a serem fornecidos a partir de novembro de 2012 por 30 anos. A garantia física do empreendimento, estabelecida na Portaria nº 133 de 25.2.2011 do Ministério das Minas e Energia, é de 10,56 MW médios.

Os compromissos totais já assumidos com fornecedores de equipamentos e serviços referente à PCH Cavernoso montam em R\$ 94.365 em 31.12.2010.

16 Intangível

	Direito de uso de softwares	Contrato de concessão (16.1)	Amortiz. acumulada	Outros	31.12.2010
Em serviço					
Com vida útil definida	2.287	-	(1.984) ⁽¹⁾	43	346
Com vida útil indefinida	-	-	-	18	18
	2.287	-	(1.984)	61	364
Em curso	11.591	22.249	-	1.222	35.062
					35.426

⁽¹⁾ Taxa anual de amortização: 20%



	Direito de uso de softwares	Contrato de concessão (16.1)	Amortiz. acumulada	Outros	31.12.2009
Em serviço					
Com vida útil definida	2.140	-	(1.758) ⁽¹⁾	43	425
Com vida útil indefinida	-	-	-	18	18
	2.140	-	(1.758)	61	443
Em curso	-	9.048	-	210	9.258
					9.701

⁽¹⁾ Taxa anual de amortização: 20%

	Direito de uso de softwares	Contrato de concessão (16.1)	Amortiz. acumulada	Outros	01.01.2009
Em serviço					
Com vida útil definida	2.087	-	(1.520) ⁽¹⁾	43	610
Com vida útil indefinida	-	-	-	18	18
	2.087	-	(1.520)	61	628
Em curso	-	8.152	-	-	8.152
					8.780

⁽¹⁾ Taxa anual de amortização: 20%

Mutação do intangível por classes de ativos

	Contrato de Concessão		Outros		Total
	em curso	em serviço	em curso		
Saldos					
Em 01.01.2009	8.152	628	-		8.780
Programa de investimentos	-	-	262		262
Contas a pagar vinc. à concessão - uso do bem público	946	-	-		946
Ajustes a valor presente - uso do bem público	(50)	-	-		(50)
Capitalizações	-	52	(52)		-
Quotas de amortização	-	(237)	-		(237)
Em 31.12.2009	9.048	443	210		9.701
Programa de investimentos	-	-	13.367		13.367
Contas a pagar vinc. à concessão - uso do bem público	40.243	-	-		40.243
Ajustes a valor presente - uso do bem público	(27.042)	-	-		(27.042)
Capitalizações	-	764	(764)		-
Quotas de amortização	-	(843)	-		(843)
Em 31.12.2010	22.249	364	12.813		35.426



Mutação do intangível analítica

Saldos	Contrato de concessão	Software	Outros	Total
Em 01.01.2009	8.152	567	61	8.780
Programa de investimentos	-	262	-	262
Contas a pagar vinc. à concessão - uso do bem públ	946	-	-	946
Ajustes a valor presente - uso do bem público	(50)	-	-	(50)
Quotas de amortização	-	(237)	-	(237)
Em 31.12.2009	9.048	592	61	9.701
Programa de investimentos	-	13.367	-	13.367
Contas a pagar vinc. à concessão - uso do bem públ	40.243	-	-	40.243
Ajustes a valor presente - uso do bem público	(27.042)	-	-	(27.042)
Quotas de amortização	-	(843)	-	(843)
Em 31.12.2010	22.249	13.116	61	35.426

16.1 Contrato de Concessão

Ativo intangível relativo ao direito de uso do bem público - UBP na modalidade de concessão onerosa. Este ativo intangível está sendo amortizado pelo prazo do contrato de concessão e o passivo está sendo amortizado pelo pagamento. (NE nº 23 - Contas a pagar vinculadas à concessão - uso do bem público).

Em 31.12.2010 a Companhia possuía os seguintes valores registrados referentes ao Contrato de Concessão - UHE Mauá, R\$ 10.926, (R\$ 9.048 em 31.12.2009 e R\$ 8.152 em 01.01.2009) e Contrato de Concessão - UHE Colíder, R\$ 11.323.

17 Obrigações Sociais e Trabalhistas

	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Obrigações Sociais			
Impostos e contribuições sociais	7.511	6.957	6.548
Encargos sociais sobre férias e 13º salário	4.782	4.332	3.999
	12.293	11.289	10.547
Obrigações trabalhistas			
Folha de pagamento, líquida	31	80	42
Férias	15.308	13.807	12.786
Participação nos lucros e/ou resultados	14.689	14.721	16.289
Desligamentos voluntários	-	8.987	-
Compensação indenizatória - PDV	-	5.122	-
	30.028	42.717	29.117
	42.321	54.006	39.664

**18 Fornecedores**

	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009	
Encargos de uso da rede elétrica				
Uso da rede básica	21.470	22.586	20.603	
Uso da conexão	255	241	367	
	21.725	22.827	20.970	
Suprimento de energia elétrica				
Dona Francisca Energética S.A.	5.506	5.100	5.128	
Outras concessionárias	-	10	-	
	5.506	5.110	5.128	
Materiais e serviços				
Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras - repactuação (18.1)	48.312	43.949	-	
Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras - repactuação - NC (18.1)	144.936	175.796	214.157	
Cia. Paranaense de Gás - Compagas - repactuação (18.2)	5.462	5.267	-	
Cia. Paranaense de Gás - Compagas - repactuação - NC (18.2)	15.800	21.067	23.650	
Outros fornecedores	86.096	44.504	42.693	
	300.606	290.583	280.500	
	327.837	318.520	306.598	
	Circulante	167.101	121.657	68.791
	Não circulante - NC	160.736	196.863	237.807

18.1 Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras - repactuação

Em 06.03.2006, a Companhia assinou acordo com a Petrobras, visando equacionar as pendências referentes ao contrato de gás para a Usina Termelétrica de Araucária. O acordo consistiu na assinatura de Contrato de Transação Extrajudicial pelo qual a Copel Geração, tendo a Copel como devedora solidária, confessou dívida de R\$ 150.000 para com a Petrobras, esta na qualidade de cessionária dos créditos da Compagas com a Copel Geração, a ser paga em 60 parcelas mensais, a partir de janeiro de 2010, sendo os valores corrigidos pela taxa Selic.

18.2 Companhia Paranaense de Gás - Compagas - repactuação

Em 30.05.2006, a Companhia assinou Termo de Ratificação de Quitação Mútua com a Compagas, no qual as partes dão-se plena, geral, rasa, irrevogável e irretroatável quitação mútua de todas as obrigações e direitos decorrentes do Contrato de Compra e Venda de Gás Natural que celebraram entre si em 30.05.2000, rescindido em 31.05.2005, nada mais tendo a reclamar uma contra a outra, a qualquer título, a partir da assinatura do Contrato de Transação Extrajudicial com Confissão de Dívida que ajustaram juntamente com a Petrobras, com a participação da Copel, remanescendo a dívida ali confessada pela Copel Geração.



19 Empréstimos e Financiamentos

	Principal	Encargos	Passivo circulante			Passivo não circulante		
			31.12.2010 Total	31.12.2009	01.01.2009	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Moeda estrangeira								
BID (19.1)	9.066	167	9.233	19.148	25.938	-	9.189	36.552
Banco do Brasil	-	-	-	-	6.517	-	-	-
	9.066	167	9.233	19.148	32.455	-	9.189	36.552
Moeda nacional								
Eletrobrás (19.2)	32.173	-	32.173	31.488	28.913	144.781	173.184	208.065
Finep (19.3)	1.952	15	1.967	156	5	5.855	6.940	2.310
BNDES (19.4)	-	1.389	1.389	884	-	137.496	55.748	-
Banco do Brasil - repasse BNDES (19.5)	-	1.471	1.471	940	-	137.496	55.748	-
	34.125	2.875	37.000	33.468	28.918	425.628	291.620	210.375
	43.191	3.042	46.233	52.616	61.373	425.628	300.809	246.927

Composição dos empréstimos e financiamentos por tipo de moeda e indexador

Moeda (equivalente em R\$) / Indexador							
	31.12.2010		31.12.2009		01.01.2009		
		%		%			%
Moeda estrangeira							
Yen	-	-	-	-	6.517	2,11	
Cesta de moedas do BID	9.233	1,96	28.337	8,02	62.490	20,27	
	9.233	1,96	28.337	8,02	69.007	22,38	
Moeda nacional							
TJLP	285.674	60,54	120.417	34,07	2.315	0,75	
Finel	176.954	37,50	204.671	57,91	236.978	76,87	
	462.628	98,04	325.088	91,98	239.293	77,62	
	471.861	100,00	353.425	100,00	308.300	100,00	

Indexador e variação das principais moedas estrangeiras e indexadores aplicados aos empréstimos e financiamentos

Moeda/Indexador	Variação (%)		
	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Cesta de moedas do BID	3,86	0,17	6,22
TJLP	6,00	6,12	6,27
Finel	2,18	(0,35)	1,90



Vencimentos das parcelas de longo prazo

Moeda nacional	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
2010	-	-	56.425
2011	-	42.412	44.760
2012	49.879	39.611	32.576
2013	51.311	40.191	32.576
2014	51.311	40.191	32.576
2015	49.359	38.456	32.010
2016	33.275	22.712	16.004
2017	17.186	6.968	-
2018	17.186	6.968	-
2019	17.186	6.968	-
2020	17.186	6.968	-
2021	17.186	6.968	-
2022	17.186	6.968	-
após 2022	87.377	35.428	-
	425.628	300.809	246.927

Mutação de empréstimos e financiamentos

	Moeda estrangeira		Moeda nacional		Total
	circulante	não circulante	circulante	não circulante	
Em 01.01.2009	32.455	36.552	28.918	210.375	308.300
Ingressos	-	-	-	116.268	116.268
Encargos	1.802	-	22.696	-	24.498
Varição monetária e cambial	(6.220)	(6.016)	(54)	(682)	(12.972)
Transferências	21.347	(21.347)	34.341	(34.341)	-
Amortização - principal	(27.635)	-	(31.567)	-	(59.202)
Amortização - juros e variação	(2.601)	-	(20.866)	-	(23.467)
Em 31.12.2009	19.148	9.189	33.468	291.620	353.425
Ingressos	-	-	-	164.362	164.362
Encargos	656	-	33.234	-	33.890
Varição monetária e cambial	(647)	700	424	3.446	3.923
Transferências	9.889	(9.889)	33.800	(33.800)	-
Amortização - principal	(9.654)	-	(20.676)	-	(30.330)
Amortização - juros e variação	(10.159)	-	(43.250)	-	(53.409)
Em 31.12.2010	9.233	-	37.000	425.628	471.861

19.1 Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID

Empréstimo para a Usina Hidrelétrica de Segredo e Derivação do Rio Jordão, liberado a partir de 15.01.1991, totalizando US\$ 135.000. A dívida é amortizada semestralmente, com vencimento final em janeiro de 2011. Os juros são calculados de acordo com a taxa de captação do BID, a qual, para o quarto trimestre de 2010, foi de 4,13% a.a. O contrato tem as seguintes cláusulas, prevendo rescisão:

- inadimplência, por parte do mutuário, de qualquer outra obrigação estipulada no contrato ou contratos subscritos com o banco para financiamento para o projeto;
- retirada ou suspensão, como membro do BID, da República Federativa do Brasil;



- inadimplência, por parte do fiador, se houver, de qualquer obrigação estipulada no contrato de garantia;
- quando a relação entre o seu ativo circulante e o total dos seus financiamentos comerciais e bancários de curto prazo, excluídas a parte corrente da dívida de longo prazo e os dividendos a serem reinvestidos, for inferior a 1,2; e
- quando a relação entre sua dívida de longo prazo e o seu patrimônio exceder a 0,9.

Neste contrato foram concedidas fiança do Governo Federal e garantias hipotecária e fiduciária.

19.2 Eletrobrás - Centrais Elétricas Brasileiras S.A.

Empréstimos originados de recursos do Fundo de Financiamento da Eletrobrás – Finel, para expansão dos sistemas de geração e transmissão. A amortização dos contratos vincendos iniciou em julho de 2001, e o último pagamento está previsto para junho de 2016. Os juros de 5,5% a 6,5% a.a. e o principal são amortizados mensalmente, atualizados pelo índice do Finel.

19.3 Financiadora de Estudos e Projetos - Finep

- 1) Contrato nº 02070791-00, assinado em 28.11.2007, com o objetivo de custear, parcialmente, despesas incorridas na elaboração do “Projeto de Pesquisa e Desenvolvimento GER 2007”.

Crédito no valor de R\$ 5.078, sendo que a primeira parcela, no valor de R\$ 1.464, foi liberada em abril de 2008, a segunda parcela no valor de R\$ 2.321 em maio de 2009, a terceira parcela no valor de R\$ 866 em dezembro de 2010 e as demais parcelas serão liberadas conforme disponibilidade financeira e orçamentária. Para atender a despesas de inspeção e supervisão é destinado 1% dos recursos ingressados. Sobre o principal da dívida são calculados juros fixos de 6,37% a.a. resultante do fator de equalização, pagos no dia 15 de cada mês, inclusive no período de carência. O saldo devedor será pago à Finep em 49 parcelas mensais e sucessivas com o vencimento da primeira parcela em 15.12.2010 e a última em 15.12.2014.

Como garantia ao contrato, a Copel Geração e Transmissão autoriza o Banco do Brasil a efetuar bloqueio dos recebimentos feitos regularmente, nos valores indicados pela Finep, na conta corrente proveniente da arrecadação mensal da financiada.

- 2) Contrato nº 02070790-00, assinado em 28.11.2007 com o objetivo de custear, parcialmente, despesas incorridas na elaboração do “Projeto de Pesquisa e Desenvolvimento TRA 2007”.



Crédito no valor de R\$ 3.535, sendo que a primeira parcela no valor de R\$ 844 foi liberada em outubro de 2008, a segunda no valor de R\$ 2.451 em dezembro de 2009, e as demais serão liberadas conforme disponibilidade financeira e orçamentária. Para atender a despesas de inspeção e supervisão é destinado 1% dos recursos ingressados. Sobre o principal da dívida são calculados juros fixos de 6,13 % a.a. resultante do fator de equalização, pagos no dia 15 de cada mês, inclusive no período de carência. O saldo devedor será pago à Finep em 49 parcelas mensais e sucessivas com o vencimento da primeira parcela em 15.12.2010 e a última em 15.12.2014.

Como garantia ao contrato, a Copel Geração e Transmissão autoriza o Banco do Brasil efetuar bloqueio dos recebimentos feitos regularmente, nos valores indicados pela Finep, na conta corrente proveniente da arrecadação mensal da financiada.

19.4 BNDES

Contrato nº 08.2.0989.1, firmado entre a Copel Geração e Transmissão e o BNDES, com interveniência da Copel, assinado em 17.03.2009, com o objetivo de implementar o empreendimento UHE Mauá, e Sistema de Transmissão Associado, em consórcio com a Eletrosul, totalizando R\$ 169.500, desembolsados parceladamente de acordo com as necessidades do projeto financiado, respeitada a programação financeira do BNDES.

A dívida será amortizada em 192 prestações mensais e sucessivas, com o vencimento da primeira parcela em 15.02.2012 e a última em 15.01.2028, com juros de 1,63% a.a. acima da TJLP, pagos trimestralmente no período de carência, e mensalmente a partir da primeira amortização do principal.

Para assegurar o pagamento de quaisquer obrigações do contrato, a Copel Geração e Transmissão se obriga a ceder e vincular em garantia, em favor do BNDES, a totalidade da receita proveniente da venda e/ou comercialização de energia dos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEARs relativos ao projeto, por meio de abertura de uma conta centralizadora aberta para tal fim, além de constituir e manter duas "Contas-Reserva" no caso de haver insuficiência de recursos na "Conta Centralizadora". A operacionalização da garantia será através de um Contrato de Cessão e Vinculação de Receitas, Administração de Contas e Outras Avenças, firmado entre a Copel Geração e Transmissão, BNDES e Banco do Brasil.

A primeira liberação ocorreu em julho de 2009 no valor de R\$ 55.748, a segunda em fevereiro de 2010 no valor de R\$ 29.193 e a terceira ocorreu em dezembro de 2010 no valor de R\$ 52.555.

O contrato contém cláusulas prevendo vencimento antecipado em determinadas condições.



19.5 Banco do Brasil - repasse de recursos do BNDES

Contrato nº 21/02000-0, firmado entre a Copel Geração e Transmissão e o Banco do Brasil, com interveniência da Copel, assinado em 16.04.2009, com o objetivo de implementar o empreendimento UHE Mauá, e Sistema de Transmissão Associado, em consórcio com a Eletrosul, totalizando R\$ 169.500, desembolsados parceladamente de acordo com o Quadro de Usos e Fontes, anexo ao contrato.

A dívida será amortizada em 192 prestações mensais e sucessivas, com o vencimento da primeira parcela em 15.02.2012 e a última em 15.01.2028, com juros de 2,13% a.a. acima da TJLP, pagos trimestralmente no período de carência, e mensalmente a partir da primeira amortização do principal. Para assegurar o pagamento de quaisquer obrigações do contrato, a Copel Geração e Transmissão se obriga a ceder e vincular em garantia, em favor do Banco do Brasil, a totalidade da receita proveniente da venda e/ou comercialização de energia dos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEARs relativos ao projeto, por meio de abertura de uma conta centralizadora aberta para tal fim, além de constituir e manter duas contas-reserva no caso de haver insuficiência de recursos na conta centralizadora. A operacionalização da garantia será através de um Contrato de Cessão e Vinculação de Receitas, Administração de Contas e Outras Avenças, firmado entre a Copel Geração e Transmissão, BNDES e Banco do Brasil.

A primeira liberação ocorreu em agosto de 2009 no valor de R\$ 55.748, a segunda em fevereiro de 2010 no valor de R\$ 29.193 e a terceira ocorreu em dezembro de 2010 no valor de R\$ 52.555.

O contrato contém cláusulas prevendo vencimento antecipado em determinadas condições.

20 Benefícios Pós-Emprego

20.1 Plano de benefício previdenciário

A Companhia patrocina planos de complementação de aposentadoria e pensão (Plano Previdenciário I, II e III) e de assistência médica e odontológica (Plano Assistencial) para seus empregados e dependentes legais ativos e pós-emprego.

Os planos previdenciários I e II são planos de benefício definido (BD) em que a renda é pré-determinada em função do nível salarial de cada indivíduo e o plano previdenciário III é um plano de contribuição definida (CD).



As parcelas de custos assumidas pelas patrocinadoras desses planos são registradas de acordo com avaliação atuarial preparada anualmente por atuários independentes de acordo com as regras estabelecidas pela Deliberação CVM nº 600/09, que aprovou e tornou obrigatório para as companhias abertas o Pronunciamento Técnico CPC 33/IAS 19 e IFRC 14, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, que trata de benefícios a empregados, correlacionada a norma contábil internacional IAS 19. As premissas econômicas e financeiras e para efeitos da avaliação atuarial são discutidas com os atuários independentes e aprovadas pela Administração das patrocinadoras.

20.2 Plano de benefício assistencial

A Companhia aloca recursos para a cobertura das despesas de saúde dos empregados e de seus dependentes, dentro de regras, limites e condições estabelecidas em regulamentos específicos. A cobertura inclui exames médicos periódicos e é estendida a todos os aposentados e pensionistas vitaliciamente.

20.3 Balanço patrimonial e resultado do exercício

Os valores reconhecidos no passivo, na conta de Benefícios pós-emprego, estão resumidos a seguir:

	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Plano previdenciário (20.1)			
Plano de benefícios - Plano III (CD)	2.118	2.615	2.375
Plano assistencial (20.2)	108.655	99.367	93.504
	110.773	101.982	95.879
Circulante	6.232	5.969	5.758
Não circulante	104.541	96.013	90.121

Os valores consolidados reconhecidos no demonstrativo de resultado estão resumidos a seguir:

	2010	2009
Plano previdenciário (CD)	13.191	13.807
Plano previdenciário (CD) - administradores	43	-
Plano assistencial - pós-emprego	13.146	9.220
Plano assistencial	5.781	5.521
Plano assistencial - administradores	3	-
	32.164	28.548
(-) Apropriação no imobilizado em curso (a)	(1.629)	(1.820)
	30.535	26.728

a) Valor referente a apropriação de mão de obra direta do imobilizado em curso, não considera despesas administrativas.



O custo anual estimado para o exercício de 2010 pelo atuário independente resultou em receita devido aos ganhos atuariais que estão sendo amortizados, cujos valores ultrapassam o valor do custo normal periódico.

Do total dos custos, R\$ 23.609 (R\$ 20.316 em 2009) e R\$ 6.926 (R\$ 6.411 em 2009) foram incluídos como custos operacionais e despesas administrativas, respectivamente.

Mutação do saldo de benefícios pós-emprego

	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Em 01.01.2009	5.758	90.121	95.879
Apropriação do cálculo atuarial	-	9.220	9.220
Contribuições previdenciárias e assistenciais	19.328	-	19.328
Transferências	3.328	(3.328)	-
Amortizações	(22.445)	-	(22.445)
Em 31.12.2009	5.969	96.013	101.982
Apropriação do cálculo atuarial	-	13.146	13.146
Contribuições previdenciárias e assistenciais	19.018	-	19.018
Transferências	4.618	(4.618)	-
Amortizações	(23.373)	-	(23.373)
Em 31.12.2010	6.232	104.541	110.773

20.4 Avaliação atuarial de acordo com a Deliberação da CVM nº 600/09

20.4.1 Premissas atuariais

As premissas atuariais utilizadas para determinação dos valores de obrigações e custos, para 2010 e 2009, estão demonstradas a seguir:

	2010		2009	
	Real	Nominal	Real	Nominal
Econômicas				
Inflação a.a.	-	5,07%	-	5,20%
Taxa de desconto/retorno esperados a.a.	6,00%	11,37%	6,00%	11,51%
Crescimento salarial a.a.	2,00%	7,17%	2,00%	7,30%
Demográficas				
Tábua de mortalidade		AT - 2000		AT - 83
Tábua de mortalidade de inválidos		AT - 83		AT - 49
Tábua de entrada em invalidez		Light M		Light

As avaliações atuariais complementares estão divulgadas nas Notas Explicativas nº 23.4 das Demonstrações Financeiras Consolidadas da Copel.



21 Encargos do Consumidor a Recolher

	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Reserva global de reversão - RGR	3.630	3.791	3.548
	3.630	3.791	3.548

22 Pesquisa e Desenvolvimento

As concessionárias e permissionárias de serviços públicos de geração e transmissão de energia elétrica estão obrigadas, a destinar anualmente o percentual de 1% de sua receita operacional líquida em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico, conforme Lei 9.991/00 e Resoluções Normativas Aneel nº 316/08 e 300/08.

Os saldos constituídos para aplicação em projetos de P&D são compostos da seguinte forma:

	Aplicado e não concluído	Saldo a recolher	Saldo a aplicar	Saldo em 31.12.2010	Saldo em 31.12.2009	Saldo em 01.01.2009
Pesquisa e desenvolvimento - P&D						
FNDCT	-	1.113	-	1.113	596	7.605
MME	-	556	-	556	298	3.802
P&D	2.900	-	34.285	37.185	30.775	22.269
	2.900	1.669	34.285	38.854	31.669	33.676
			Circulante	12.569	11.741	28.352
			Não circulante	26.285	19.928	5.324

Mutação dos saldos de P&D

	FNDCT circulante	MME circulante	P&D circulante	P&D não circulante	Total
Em 01.01.2009	7.605	3.802	16.945	5.324	33.676
Constituições	6.457	3.228	996	5.461	16.142
Juros Selic	-	-	364	1.685	2.049
Transferências	-	-	(7.458)	7.458	-
Recolhimentos	(13.466)	(6.732)	-	-	(20.198)
Em 31.12.2009	596	298	10.847	19.928	31.669
Constituições	6.610	3.305	14	6.597	16.526
Juros Selic	-	-	-	2.901	2.901
Transferências	-	-	3.141	(3.141)	-
Recolhimentos	(6.093)	(3.047)	-	-	(9.140)
Conclusões	-	-	(3.102)	-	(3.102)
Em 31.12.2010	1.113	556	10.900	26.285	38.854



23 Contas a pagar vinculadas à concessão - uso do bem público

Referem-se aos encargos de outorga de concessão pela Utilização do Bem Público - UBP incorridos a partir do início de operação do empreendimento até a data final da concessão, sendo a contrapartida do valor, registrada no ativo intangível.

	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Passivo não circulante			
UHE Mauá (23.1)	10.926	9.048	8.152
UHE Colider (23.2)	11.323	-	-
	22.249	9.048	8.152

23.1 UHE Mauá (NE nº 15.5)

Como pagamento pelo uso do bem público objeto deste contrato, a Copel recolherá à União, da entrada em operação comercial da UHE ao 35º ano de concessão, ou enquanto estiver na exploração dos aproveitamentos hidrelétricos, o valor das parcelas mensais equivalentes a 1/12 do pagamento anual proposto de R\$ 643 (51% de 1.262), conforme cláusula sexta do Contrato de Concessão nº 001/07 - MME- UHE Mauá.

As parcelas serão corrigidas anualmente ou com a periodicidade que a legislação permitir, tomando por base a variação do IPCA.

O cálculo do valor presente foi efetuado considerando-se uma taxa de desconto real e líquida em torno de 5,65% a.a., compatível com a taxa estimada de longo prazo, não tendo vinculação com a expectativa de retorno do projeto.

O valor presente das contas a pagar vinculadas à concessão - uso do bem público em 31.12.2010 é de R\$ 10.926, no Passivo não circulante.

23.2 UHE Colíder (NE 15.6)

Como pagamento pelo uso do bem público objeto deste contrato, a Copel recolherá à União, da entrada em operação comercial da UHE ao 35º ano de concessão, ou enquanto estiver na exploração dos aproveitamentos hidrelétricos, do valor das parcelas mensais equivalentes a 1/12 do pagamento anual proposto de R\$ 1.256, conforme Clausula sexta do Contrato de Concessão nº 001/11 - MME - UHE Colíder.

As parcelas serão corrigidas anualmente ou com a periodicidade que a legislação permitir, tomando por base a variação do IPCA.



O cálculo do valor presente foi efetuado considerando-se uma taxa de desconto real e líquida em torno de 7,74% a.a., compatível com a taxa estimada de longo prazo, não tendo vinculação com a expectativa de retorno do projeto.

O valor presente das contas a pagar vinculadas à concessão - uso do bem público em 31.12.2010 é de R\$ 11.323, no Passivo não circulante.

24 Outras Contas a Pagar

	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Passivo circulante			
Compensação financeira - recursos hídricos	15.267	18.327	16.616
Indenização Comunidade Indígena Apucarantina	2.759	2.596	2.498
Entidades seguradoras	1.668	1.324	1.929
Cauções em garantia	1.158	1.353	690
Taxa de fiscalização Aneel	797	434	655
Parcerias em consórcios	339	7.309	4.833
Adiantamento recebido de clientes	14	65	15
Devolução de participação financeira do consumidor	-	4.738	4.738
Outras obrigações	180	489	155
	22.182	36.635	32.129
Passivo não circulante			
Indenização Comunidade Indígena Apucarantina	-	2.597	4.995
	-	2.597	4.995

25 Provisões para Litígios

A Companhia responde por diversos processos judiciais perante diferentes tribunais e instâncias. A Administração da Companhia, fundamentada na opinião de seus assessores legais, mantém provisão para litígios sobre as causas cuja probabilidade de perda é considerada provável.

	31.12.2010		31.12.2009		01.01.2009	
	Provisão p/ Litígios	Depósitos Vinculados	Provisão p/ Litígios	Depósitos Vinculados	Provisão p/ Litígios	Depósitos Vinculados
Fiscais (25.1)	25.388	1	24.658	1	23.960	-
Trabalhistas (25.2)	22.511	4.326	17.465	3.112	17.734	4.469
Benefícios a empregados (25.3)	6.193	-	5.442	-	5.943	-
Cíveis						
Cíveis e direito administrativo (25.4)	27.204	5.988	30.565	5.672	6.042	5.293
Servidões de passagem (25.5)	6.674	-	6.361	-	6.642	-
Desaprop. e patrimoniais (25.5)	130.925	-	123.990	-	119.350	-
	164.803	5.988	160.916	5.672	132.034	5.293
Ambientais (25.6)	11	-	10	-	-	-
Regulatórios (25.7)	15.042	-	13.517	-	13.513	-
	233.948	10.315	222.008	8.785	193.184	9.762



Mutações das provisões para litígios

	Saldo em 31.12.2009	Constituições	Reversões	Quitações	Saldo em 31.12.2010
Fiscais	24.658	1.775	(1.045)	-	25.388
Trabalhistas	17.465	6.958	-	(1.912)	22.511
Benefícios a empregados	5.442	3.565	(298)	(2.516)	6.193
Cíveis					
Cíveis e direito administrativo	30.565	18.826	(22.514)	327 ⁽¹⁾	27.204
Servidões de passagem	6.361	1.444	(982)	(149)	6.674
Desapropriações e patrimoniais	123.990	8.240	(1.302)	(3)	130.925
	160.916	28.510	(24.798)	175	164.803
Ambientais	10	1	-	-	11
Regulatórios	13.517	1.525	-	-	15.042
	222.008	42.334	(26.141)	(4.253)	233.948

⁽¹⁾ Reclassificação do passivo circulante - Outras contas a pagar

	Saldo em 01.01.2009	Constituições	Reversões	Quitações	Saldo em 31.12.2009
Fiscais	23.960	1.070	(372)	-	24.658
Trabalhistas	17.733	6.919	(3.304)	(3.883)	17.465
Benefícios a empregados	5.943	1.290	(401)	(1.390)	5.442
Cíveis					
Cíveis e direito administrativo	6.042	26.412	(79)	(1.810)	30.565
Servidões de passagem	6.642	6.304	(1.056)	(5.529)	6.361
Desapropriações e patrimoniais	119.350	5.308	(652)	(16)	123.990
	132.034	38.024	(1.787)	(7.355)	160.916
Ambientais	-	10	-	-	10
Regulatórios	13.514	5	-	(2)	13.517
	193.184	47.318	(5.864)	(12.630)	222.008

Ações Prováveis

25.1 Fiscais

25.1.1 Imposto sobre propriedade predial e territorial urbana - IPTU

A Companhia discute administrativamente e judicialmente a incidência de IPTU sobre seus bens vinculados à concessão, ao argumento de que são imunes a impostos. Adicionalmente tem obtido sucesso em algumas execuções fiscais movidas pelos municípios do Estado do Paraná contra a Companhia no valor de R\$ 9.

25.1.2 Outros tributos federais

A Companhia possui outras ações relacionadas a tributos federais que totalizam R\$ 25.379.



25.2 Trabalhistas

Ações movidas por ex-empregados contra a Companhia, envolvendo cobrança de horas-extras, periculosidade, adicional de transferência, equiparação/reenquadramento salarial e outras e, também, ações movidas por ex-empregados de seus empreiteiros (responsabilidade solidária) e empresas terceirizadas (responsabilidade subsidiária), envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras.

25.3 Benefícios a empregados

Ações de aposentados (ex-empregados da Copel Geração e Transmissão) que apresentaram reclamação trabalhista contra a Fundação Copel, que causarão, conseqüentemente, reflexos para a Companhia.

25.4 Cíveis e direito administrativo

Ações pleiteando indenização por acidentes com a rede de transmissão de energia elétrica e acidentes com veículos.

25.5 Servidões de passagem, desapropriações e patrimoniais

O contencioso patrimonial da Companhia é constituído principalmente pelas ações de desapropriações e servidões, que impõem pagamentos a título de indenizações e que são sempre obrigatórias devido a preceito constitucional que obriga à justa e prévia indenização em dinheiro pelo desapossamento compulsório de áreas pela Administração Pública e nas servidões pela restrição no uso da propriedade sem transferir o domínio. As ações judiciais ocorrem quando há divergência entre o valor avaliado pela Companhia para pagamento e o pleiteado pelo proprietário.

Ivaí Engenharia de Obras S.A.

Em ação de declaratória que tramitou perante a 1.^a Vara da Fazenda de Curitiba, foi reconhecido o direito da empresa Ivaí em receber créditos que teriam junto a Copel Geração e Transmissão em consequência da execução do contrato D-01, cujo objeto era execução de obras de derivação do rio Jordão, consistido em quantia compensatória de suposto desequilíbrio da equação econômico-financeira do mesmo. Com base nesta decisão a Ivaí propôs ação de cobrança, que tramitou perante a 4.^a Vara da Fazenda de Curitiba, cuja decisão, atualmente contestada pela Copel determinou o pagamento do valor de R\$ 180.917, valor histórico relativo a 31.10.2005, que deverá ser corrigido pela média do INPC e do IGP-DI, acrescido de juros moratórios de 1% ao mês desde aludida data, além de honorários advocatícios na ordem de 3,2% de referida importância.



No que concerne à discussão em questão, em Medida Cautelar de relatoria do Ministro Castro Meira, autuada no STJ sob nº 15.372 – PR, foi concedida liminar em favor da Copel para atribuir efeito suspensivo ao processo de cobrança em questão, resultando, também na suspensão da execução provisória então movida pela Ivaí.

Aguarda-se o julgamento do Recurso Especial já recebido na ação de cobrança, também de relatoria do Ministro Castro Meira, autuado sob n.º 1096906.

De todo modo, diante das peculiaridades do processo em questão a Diretoria Jurídica considera a presente demanda como perda provável e, como provisão financeira para o presente litígio, em 31.12.2010, a importância de R\$ 119.787.

25.6 Ambientais

O contencioso ambiental judicial da Copel e de suas subsidiárias refere-se, basicamente, a ações civis públicas e ações populares, que têm como finalidade obstaculizar o andamento de licenciamento ambiental de novos projetos ou a recuperação de áreas de preservação permanente no entorno dos reservatórios das usinas hidrelétricas utilizadas indevidamente por particulares. Em caso de eventual condenação, estima-se somente o custo da elaboração de novos estudos ambientais e o custo de recuperação das áreas de propriedade da Companhia.

25.7 Regulatórias

A Companhia está discutindo nas esferas administrativa e judicial notificações do Órgão Regulador sobre eventuais descumprimentos de normas regulatórias, dentre eles, o valor de R\$ 14.933, refere-se às ações judiciais envolvendo a Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE e Dona Francisca Energética S.A., contra o Despacho Aneel nº 288/02. O provável êxito nas ações citadas resultará em modificações na contabilização da CCEE, o que torna necessária a constituição de provisão destes valores, visto que a Copel Geração e Transmissão será acionada a quitar os montantes de sua responsabilidade.

Ações Possíveis

As causas classificadas como de perda possível, estimadas pela Companhia em 31.12.2010, totalizam R\$ 68.719 distribuídos em ações das seguintes naturezas: trabalhistas R\$ 15.997, benefícios a empregados R\$ 5.010; regulatórias R\$ 1.203; cíveis R\$ 33.616; e tributárias R\$ 12.893.

As ações trabalhistas, de benefícios a empregados, cíveis, administrativas, ambientais, patrimoniais, classificadas como possíveis, se distribuem em aproximadamente 251 ações, com valores individuais estimados pelos assessores legais da Companhia inferiores a R\$ 5.775.



As discussões de ITR envolvem, basicamente, o questionamento da incidência deste tributo sobre as áreas alagadas decorrentes da construção de usinas hidrelétricas, bem como sobre as áreas atualmente de posse de assentados por força de programas de reassentamento, também decorrentes de construção de usinas hidrelétricas.

26 Patrimônio Líquido

26.1 Capital social

O capital social em 31.12.2010 monta a R\$ 3.505.994, composto por 3.505.994.212 ações, todas ordinárias, pertencentes à Copel.

26.2 Reserva de lucros

	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Reserva legal	182.162	155.706	122.967
Reserva para investimentos	145.364	44.061	142.260
Dividendo adicional proposto	351.866	435.433	414.413
	679.392	635.200	679.640

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, limitada a 20% do capital.

A reserva para investimentos visa à cobertura do programa de investimento da Companhia, conforme o artigo 196 da Lei das Sociedades Anônimas. Sua constituição ocorre mediante retenção do remanescente do lucro líquido do exercício, após a reserva legal e os juros sobre o capital próprio.

O dividendo adicional proposto corresponde à parcela do valor proposto pela Administração à Assembléia Geral, excedente aos dividendos mínimos obrigatórios previstos no Estatuto. Em atendimento ao disposto no ICPC nº 08, será mantido em reserva específica no patrimônio líquido até a deliberação definitiva por parte da assembléia geral dos acionistas, quando então será reconhecido como dívida e transferido para o passivo circulante.

26.3 Ajustes de Avaliação Patrimonial

A Companhia reconheceu o ajuste do valor justo do ativo imobilizado na data da adoção inicial das novas práticas contábeis adotadas no Brasil. A contrapartida deste ajuste, líquido do imposto de renda e contribuição social diferidos, foi reconhecida na conta Ajustes de avaliação patrimonial, no Patrimônio Líquido. A realização é contabilizada na conta de Lucros acumulados, na medida em que a depreciação e baixa do ajuste a valor justo do imobilizado é reconhecida no resultado.



Mutação da conta de ajustes de avaliação patrimonial

Em 01.01.2009	1.742.897
Realizações dos ajustes de avaliação patrimonial - custo atribuído	(100.899)
Em 31.12.2009	1.641.998
Realizações dos ajustes de avaliação patrimonial - custo atribuído	(101.303)
Em 31.12.2010	1.540.695

26.4 Proposta de distribuição de dividendos

	31.12.2010
Cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios (30%) - (1)	
Lucro líquido do exercício	529.122
Reserva legal (5%)	(26.456)
Base de cálculo para dividendos mínimos obrigatórios	502.666
	150.800
Distribuição proposta - (2)	
Juros sobre capital próprio	219.702
Dividendos	282.964
	502.666
Dividendos adicionais propostos (2-1)	351.866

27 Receita Operacional Líquida

	Receita bruta	PIS/Pasep e Cofins	ICMS	Encargos do consumidor	ISSQN	Receita líquida
						31.12.2010
Fornecimento de energia elétrica	171.140	(15.831)	(41.076)	(1.131)	-	113.102
Suprimento de energia elétrica	1.484.034	(132.094)	-	(51.327)	-	1.300.613
Disponibilidade da rede elétrica	260.055	(14.556)	-	(8.801)	-	236.698
Receita de construção	41.019	-	-	-	-	41.019
Outras receitas operacionais	35.415	(3.245)	(3)	(1.208)	(835)	30.124
	1.991.663	(165.726)	(41.079)	(62.467)	(835)	1.721.556

	Receita bruta	PIS/Pasep e Cofins	ICMS	Encargos do consumidor	ISSQN	Receita líquida
						31.12.2009
Fornecimento de energia elétrica	161.174	(14.908)	(42.500)	(296)	-	103.470
Suprimento de energia elétrica	1.445.064	(128.837)	-	(41.832)	-	1.274.395
Disponibilidade da rede elétrica	297.785	(17.706)	-	(19.943)	-	260.136
Receita de construção	41.791	-	-	-	-	41.791
Outras receitas operacionais	36.185	(5.108)	(6)	(1.118)	(820)	29.133
	1.981.999	(166.559)	(42.506)	(63.189)	(820)	1.708.925



Encargos do consumidor

	2010	2009
Conta de desenvolvimento energético - CDE	1.158	683
Conta de consumo de combustível - CCC	1.226	603
Quota para reserva global de reversão - RGR	43.557	45.465
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	16.526	16.142
Outros encargos	-	296
	62.467	63.189

Detalhamento da receita bruta

	2010	2009
Fornecimento de energia elétrica		
Industrial	171.140	161.174
	171.140	161.174
Suprimento de energia elétrica		
Contrato de Comercialização de Energia em Ambiente Regulado - CCEAR (leilão)	1.230.728	1.222.119
Contratos bilaterais	155.194	136.078
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	98.112	86.867
	1.484.034	1.445.064
Disponibilidade da rede elétrica		
Receita de operação e manutenção - O&M	42.952	42.090
Receita de juros efetivos	217.103	255.695
	260.055	297.785
Outras receitas operacionais		
Arrendamentos e aluguéis	1.130	1.136
Renda da prestação de serviços	34.219	34.872
Outras receitas	66	177
	35.415	36.185

28 Custos e Despesas Operacionais

Os custos e despesas operacionais consolidados são compostos pelas seguintes naturezas de gasto:

Natureza dos custos e despesas	Custos de bens e/ou serviços	Despesas com vendas	Despesas gerais e administ.	Outras rec. (desp.), líquidas	2010
Energia elétrica comprada para revenda (28.1)	(58.281)	-	-	-	(58.281)
Encargos de uso da rede elétrica (28.2)	(184.585)	-	-	-	(184.585)
Pessoal e administradores (28.3)	(154.605)	-	(43.532)	-	(198.137)
Planos previdenciário e assistencial (NE nº 20)	(23.609)	-	(6.926)	-	(30.535)
Material (28.4)	(20.252)	-	(940)	-	(21.192)
Matéria-prima e insumos para produção de energia elétrica	(20.704)	-	-	-	(20.704)
Serviços de terceiros (28.5)	(57.808)	-	(14.461)	-	(72.269)
Depreciação e amortização	(257.278)	-	(3.178)	(2.346)	(262.802)
Provisões e reversões (28.6)	-	(238)	-	(17.237)	(17.475)
Custo de construção	(40.372)	-	-	-	(40.372)
Outros custos e despesas (28.7)	(6.902)	1.238	(15.825)	(166.675)	(188.164)
	(824.396)	1.000	(84.862)	(186.258)	(1.094.516)



Natureza dos custos e despesas	Custos de bens e/ou serviços	Despesas com vendas	Despesas gerais e administ.	Outras rec. (desp.), líquidas	2009
Energia elétrica comprada para revenda (28.1)	(73.679)	-	-	-	(73.679)
Encargos de uso da rede elétrica (28.2)	(181.159)	-	-	-	(181.159)
Pessoal e administradores (28.3)	(152.708)	-	(43.717)	-	(196.425)
Planos previdenciário e assistencial (NE nº 20)	(20.317)	-	(6.411)	-	(26.728)
Material (28.4)	(12.305)	-	(610)	-	(12.915)
Matéria-prima e insumos para produção de energia elétrica	(21.979)	-	-	-	(21.979)
Serviços de terceiros (28.5)	(48.217)	-	(14.852)	-	(63.069)
Depreciação e amortização	(263.452)	-	(3.316)	(2.346)	(269.114)
Provisões e reversões (28.6)	-	198	-	(41.454)	(41.256)
Custo de construção	(41.525)	-	-	-	(41.525)
Outros custos e despesas (28.7)	9.350	(4)	(21.482)	(102.005)	(114.141)
	(805.991)	194	(90.388)	(145.805)	(1.041.990)

No quadro abaixo estão apresentados os saldos do custo de construção alocados nas respectivas naturezas de gasto:

	2010	2009
Pessoal e administradores	4.166	3.019
Material	30.531	23.063
Serviços de terceiros	5.262	14.420
Outros	413	1.023
	40.372	41.525

28.1 Energia elétrica comprada para revenda

	2010	2009
Dona Francisca Energética S.A.	61.189	60.302
Câmara de Comercialização de Energia - CCEE	1.614	18.485
Programa de incentivo a novas fontes de energia alternativa - Proinfa	609	-
Outras - leilão	1	10
(-) PIS/Pasep e Cofins sobre energia elétrica comprada para revenda	(5.132)	(5.118)
	58.281	73.679

**28.2 Encargos de uso da rede elétrica**

	2010	2009
Furnas Centrais Elétricas S.A.	30.184	30.520
Cia Transmissora de Energia Elétrica Paulista - Cteep	23.498	23.253
Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf	20.505	21.213
Centrais Elétricas do Norte do Brasil S. A. - Eletronorte	17.011	15.298
Eletrosul Centrais Elétricas S.A.	16.323	17.059
Companhia Energética de Minas Gerais - Cemig	8.799	8.907
TSN Transmissora Nordeste Sudeste de Energia S.A.	7.215	7.047
Novatrans Energia S.A.	7.137	6.950
Operador Nacional do Sistema	6.651	6.714
Cia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica S.A. - CEEE	6.067	6.214
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia - Eate	5.963	5.890
ATE II Transmissora de Energia S.A.	3.057	2.993
Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. - Ente	3.048	2.991
Itumbiara Transmissora de Energia Ltda	2.895	2.844
Expansion Transmissora de Energia Elétrica S.A.	2.758	2.723
Empresa Transmissora de Energia Oeste Ltda - Eteo	2.451	2.406
STN Sistema de Transmissão Nordeste S.A	2.443	2.399
NTE Nordeste Transmissora de Energia S.A	2.131	2.102
ATE Transmissora Energia S.A	1.962	1.961
Integração Transmissão Energia - Intesa	1.897	1.666
Serra Mesa Transm. Energia Ltda. - SMTE	1.699	1.775
LT Triângulo S.A.	1.631	1.673
ATE III Transmissora Energia S.A	1.608	1.560
Arthemis Transmissora de Energia S.A	1.296	1.275
Outras	23.236	20.422
(-) PIS/Pasep e Cofins sobre encargos de uso da rede elétrica	(16.880)	(16.696)
	184.585	181.159

28.3 Pessoal e administradores

	2010	2009
Pessoal		
Remunerações	134.274	125.635
Encargos sociais	45.212	40.968
	179.486	166.603
Participação nos lucros e/ou resultados	14.373	14.721
Auxílio alimentação e educação	12.327	10.280
Provisão indeniz. demissões voluntárias/aposentadorias	-	8.987
Indenização demissões volunt./aposentadorias	6.363	4.551
Compensação Indenizatória - PDV	-	5.122
	212.549	210.264
(-) Apropriação no imobilizado em curso (a)	(14.767)	(13.906)
	197.782	196.358
Administradores		
Honorários	277	52
Encargos sociais	78	15
	355	67
	198.137	196.425

a) A Companhia implantou o programa de participação dos empregados nos lucros e/ou resultados, pago com base em acordo de metas operacionais e financeiras previamente estabelecidas.



b) Valor referente à apropriação de mão de obra direta do imobilizado em curso, (não considera despesas administrativas).

28.4 Material

	2010	2009
Sistema elétrico	5.192	4.188
Construção civil	4.986	859
Combustíveis e peças para veículos	2.776	2.534
Cantina	1.443	760
Hotéis e hospedarias	1.408	1.049
Segurança	383	452
Conservação e limpeza	381	381
Ferramental de serviço	356	488
Expediente	306	235
Vestuário e uniforme	285	184
Informática	219	214
Controle de meio-ambiente	215	88
Sistema contra incêndio	201	80
Manutenção de área verde	138	282
Lubrificantes para veículos e equipamentos automotivos	121	116
Outros materiais	2.782	1.005
	21.192	12.915

28.5 Serviços de terceiros

	2010	2009
Consultoria técnica, científica e administrativa	12.550	7.987
Manutenção do sistema elétrico	10.575	9.898
Vigilância	8.522	7.431
Serviços de telecomunicações	7.726	8.085
Apoio administrativo	7.112	6.088
Energia elétrica - consumo	4.427	3.870
Serviços em área verde	4.424	3.646
Viagens	4.147	3.509
Treinamentos	2.923	2.343
Manutenção civil	2.817	2.015
Processamento e transmissão de dados	1.617	1.083
Limpeza de faixa de servidão	595	976
Manutenção e conservação de veículos	536	486
Outros serviços	4.298	5.652
	72.269	63.069

**28.6 Provisões e reversões**

	2010	2009
Provisão (reversão) para créditos de liquidação duvidosa	238	(198)
Provisão para desvalorização participações societárias	1.044	-
Provisões (reversões) para litígios (NE nº 25)		
Fiscais	730	698
Trabalhistas	6.958	3.615
Benefícios a empregados	3.267	889
Cíveis e direito administrativo	(3.688)	26.333
Servidões de passagem	462	5.248
Desapropriações e patrimoniais	6.938	4.656
Ambientais	1	10
Regulatórias	1.525	5
	16.193	41.454
	17.475	41.256

28.7 Outros custos e despesas operacionais

	2010	2009
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	106.066	75.819
Perdas pela não recuperabilidade de ativos (NE nº 14.1.1)	44.570	-
Provisão para perdas - contas a receber vinculadas a concessão	21.333	6.700
Taxa de fiscalização da Aneel	9.566	5.213
Tributos	6.484	4.503
Arrendamentos e aluguéis	4.725	2.897
Incentivo esporte, Lei Rouanet e fundo dos direitos da criança e do adolescente - FIA	4.249	3.785
Indenizações	3.790	11.158
Seguros	3.326	3.071
Perdas	1	16.736
Recuperação de custos e despesas	(19.782)	(20.385)
Outros custos e despesas, líquidos	3.836	4.644
	188.164	114.141

29 Resultado Financeiro

	2010	2009
Receitas financeiras		
Renda de aplic. financeiras mantidas p/ negociação	94.186	77.845
Renda de aplic. financeiras mantidas até o vencimento	4.993	2.834
Acréscimos moratórios sobre faturas de energia	1.435	571
Juros sobre impostos a compensar	1.642	1.392
Multas	3.449	1.047
Outras receitas financeiras	1.388	365
	107.093	84.054
(-) Despesas financeiras		
Encargos de dívidas	12.369	14.919
Variações monetárias e cambiais	29.293	(7.062)
Juros sobre P&D	2.901	2.049
Outras despesas financeiras	219	386
	44.782	10.292
	62.311	73.762



Os juros e encargos financeiros referentes a empréstimos tomados com terceiros para aplicações em obras foram apropriados através de transferências para Imobilizações em curso, totalizando o montante de R\$ 16.101 em 31.12.2010 (R\$ 9.512, em 31.12.2009).

30 Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

O Mercado Atacadista de Energia - MAE foi extinto e suas atividades, seus ativos e passivos foram, em 12.11.2004, absorvidos pela CCEE, que foi constituída sob forma de pessoa jurídica de direito privado, sob regulação e fiscalização da Aneel.

30.1 Transações correntes no âmbito da CCEE

	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Ativo circulante (NE nº 7)			
Até dezembro de 2008		-	9.164
Até dezembro de 2009	-	38.720	-
Até dezembro de 2010	21.053	-	-
	21.053	38.720	9.164

A quantidade de energia comercializada, em MWh, está demonstrada no quadro a seguir:

	2010 ⁽¹⁾		2009	
	MWh	R\$ Mil ⁽²⁾	MWh	R\$ Mil ⁽²⁾
Compra	5	-	-	18.998
	5	-	-	18.998
Venda	1.823	112.661	2.154	64.212
	1.823	112.661	2.154	64.212

⁽¹⁾ Posição de acordo com as recontabilizações da CCEE até 31.12.2010, líquida da energia negociada no MRE

⁽²⁾ Nos montantes apresentados em R\$ Mil foram consideradas as diferenças de preço entre os submercados de comercialização

Mutação da CCEE

	Valores a liquidar	Liquidação	Apropriação	Valores a liquidar
	31.12.2009			31.12.2010
Ativo circulante				
Até dezembro de 2009	38.720	(17.818)	(20.902)	-
De janeiro a março de 2010	-	(30.442)	30.442	-
De abril a junho de 2010	-	(30.866)	30.866	-
De julho a setembro de 2010	-	(33.784)	33.784	-
De outubro a dezembro de 2010	-	(6.958)	28.011	21.053
	38.720	(119.868)	102.201	21.053



31 Contratos de Arrendamento Operacional

31.1 A Companhia como arrendatária

	2010	2009
Imóveis	4.525	3.049
Fotocopiadora	155	-
Outros	441	105
(-) Créditos de PIS e Cofins	(396)	(257)
	4.725	2.897

A estimativa de gastos para os próximos exercícios é basicamente a mesma de 2010, acrescida dos índices de correção contratualmente assumidos, não existindo riscos com relação à rescisão contratual.

Do total de R\$ 4.525 gastos com aluguel de imóveis, R\$ 2.702 referem-se ao contrato de locação do Pólo Km 3, firmado entre a Copel Geração e Transmissão e a Fundação Copel, o qual, dentre os contratos de aluguel, destaca-se como o contrato mais relevante para a Companhia. Para os períodos futuros este valor será corrigido com base na avaliação imobiliária do imóvel.

Não identificamos compromissos de arrendamento operacional não canceláveis.

31.2 A Companhia como arrendadora

Receita de arrendamentos e aluguéis	2010	2009
Imóveis	394	412
Compartilhamento de instalações	736	724
	1.130	1.136

Os arrendamentos operacionais referem-se receitas de aluguéis de bens de propriedade da Copel, o arrendatário não tem a opção de compra do bem após o término do prazo do arrendamento.

Não identificamos recebíveis de arrendamento operacionais não canceláveis.

32 Instrumentos Financeiros

A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia está restrita a Caixa e equivalentes de caixa, Consumidores, concessionárias e permissionárias, Contas a receber de entidades governamentais, Repasse CRC ao Governo do Estado do Paraná, Aplicações Financeiras, Contas a receber vinculadas à concessão, Contas a pagar vinculadas à concessão, Empréstimos e financiamentos, Debêntures e Fornecedores.



	Nível	Valor contábil		
		31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Ativos Financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa (NE nº 5)	-	1.163.455	784.032	920.861
Títulos e valores mobiliários (NE nº 6.1)	2	151.760	107.509	78.986
Cauções e depósitos vinculados (NE nº 6.2)	-	63.473	4.655	93
Clientes (NE nº 7)	-	211.522	234.243	219.532
Contas a receber vinculadas à concessão (NE nº 8)	3	840.157	775.170	681.122
Contas a receber de entidades governamentais (NE nº 9)	-	1.548	1.509	1.506
Passivos Financeiros				
Fornecedores (NE nº 18)	-	327.837	318.520	306.598
Empréstimos e financiamentos (NE nº 19)	-	471.861	353.425	308.300
Contas a pagar vinc. à concessão-uso do bem público (NE nº 23)	-	22.249	9.048	8.152

Nível 1: obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

Nível 2: obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo

Nível 3: obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado

32.1 Valor justo e nível de classificação para apuração do valor justo dos Instrumentos Financeiros

32.1.1 Ativos financeiros não derivativos

Caixa e equivalentes de caixa, clientes e contas a receber de entidades governamentais tem valores justos que se aproximam de seus respectivos valores contábeis, devido a sua natureza e prazos de realização.

Os Títulos e valores mobiliários e as cauções e depósitos vinculados tem valor justo de R\$ 151.765 e R\$ 63.473, respectivamente em 31.12.2010. O valor justo foi calculado de acordo com as informações disponibilizadas pelos agentes financeiros para cada respectivo título e pelos valores de mercado dos títulos emitidos pelo governo brasileiro.

32.1.2 Passivos financeiros não derivativos

Passivos com Eletrobrás, Petrobras e outros fornecedores tem valores justos que se aproximam de seus respectivos valores contábeis, em razão de sua natureza e prazos de liquidação.

Empréstimos e financiamentos tem valor justo de R\$ 413.450 em 31.12.2010. O valor justo foi calculado considerando como premissa básica o custo da última captação realizada pela companhia, em setembro de 2010, de 98,5% da variação do CDI.

Contas a pagar vinculadas à concessão – uso do bem público tem valor justo de R\$ 488.155 em 31.12.2010, calculado considerando como premissa a taxa de remuneração referente ao último empreendimento licitado pela Aneel e vencido pela Companhia.



32.1.3 Nível de classificação nº 3 para apuração do valor justo

Incluem nessa classificação as Contas a receber vinculadas à concessão.

A composição detalhada do Contas a receber vinculadas à concessão está na NE nº 8, conforme abaixo:

- Quadro demonstrativo reconciliando os saldos iniciais com os saldos finais, com a demonstração separada das adições, baixas, transferências, perdas, variação monetária e ajuste ao valor justo;
- Critérios para apuração e mensuração; e
- Premissas adotadas pela administração da Companhia para atualização do valor indenizável.

32.2 Categoria de instrumentos financeiros

		Valor contábil	
	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Ativos Financeiros			
Recebíveis e empréstimos			
Caixa e equivalentes de caixa	1.163.455	784.032	920.861
Consumidores, concessionárias e permissionárias	211.522	234.243	219.532
Contas a receber de entidades governamentais	1.548	1.509	1.506
Contas a receber vinculadas à concessão	840.157	775.171	681.122
Cauções e depósitos vinculados	63.473	4.655	93
Disponível para venda			
Títulos e valores mobiliários	85.677	66.370	61.754
Mantidos até o vencimento			
Títulos e valores mobiliários	66.083	41.139	17.232
Passivos Financeiros			
Outros passivos financeiros			
Empréstimos e financiamentos	471.861	353.425	308.300
Contas a pagar vinculadas à concessão - uso do bem público	22.249	9.048	8.152
Outros fornecedores	327.837	318.520	306.598



Resumo dos títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento

Consolidado (IFRS e BR GAAP)							Valor Justo		Valor contábil líquido	
Descrição	Classificação	Taxa a.a.	Data de emissão	Vencimento	Tipo	31.12.2010	31.12.2009	31.12.2010	31.12.2009	
LTN	Mantidas até o vencimento	10,45%	23/4/2009	3/1/2011	Custo amortizado	1.183	1.071	1.183	1.071	
LTN	Mantidas até o vencimento	10,42%	29/4/2009	3/1/2011	Custo amortizado	4.957	4.487	4.957	4.491	
LFT	Mantidas até o vencimento	SELIC	14/7/2009	7/3/2012	Custo amortizado	5.303	4.831	5.306	4.836	
LFT	Mantidas até o vencimento	SELIC	7/8/2009	16/3/2011	Custo amortizado	22.651	20.636	22.654	20.650	
LFT	Mantidas até o vencimento	SELIC	30/11/2009	15/6/2011	Custo amortizado	9.949	9.064	9.946	9.055	
LFT	Mantidas até o vencimento	SELIC	13/7/2010	15/6/2011	Custo amortizado	22.044	-	22.037	-	
LFT	Mantidas até o vencimento	SELIC	2/9/2009	21/12/2011	Custo amortizado	720	-	719	-	

32.3 Fatores de Risco

32.3.1 Risco de crédito

Risco decorrente da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes, consumidores, concessionárias e permissionárias. Este risco está intimamente relacionado com fatores internos e externos à Copel. Para reduzir esse tipo de risco a Companhia atua na gerência das contas a receber, detectando as classes de consumidores com maior possibilidade de inadimplência, suspendendo o fornecimento de energia e implementando políticas específicas de cobrança, atreladas a garantias reais ou fidejussórias, sempre que possível.

Os créditos de liquidação duvidosa estão adequadamente cobertos por provisão para fazer face a eventuais perdas na sua realização.

32.3.2 Risco de moeda estrangeira - dólar norte-americano

Esse risco decorre da possibilidade da perda por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam saldos ativos ou aumentem saldos passivos em moeda estrangeira.

A dívida em moeda estrangeira da Companhia não é significativa e não existe exposição a operações com derivativos de câmbio. A Companhia mantém monitoramento das taxas cambiais.



A exposição ao risco de moeda estrangeira (dólar norte-americano) está demonstrada a seguir:

	Ativo	Passivo	Exposição líquida
			31.12.2010
Empréstimos e financiamentos	-	(9.233)	(9.233)
	-	(9.233)	(9.233)

Análise de sensibilidade

A Companhia desenvolveu análise de sensibilidade com objetivo de mensurar o impacto da depreciação cambial do Dólar Norte-Americano sobre seus Empréstimos e Financiamentos expostos a tais riscos.

Para o cenário base, foram considerados os saldos existentes nas respectivas contas em 31.12.2010 e para o cenário provável considerou-se os saldos com a variação da taxa de câmbio – fim de período (R\$/US\$), de R\$ 1,75, prevista na mediana das expectativas de mercado para 2011 do Relatório Focus do Bacen de 31.12.2010. Para os cenários adverso e remoto, foi considerada uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no Cenário Provável.

	Risco	Base 31.12.2010	Cenários projetados - 12.2011		
			Provável	Adverso	Remoto
Passivos financeiros					
Empréstimos e financiamentos - BID (1)	Alta do dólar	9.233	9.697	12.121	14.546
		9.233	9.697	12.121	14.546

⁽¹⁾ No cálculo não foi contemplada a influência das oscilações da cesta de moedas do BID

Além da análise de sensibilidade exigida pela Instrução CVM nº 475/08, a Companhia avalia seus instrumentos financeiros considerando os possíveis efeitos no resultado e patrimônio líquido frente aos riscos avaliados pela Administração da Companhia na data das demonstrações financeiras, conforme sugerido pelo CPC 40. Baseado na posição patrimonial e no valor nominal dos instrumentos financeiros em aberto em 31.12.2010, estima-se que esses efeitos seriam próximos aos valores mencionados na coluna de cenário projetado provável da tabela acima, uma vez que as premissas utilizadas pela Companhia são próximas às descritas anteriormente.

32.3.3 Risco de taxa de juros e variações monetárias

Risco de a Companhia incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores, que diminuam as receitas ou aumentem as despesas financeiras relativas aos ativos e passivos captados no mercado.



A Companhia não celebrou contratos de derivativos para cobrir este risco, mas vem monitorando continuamente as taxas de juros e indexadores de mercado, a fim de observar eventual necessidade de contratação.

A exposição ao risco de taxa de juros e variações monetárias está demonstrada a seguir:

	Ativo	Passivo	Exposição líquida
			31.12.2010
Aplicações financeiras - Equivalentes de Caixa	1.163.455	-	1.163.455
Aplicações financeiras - Cauções e Títulos e Valores Mobiliários	215.233	-	215.233
Contas a receber vinculadas à concessão	840.157	-	840.157
Empréstimos e financiamentos	-	(462.628)	(462.628)
	2.218.845	(462.628)	1.756.217

Análise de sensibilidade

A Companhia desenvolveu análise de sensibilidade com objetivo de mensurar o impacto de taxas de juros pós-fixadas e de variações monetárias sobre seus ativos e passivos financeiros expostos a tais riscos.

Para o cenário base, foram considerados os saldos existentes nas respectivas contas em 31.12.2010 e para o cenário provável considerou-se os saldos com a variação dos indicadores (CDI/Selic de 12,25%, IGP-DI de 5,50%, IGP-M de 5,54% e TJLP de 6%) previstos na mediana das expectativas de mercado para 2011 do Relatório Focus do Bacen de 31.12.2010. Para os cenários adverso e remoto, foi considerada uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no Cenário Provável

Estas projeções consideram a posição do cenário base simulada em 31.12.2011.

Operação	Risco	Base	Cenários projetados - 12.2011		
		31.12.2010	Provável	Adverso	Remoto
Ativos financeiros					
Aplicações financeiras-Equivalentes de Caixa	Baixa CDI/SELIC	1.163.455	1.294.832	1.260.052	1.225.157
Aplicações financeiras-Cauções e Tít. e Val. Mobiliários	Baixa CDI/SELIC	215.233	241.191	234.702	228.212
Contas a receber vinculadas à concessão	Baixa IGP-M	840.157	886.702	875.066	863.429
		2.218.845	2.422.725	2.369.820	2.316.798
Passivos financeiros					
Empréstimos e financiamentos					
Eletrobrás - Finel	Alta IGP-M	176.954	178.915	179.405	179.895
Finep	Alta TJLP	7.822	8.290	8.407	8.525
BNDES – Copel Geração e Transmissão	Alta TJLP	138.885	147.218	149.302	151.385
Banco do Brasil – Repasse Recursos BNDES	Alta TJLP	138.967	147.306	149.390	151.475
		462.628	481.729	486.504	491.280

⁽¹⁾ Empréstimo indexado à UFIR



Além da análise de sensibilidade exigida pela Instrução CVM nº475/08, a Companhia avalia seus instrumentos financeiros considerando os possíveis efeitos no resultado e patrimônio líquido frente aos riscos avaliados pela Administração da Companhia na data das demonstrações financeiras, conforme sugerido pelo CPC 40. Baseado na posição patrimonial e no valor nominal dos instrumentos financeiros em aberto em 31.12.2010, estima-se que esses efeitos seriam próximos aos valores mencionados na coluna de cenário projetado provável da tabela acima, uma vez que as premissas utilizadas pela Companhia são próximas às descritas anteriormente.

32.3.4 Risco de vencimento antecipado

Risco proveniente do descumprimento de cláusulas contratuais restritivas, presentes nos contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia, as quais, em geral, requerem manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis (*covenants* financeiros), os quais são calculados e analisados periodicamente visando à manutenção dos parâmetros estipulados nos contratos.

32.3.5 Riscos ambientais

As atividades do setor de energia podem causar significativos impactos negativos e danos ao meio ambiente. A legislação impõe àquele que direta ou indiretamente causar degradação ambiental o dever de reparar ou indenizar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros afetados, independentemente da existência de culpa. Os custos de recuperação do meio ambiente e indenizações ambientais podem obrigar a Companhia a retardar ou redirecionar investimentos em outras áreas e ter um efeito adverso para a Companhia. A Companhia assegura o equilíbrio entre a conservação ambiental e o desenvolvimento de suas atividades, estabelecendo diretrizes e práticas a serem observadas nas operações, a fim de reduzir o impacto ao meio ambiente, mantendo o foco no desenvolvimento sustentável de seu negócio.

32.3.6 Risco quanto à escassez de energia

Risco decorrente de possível período de escassez de chuvas, dado que a matriz energética brasileira está baseada em fontes hidrelétricas de geração, que dependem do volume de água em seus reservatórios.

Um período prolongado de escassez de chuvas pode reduzir o volume de água em estoque nestes reservatórios, podendo impactar em perdas devido à redução de receitas quando da eventual adoção de racionamento energético.



Segundo o Plano Anual da Operação Energética - PEN 2010, divulgado anualmente no site www.ons.org.br, as avaliações do ONS apontam para uma situação de segurança no atendimento ao mercado de energia elétrica nos próximos 5 anos, de maio de 2010 a dezembro de 2014. O critério de garantia de suprimento preconizado pelo Conselho Nacional de Política Energética - CNPE (riscos de déficit de energia abaixo de 5%) é atendido com folga em todas as regiões durante o quinquênio para um cenário de crescimento médio do PIB da ordem de 5 % a.a., entre 2011 e 2014. Mesmo na hipótese de condições hidrológicas adversas, o atendimento ao mercado estará assegurado pela aplicação dos Procedimentos Operativos de Curto Prazo - POCP, aprovados pelo CMSE, e que poderão indicar despacho adicional de geração térmica e maximização de intercâmbios para garantir estoques de segurança nos reservatórios ao final de cada estação seca.

32.3.7 Risco de não renovação das concessões

A Companhia detém concessões para exploração dos serviços de geração e transmissão de energia elétrica com a expectativa, pela Administração, de que sejam prorrogadas pelo Ministério das Minas e Energia - MME com subsídios da Aneel. Caso a prorrogação das concessões não seja deferida pelo Poder Concedente ou mesmo ocorra mediante a imposição de custos adicionais para a Companhia (concessão onerosa), os atuais níveis de rentabilidade e atividade podem ser alterados.



**Data de vencimento
das concessões/autorização**

Hidrelétricas

Gov. Bento Munhoz da Rocha Netto (Foz do Areia)	23.05.2023
Gov. Ney Aminthas de Barros Braga (Segredo)	15.11.2029
Gov. José Richa (Caxias)	04.05.2030
Gov. Pedro Viriato Parigot de Souza	07.07.2015
Guaricana	16.08.2026
Chaminé	16.08.2026
Apucarantina	12.10.2025
Mourão	07.07.2015
Derivação do Rio Jordão	15.11.2029
Marumbi	- (a)
São Jorge	03.12.2024
Chopim I	07.07.2015
Rio dos Patos	14.02.2014
Cavernoso	07.01.2031
Melissa	- (b)
Salto do Vau	- (b)
Pitangui	- (b)
Mauá	03.07.2042
Colíder	17.01.2046

Termelétrica

Figueira	26.03.2019
----------	------------

Concessões de transmissão

Contrato nº 060/01 - Sistema de transmissão	07.07.2015
Contrato nº 075/01 - Linha de transmissão Bateias - Jaguariaíva	16.08.2031
Contrato nº 006/08 - Linha de transmissão Bateias - Pilarzinho	16.03.2038
Contrato nº 027/09 - Linha de transmissão Foz do Iguaçu - Cascavel Oeste	18.11.2039
Contrato nº 010/10 - Linha de transmissão Araraquara 2 - Taubaté	05.10.2040
Contrato nº 015/10 - Subestação Cerquilho III	05.10.2040

(a) Em processo de homologação na Aneel

(b) Nas usinas com capacidade inferior a 1 MW, efetua-se apenas registro na Aneel

Quanto a eventual indenização ao final da concessão, existe a incerteza quanto a forma de mensuração do valor a ser pago quando da reversão dos bens ao Poder Concedente.

32.4 Percentual de endividamento

	31.12.2010	31.12.2009
Dívida - Empréstimos e financiamentos	471.861	353.425
Caixa e equivalentes de caixa e Aplic. financeiras	1.373.382	856.093
Dívida líquida (negativa)	(901.521)	(502.668)
Patrimônio líquido	5.726.083	5.783.192
Percentual de endividamento líquido	-15,74%	-8,69%

32.5 Linhas de financiamentos

A Companhia não opera com linhas de financiamentos como: Conta garantida não assegurada; Letras de câmbio não asseguradas; Conta garantida assegurada; e Linhas de crédito bancário asseguradas com vários prazos de vencimento até 2011 e que podem ser estendidas de comum acordo.



32.6 Tabela de liquidez e juros

	Juros ⁽¹⁾	Menos de 1 mês	1 a 3 meses	3 meses a 1 ano	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
31 de dezembro de 2010							
Caixa e equivalentes de caixa	-	1.163.455	-	-	-	-	1.163.455
Clientes	0,76%	525	-	-	-	-	525
Títulos e val. mobiliários + Fundos exclusivos	99,9% do CDI	357.492	23.063	33.421	106.898	-	520.874
Cauções e depósitos vinculados	TR ⁽³⁾	64.078	-	-	-	-	64.078
Contas a receber vinculadas à concessão	WACC+Tx retorno ⁽²⁾	15.280	30.689	145.061	2.368.766	2.076.135	4.635.931
		1.600.830	53.752	178.482	2.475.664	2.076.135	6.384.863
31 de dezembro de 2009							
Caixa e equivalentes de caixa	-	784.032	-	-	-	-	784.032
Clientes	0,76%	524	-	1	-	-	525
Contas a receber entidades governamentais	-	-	-	-	-	-	-
Títulos e val. mobiliários + Fundos exclusivos	99,9% do CDI	778.323	-	6.131	132.650	-	917.104
Cauções e depósitos vinculados	TR ⁽³⁾	-	-	4.655	392	-	5.047
Contas a receber vinculadas à concessão	WACC+Tx retorno ⁽²⁾	15.740	31.663	132.810	794.462	1.993.072	2.967.747
		1.578.619	31.663	143.597	927.504	1.993.072	4.674.455

⁽¹⁾ Taxa de juros efetiva - média ponderada

⁽²⁾ WACC regulatório + Taxa de retorno do empreendimento

⁽³⁾ Moeda nacional: TR; Moeda estrangeira: vide NE nº 19

	Juros ⁽¹⁾	Menos de 1 mês	1 a 3 meses	3 meses a 1 ano	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
31 de dezembro de 2010							
Empréstimos e financiamentos	NE nº	18.051	8.316	52.127	362.301	271.412	712.207
Contas a pagar vinculadas à concessão - uso do bem público	Tx. Retorno + IPCA	-	-	-	7.828	158.322	166.150
Outros fornecedores	-	103.296	5.430	409	4.193	-	113.328
Obrigações de compra	IGP-M e IPCA	-	43.105	202.350	1.075.134	-	1.320.589
		121.347	56.851	254.886	1.449.456	429.734	2.312.274
31 de dezembro de 2009							
Empréstimos e financiamentos	NE nº	20.065	34.132	80.602	844.862	297.595	1.277.256
Contas a pagar vinculadas à concessão - uso do bem público	Tx. Retorno + IPCA	-	-	-	4.477	46.840	51.317
Outros fornecedores	-	64.632	5.646	30	2.122	-	72.430
Obrigações de compra	IGP-M e IPCA	-	44.395	203.293	1.296.014	-	1.543.702
		84.697	84.173	283.925	2.147.475	344.435	2.944.705

⁽¹⁾ Taxa de juros efetiva - média ponderada



33 Transações com Partes Relacionadas

Parte Relacionada / Natureza da operação	Ativo			Passivo			Resultado	
	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009	2010	2009
Acionistas controladores								
Estado do Paraná (1)								
Remuneração e enc. sociais empreg. cedidos (2)	1.548	1.509	1.506	-	-	-	-	-
ICMS (NE nº 11.3.1)	14.159	11.056	9.335	4.049	3.080	3.654	-	-
BNDES (3)								
Financiamento UHE Mauá e Sistema de Transmissão Associado (NE nº 19.4)	-	-	-	138.885	56.632	-	(6.090)	(3.769)
Companhia Paranaense de Energia - Copel								
Dividendos e/ou juros s/ capital próprio a pagar	-	-	-	510.952	37.675	148.205	-	-
Pessoal chave da administração								
Honorários, enc. sociais e outros (NE nº 28.3)	-	-	-	-	-	-	(355)	(67)
Planos previdenc. e assistenciais (NE nº 20.3)	-	-	-	-	-	-	(46)	-
Controladas								
Centrais Eólicas do Paraná Ltda.								
Dividendos a receber	4.480	3.931	-	-	-	-	-	-
UEG Araucária Ltda.								
Rede básica e de conexão	60	200	920	-	-	-	1.175	3.031
Entidades sob controle comum								
Copel Distribuição S.A.								
Suprimento de energia elétrica	9.064	14.316	10.326	-	-	-	79.243	123.482
Rede básica e de conexão	7.137	7.900	14.356	-	-	-	68.923	73.490
Sistema de distribuição	-	-	-	256	240	367	(3.042)	(3.185)
Prestação de serviços	-	-	-	276	293	272	(4.419)	(3.895)
Copel Telecomunicações S.A.								
Serviços de telecomunicações	-	-	-	575	688	625	(7.755)	(8.085)
Companhia Paranaense de Gás - Compagas								
Repactuação - aquisição de gás (NE nº 18.2)	-	-	-	21.263	26.334	23.650	(2.185)	(2.684)
Elejor - Centrais Elétricas do Rio Jordão S.A.								
Prestação de serviços	481	487	398	-	-	-	5.839	5.867
Outras partes relacionadas								
Dona Francisca Energética								
Compra de energia elétrica (4)	-	-	-	5.506	5.100	5.128	(61.189)	(60.302)
Fundação Copel								
Aluguel de imóveis administrativos	-	-	-	-	-	-	2.810	(2.232)
Planos previdenciários e assistenciais (NE nº 20)	-	-	-	110.773	101.982	95.879	-	-
Instit. de Technol. p/ o Desenvolvimento - Lactec (5)								
Prestação de serviço e Pesq. e Desenvolvimento	7.810	5.432	2.973	60	-	16	(7.569)	(4.635)

Os valores decorrentes de atividades operacionais da Copel Geração e Transmissão com as partes relacionadas são realizados em termos equivalentes aos que prevalecem nas transações com partes independentes.

- 1) O Estado do Paraná detém 58,63% do capital votante da Copel que detém 100% do capital social da Copel Geração e Transmissão.
- 2) Ressarcimento do valor correspondente à remuneração e encargos sociais de empregados cedidos ao Governo do Estado do Paraná. Para os saldos de 2010 e de 2009 foi constituída PCLD nos valores de R\$ 1.544 e R\$ 1.509, respectivamente.
- 3) A BNDESPAR detém 26,41% das ações ordinárias da Copel e tem o direito, pelo acordo de acionistas, de indicar dois membros do Conselho da Administração. A BNDESPAR é subsidiária integral do BNDES, com o qual a Companhia mantém contratos de financiamentos conforme descritos na NE nº 19.4.



- 4) Contrato de compra de energia realizado com a Dona Francisca Energética, coligada da Copel, com vencimento em 06.10.2015.
- 5) O Instituto de Tecnologia para o Desenvolvimento - Lactec foi constituído em 06.02.1997, sob a forma de associação sem fins lucrativos, e tem por objetivo a promoção do desenvolvimento econômico, científico, tecnológico, social e sustentável da preservação e conservação do meio ambiente. Foi qualificado, em 2000, pelo Ministério da Justiça, com base na Lei nº 9.790, como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - Oscip, que permite, dentre outros desenvolvimentos, o de parceria com o setor público por meio de dispensa do processo licitatório. Os associados são: Copel, Universidade Federal do Paraná - UFPR, Instituto de Engenharia do Paraná - IEP, Federação das Indústrias do Estado do Paraná - Fiep e Associação Comercial do Paraná - ACP.

O Lactec mantém contratos de prestação de serviços e de pesquisa e desenvolvimento com a Copel Geração e Transmissão, submetidos a controle prévio ou a *posteriori*, com anuência da Aneel.

Os saldos do ativo refere-se a Programa de Pesquisa e Desenvolvimento, contabilizados no Circulante, na conta Outros créditos (Serviços em curso), na qual devem permanecer até a conclusão do projeto, conforme determinação da Aneel.

34 Seguros

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros está demonstrada a seguir.

Apólice	Término da vigência	Importância segurada
Riscos nomeados (34.1)	24/8/2011	1.190.667
Incêndio - imóveis próprios e locados (34.2)	24/8/2011	51.398
Responsabilidade civil (34.3)	24/8/2011	6.000
Engenharia (34.4)	24/8/2011	apólice por averbação
Transporte nacional e internacional - exportação e importação (34.5)	24/8/2011	apólice por averbação
Riscos diversos (34.6)	24/8/2011	536
Garantia de Fiel Cumprimento (34.7)	15/1/2013	14.700
Garantia de Fiel Cumprimento (34.7)	1/4/2013	5.082
Garantia de Fiel Cumprimento (34.7)	30/7/2015	63.313

34.1 Riscos nomeados

Apólice contratada destaca as usinas, nomeando os principais equipamentos, com os respectivos valores segurados. Possui cobertura securitária básica tais como incêndio, queda de raios e explosão de qualquer natureza e cobertura adicional contra possíveis danos elétricos, riscos diversos, riscos para equipamentos eletrônicos e informática.



34.2 Incêndio

Imóveis próprios e locados – cobertura para os imóveis e parte dos seus conteúdos. Garante o pagamento de indenização ao segurado ou proprietário do imóvel, pelos prejuízos em consequência dos riscos básicos de incêndio, queda de raio e explosão de qualquer natureza mais a cobertura adicional de vendaval.

34.3 Responsabilidade civil

Apólice contratada pela Copel com importância segurada única, extensiva a todas as Subsidiárias Integrais. Garante a cobertura às reparações por danos involuntários, corporais e/ou materiais e/ou morais causados a terceiros, em consequência das operações comerciais e/ou industriais da Companhia

34.4 Engenharia

Cobertura dos riscos de instalação, montagem, desmontagem e testes em equipamentos novos, principalmente em subestações e usinas. Contratada apólice na modalidade por averbação, conforme a ocorrência e necessidade para cobertura dos riscos na execução de serviços de engenharia

34.5 Transporte

Garante cobertura contra as perdas e danos causados às mercadorias durante o transporte, por qualquer meio adequado, em operações no mercado interno ou externo, nas modalidades de transporte nacional e internacional de importação e exportação. Contratada apólice na modalidade por averbação, sendo basicamente utilizado para o seguro de transporte de equipamentos elétricos ou eletrônicos

34.6 Riscos diversos

Garante cobertura contra as perdas e danos causados às mercadorias durante o transporte, por qualquer meio adequado, em operações no mercado interno ou externo, nas modalidades de transporte nacional e internacional de importação e exportação. Contratada apólice na modalidade por averbação, sendo basicamente utilizado para o seguro de transporte de equipamentos elétricos ou eletrônicos

34.7 Garantia de Fiel Cumprimento

Garante a indenização dos prejuízos decorrentes da inadimplência do tomador Copel no cumprimento das obrigações assumidas nos contratos de concessões firmados com a Aneel. Agência Nacional de Energia Elétrica.



35 Gastos em Meio Ambiente

A Companhia vem desenvolvendo programas e buscando alternativas que possibilitem a redução dos impactos ambientais provocados pelo desempenho de suas atividades.

Dentro desta filosofia, como principais programas desenvolvidos para este objetivo, em 2010 e 2009, com os respectivos valores gastos, podemos citar:

	2010	2009
Programa de pesquisa e desenvolvimento - P&D	11.295	22.100
Programa de Gestão de Resíduos	197	85
Programa de Proteção a Fauna e a Flora	10.269	5.254
Programa de Educação Ambiental e Museu Regional do Iguazu	102	531
Programa Tributo às Águas e outros	93	23
	21.956	27.993

Paralelamente aos programas supra citados, a Companhia, de acordo com as diretrizes de sua Administração, vem desenvolvendo estudos em fontes de energia renovável, não hidráulicas, tais como: projeto de pequenas centrais térmicas a bagaço de cana; geração distribuída com saneamento ambiental (biogás gerado pela decomposição do material orgânico); carteira de projetos de usinas eólicas; Paraná biodiesel; projeto microalgas (como fonte de óleo para a produção de biocombustíveis); e projeto de produção de biogás com algas dos reservatórios.

Adicionalmente a Companhia possui, em 31.12.2010, compromissos assumidos no montante de R\$ 78.187 (R\$ 88.789 em 31.12.2009), os quais serão realizados nos próximos anos.



**PARECER DO CONSELHO FISCAL DA COPEL GERAÇÃO E
TRANSMISSÃO S.A. SOBRE O RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO,
BALANÇO PATRIMONIAL, DEMAIS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E
PROPOSTA DA DIRETORIA PARA DESTINAÇÃO DO RESULTADO**

O Conselho Fiscal da Copel Geração e Transmissão S.A., no cumprimento das disposições legais e estatutárias, além de ter acompanhado – através de análises de balancetes – a gestão econômico-financeira da referida Empresa, examinou as Demonstrações Financeiras do exercício social de 2010, encerrado em 31 de dezembro, abrangendo o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Contábeis, tendo apreciado, também, o Relatório da Administração e a proposta da Diretoria para a destinação do resultado, e considerando todos os pontos contidos no Relatório da Deloitte Touche Tohmatsu – Auditores Independentes, bem como as informações e esclarecimentos por eles prestados, é de parecer que as mencionadas demonstrações refletem, com propriedade, a situação patrimonial e financeira da Companhia e os correspondentes resultados de suas operações, estando, assim, tais documentos em condições de serem submetidos à apreciação e à consequente deliberação da Acionista Controladora.

Curitiba, 22 de março de 2011

JOAQUIM ANTONIO GUIMARÃES DE OLIVEIRA PORTES

Presidente

ROBERTO BRUNNER

SÉRGIO ROBERTO ZONATTO



COPEL Copel Geração e Transmissão S.A.



As Demonstrações Financeiras da Copel Geração e Transmissão S.A. estão inseridas e validadas nos exames da Auditoria Externa da Companhia Paranaense de Energia - Copel, publicados no Diário Oficial do Estado do Paraná do dia 20 de abril de 2011.
